



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso
na aldeia de Moledo

Cristiana dos Santos Calheiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia
Social e Solidária

Orientador:

Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro/2018

À minha avó, por toda a simplicidade do amor

Agradecimentos

A concretização desta dissertação não passou apenas por mim, mas por todos os que nela estiveram envolvidos, por nela terem participado diretamente, ou por de alguma forma fazerem parte da minha vida neste percurso.

Deixo um grande agradecimento à comunidade do Moledo, que tão bem me recebeu e se disponibilizou para me responder às muitas questões, entre muitas conversas e partilhas, que todos os dias continua o seu percurso de desenvolvimento conjunto, com tantas diferentes personalidades, num clima de tranquilidade e bem-estar, que tanto gostei de conhecer. Um agradecimento especial à Luísa, à Ana e ao António, por todo o acolhimento e apoio.

Agradeço ao Professor Rogério Roque Amaro, meu orientador académico, por todo o apoio na concretização desta dissertação.

Aos meus colegas desta incrível turma de Economia Social e Solidária, em que sempre nos motivamos uns aos outros.

A todos os amigos que me acompanham em todos os momentos da vida e me dão o sorriso de força necessário nos momentos de maior frustração, e o sorriso de orgulho mútuo nos momentos de concretização.

E claro, aos meus pais, ao meu irmão, e à minha família, por tudo.

Resumo

O tema dos comuns tem ganho destaque no âmbito da Economia Solidária, pela crescente produção colaborativa nos novos comuns, imateriais, e pelo seu potencial valor numa lógica que vai para além do Estado e do mercado. A cultura, sendo um recurso produzido, partilhado e sustentado em conjunto por uma comunidade, integra-se nestes novos comuns. Pela sua natural incrustação numa comunidade, tem um papel fulcral em processos de desenvolvimento comunitário. Com a participação como componente, estes podem ser despertados por um património cultural comum, como aconteceu na aldeia de Moledo, no Concelho da Lourinhã, Portugal.

Palavras-chave: comuns, cultura, desenvolvimento, participação, comunidade.

Abstract

The theme of the commons has gained prominence in the Solidarity Economy, by the growing of collaborative production in the new common, immaterial, and by its potential value in a logic that goes beyond the State and the market. Culture, as a resource produced, shared and sustained jointly by a community, is integrated in these new common. By its natural encrustation in a community, it plays a central role in community development processes. With participation as a component, these can be awakened by a common cultural heritage, as happened in the village of Moledo, in the municipality of Lourinhã, Portugal.

Key-words: commons; culture; development; participation; community.

Índice

Introdução.....	8
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	14
1. Bens Comuns	14
1.1. Economia Solidária.....	14
1.2. Comuns: Um conceito histórico em emergência.....	16
1.2.1. História dos comuns.....	20
1.3. Da tragédia à descoberta do potencial socioeconómico.....	22
1.4. Gestão dos comuns.....	25
1.5. Os novos (velhos) comuns.....	27
1.6. Estado e comuns.....	30
2. Cultura.....	32
2.1. Conceito de cultura.....	32
2.2. Políticas culturais.....	37
2.3. Cultura e conhecimento.....	38
2.4. Cultura e desenvolvimento.....	40
2.5. Cultura e comuns.....	42
3. Desenvolvimento.....	43
3.1. O surgimento do conceito de desenvolvimento.....	45
3.2. As críticas ao desenvolvimento e o surgimento de conceitos e práticas alternativas.....	46
3.3. O desenvolvimento local e comunitário.....	49
3.3.1. Conceito de comunidade.....	52
3.4. Desenvolvimento sustentável.....	54
Nota conclusiva.....	57
Capítulo II – Estudo de caso.....	60
Nota metodológica.....	60
Caraterização do Estudo de Caso: a aldeia de Moledo.....	64
Projeto Moledo Com Vida e o papel da cultura enquanto comum no desenvolvimento.....	67

Análise do estudo de caso: o papel da cultura no desenvolvimento da aldeia de Moledo.....	73
Reflexões finais.....	91
Fontes.....	97
Bibliografia.....	97
Webgrafia.....	104

Índice de Anexos

Anexo A – Questionários aplicados à comunidade.....	105
Anexo B - Gráficos de análise dos questionários.....	110
Anexo C – Fotografias do Moledo.....	125
Anexo D – Grelha analítica.....	128
Anexo E – Grelha de análise de entrevista	137

Introdução

O tema dos comuns tem sido desenvolvido recentemente no campo da Economia Solidária, com maior destaque para os comuns materiais, e uma exploração crescente sobre os comuns imateriais, com um potencial ainda por desenvolver. Ostrom destacou-se no estudo sobre os comuns e a sua gestão, tendo sido inclusive reconhecida com um prémio Nobel de Economia, em 2009 e reforçando-se com isso a importância do tema, reconhecendo-se, em simultâneo, no campo da Economia, um quadro teórico sustentado por práticas que contrariam teorias económicas clássicas e reconhecem a importância de valores relacionados com a Economia Solidária, bem como o valor das relações humanas para a sustentabilidade económica e gestão sustentável. Hess (2008: 6) destaca seis motivos para os comuns serem atualmente um tema que tem ganho destaque: a necessidade de proteção de recursos partilhados de práticas de *enclosure* e privatização; o crescente movimento de *peer-production* e colaboração em massa nos media eletrónicos; a evidência de novos tipos de tragédias de comuns; um desejo de construção de educação cívica e “*commons-like thinking*”; a identificação de novos tipos de comum e comuns em evolução, para além dos comuns tradicionais já conhecidos; o redescobrimto dos comuns.

Na presente dissertação, integrada no Mestrado em Economia Social e Solidária, iremos abordar o tema dos comuns e desenvolvimento, focando na cultura enquanto comum.

Como referem Hess e Ostrom (2007: 29) o estudo dos comuns pode ter “um contributo teórico para explicar como pode ser criado valor significativo e sustentável fora do sistema de mercado”, uma vez que estes não tem por base o sistema de “propriedade, contratos e mercados” mas sim “regras e normas sociais e mecanismos legais que permitem às pessoas partilhar propriedade e controlo de recursos”, que se tornam critérios mais dificilmente mensuráveis e de mais difícil demonstração, não deixando porém de ser possível concretizá-lo. Hess sublinha como principais desafios de estudar os novos comuns, nos quais se enquadra a cultura, em primeiro lugar o próprio desafio de definir o termo “comuns”, que é alvo de diferentes pareceres, articular o que é novo nos novos comuns, e a forma como estes diferem dos tradicionais (Hess, 2008). Ostrom destaca a importância da investigação sobre os comuns, através de estudos de caso – destacando o estudo de desenvolvimentos a longo prazo ou estudos que analisam o impacto de variáveis específicas -, compreendendo-se a sua relevância e insurgindo dessa forma uma base empírica para o “desenvolvimento da teoria e análise política” (Ostrom, 2002: 15).

O estudo dos bens comuns é também um passo importante para a compreensão das questões associadas à sua gestão e possíveis caminhos a percorrer, e assim um contributo para a prevenção da "*tragédia dos comuns*", protegendo-se e preservando-se recursos imateriais (como tradições, danças, músicas e lendas), materiais e ecológicos, e promovendo-se a sustentabilidade ambiental, social, política e económica.

A escolha do tema dos comuns permite um foco nos desafios sociais, culturais, ambientais, do conhecimento e territorial da Economia Solidária, e ligação destes com o desafio económico, explorando alternativas de economia de base colaborativa e alternativa ao mercado que contribuem para o desenvolvimento das comunidades de base destes bens e podem inclusive relacionar-se com o mercado na construção de bens partilhada pela comunidade que resultam num valor económico partilhado e gerido em comum.

Pretende-se assim corresponder a diversos desafios e projetos da Economia Solidária, valorizando-se a sua importância no contexto atual, através da exploração do estado da arte e do acréscimo ao mesmo com o complemento do estudo de um caso: poderá ser constatado o valor da ajuda e da reciprocidade na criação e gestão dos comuns e a prática da autodefesa de uma comunidade através dos seus comuns, para dar voz ao projeto social da Economia Solidária; reconhecer-se-á o valor económico dos bens comuns, as estratégias económicas que podem gerar, os bens imateriais e materiais que deles podem surgir e resultar na produção de bens e serviços com ligação ao mercado, garantindo a geração de rendimentos com base na reciprocidade para a sustentabilidade económica dos indivíduos que constituem a comunidade, espelhando-se dessa forma o projeto económico da Economia Solidária; procurar-se-á com a problemática em estudo o reconhecimento dos valores culturais, das culturas locais e suas características próprias num contexto de globalização, da importância de manutenção de tradições endógenas através da sua gestão e dinamização comunitária, das identidades, conhecimentos e patrimónios materiais ou imateriais próprios, cumprindo-se dessa forma o projeto cultural, um complemento que através da tradição pode ser fonte de inovação e de valorização do potencial da Economia Solidária; com o estudo de uma comunidade com uma ligação à natureza, aos seus recursos de forma equilibrada e respeitosa e à procura de sustentabilidade ambiental nas suas práticas, será comprovado como o projeto ecológico/ ambiental da Economia Solidária pode ser conjugado com um desenvolvimento sustentável; o projeto territorial, focando-se no desenvolvimento local, estudando-se a utilização de produtos e valores culturais neste processo de desenvolvimento, incluindo a promoção da

economia local, a coesão e bem-estar social, e a criação de oportunidades para o enraizamento local, nas diversas faixas etárias que constituem a comunidade, em contrariedade à migração e desertificação; por fim, pretende-se com este trabalho sintetizar conhecimentos e formular novas aprendizagens, que contribuam para o constante projeto de conhecimento da Economia Solidária, vendo-o como um bem comum para a comunidade científica/académica, para a comunidade em estudo, para o desenvolvimento de políticas adequadas a um desenvolvimento local sustentável, como pequeno possível contributo para a formulação de novos paradigmas económicos que tenham na sua base a pessoa e a natureza, e, eventualmente para fins de partilha de conhecimento com qualquer pessoa que por estes temas se interesse.

A nível político, o desenvolvimento deste tema poderá ser importante na promoção de uma gestão democrática, de base local e comunitária, e, simultaneamente na defesa de políticas que tenham em conta a cultura e a sua garantia. Assim, pretende-se demonstrar, através da análise teórica e da exemplificação prática pela análise de um estudo de caso, a importância do envolvimento participativo de cidadãos e comunidades locais na conceção da agenda política, e na sua gestão prática, descentralizada (que promova, como crê a Economia Solidária, a auto-organização) e adaptada, de forma a responder a conhecimentos próprios e corresponder a necessidades locais.

Ao mesmo tempo, sublinha-se os benefícios e relevância de valorização (ou revalorização) do conhecimento local, da cultura e das tradições, sendo essencial o desenvolvimento de políticas culturais que cumpram este princípio e forneçam meios (legais, técnicos, financeiros ou outros) para tal. A parceria entre o Estado e as comunidades e cidadãos ou associações locais que as constituem, numa regulação partilhada da sociedade, seguindo a lógica de Ecologia de Saberes (indicada por Boaventura de Sousa Santos), na construção e gestão do património cultural e do conhecimento, necessita de ser ainda desenvolvida e poderá ser uma fonte de benefícios mútuos, a nível político, social, demográfico (combatendo o êxodo e desertificação, seja pelos laços dos indivíduos às comunidades, seja pelo desenvolvimento de oportunidades nas mesmas), de desenvolvimento económico e garantia da sustentabilidade ambiental.

Pessoalmente, o tema surge pela experiência em trabalho comunitário em contextos com significativas diferenças (urbano e rural, nacional e internacional, de elevada densidade populacional e densidade populacional mais reduzida, em comunidade mais heterogénea nas suas características comuns e mais homogénea), que destacou naturalmente, seja através de conversas, de análises com objetivos científicos, ou de momentos informais e naturais em cada uma das

comunidades experienciadas, como eram os momentos em que os comuns estavam exponenciados que mais uniam as comunidades, independentemente das diferenças entre os seus elementos e das dificuldades em implementar momentos mais formais com todos os elementos.

Estes bens surgem naturalmente, sem necessidade de iniciativa externa à comunidade, pois têm por base recursos endógenos. Era a partir daí que se uniam os elementos no dia-a-dia ou em momentos específicos e que se poderiam desenvolver projetos comuns que proporcionassem o desenvolvimento socioeconómico no sentido que era, em comum, aspirado pela comunidade. Nas dificuldades na implementação de projetos, relembavam-se e envolviam-se estes bens, e em todos os momentos significantes ou diários eles estavam de alguma forma presentes e proporcionavam interações, entre os elementos da comunidade e também na aproximação de elementos exteriores. Sempre que interajo com diferentes comunidades, interesso-me especialmente por compreender e interligar as suas práticas culturais, os seus conhecimentos próprios e a interação destes no dia-a-dia. Procurar teorizar estas práticas tão naturais e compreender os seus contributos para o desenvolvimento local, para a coesão social, para o bem-estar comum, para o desenvolvimento socioeconómico, bem como para o desenvolvimento de alternativas políticas e económicas que tenham por base o social, a cultura e a natureza, é um desafio que motiva bastante.

Também a possibilidade de conhecer uma nova comunidade e interagir com a mesma na investigação no terreno, procurando em conjunto com esta responder às questões desta investigação e de alguma forma poder retribuir com um pequeno contributo para o seu autoconhecimento e processo de desenvolvimento, é igualmente motivadora. Neste caso, o fato de se tratar de uma aldeia integrada na região da qual sou natural, mas com a qual não tinha nunca tido qualquer contato, permitiu ainda uma redescoberta das minhas origens e uma reaproximação às mesmas.

A nível de desenvolvimento profissional, o trabalho comunitário e a investigação científica na área social são os caminhos com que mais me identifico e que mais me motivam, e a escolha do tema, bem como o envolvimento de um contexto de análise teórica, análise prática e teorização a partir de um tema que ainda tem bastante abertura para novos contributos, será importante no desenvolvimento destes caminhos.

A presente dissertação procura dar resposta a três questões de partida:

- Pode a cultura contribuir para a coesão de uma comunidade em risco de desagregação? De que forma?

- Quais são as lógicas de envolvimento da comunidade em processos de desenvolvimento de base cultural?

- Em que medida a cultura e a identidade de uma comunidade pode ser gerida como um comum?

Para tal, apresentaremos numa primeira fase um enquadramento teórico que contextualiza toda a dissertação, concretizado através da revisão bibliográfica, no qual exploraremos três conceitos base: comuns; cultura; desenvolvimento. Face ao enquadramento geral dos temas, começaremos por abordar a Economia Solidária - “as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (...), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009a: 15), concretizada através de relações de cooperação e reciprocidade.

De seguida, realizamos uma exploração bibliográfica sobre os comuns, percorrendo as suas definições, principais autores que os estudam, história, desenvolvimentos em torno do conceito e práticas a ele associadas. Exploraremos ainda, brevemente, as questões associadas à gestão dos comuns e à relação com o Estado, e focaremos nos novos comuns – imateriais -, que serão o alvo da presente investigação.

Integraremos depois uma revisão bibliográfica sobre a cultura, o comum imaterial em foco, procurando defini-la através de diferentes autores, abordando as políticas culturais, integrando-a como comum, e relacionando-a com o desenvolvimento.

Relativamente ao conceito de desenvolvimento, iremos defini-lo, percorrendo a sua história, e destacaremos depois o conceito de desenvolvimento local e comunitário, e, de forma mais breve, desenvolvimento sustentável, que servirão à presente investigação.

Numa segunda parte, especificando-se as metodologias de investigação utilizadas, apresentaremos e analisaremos o estudo de caso, a aldeia de Moledo, situada na Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, Concelho da Lourinhã, em Portugal. Esta aldeia está a percorrer um caminho de desenvolvimento local com base cultural, sendo a cultura um comum em ação e foco para o desenvolvimento.

É importante para um enquadramento prévio de quem possa consultar o presente trabalho, que fiquem mencionadas as dificuldades sentidas na concretização do mesmo, que o podem de alguma forma ter limitado. A primeira dificuldade a destacar prende-se com o fato de ser trabalhadora-estudante durante todo o período de realização da dissertação, o que limita a disponibilidade temporal para dedicação a este trabalho-investigação, e implicou o limite do tempo no terreno,

concentrado nas férias laborais e fins-de-semana, não possibilitando uma investigação extensiva no que respeita ao tempo no terreno.

Importa também referir a dificuldade em se conseguir realizar todas as entrevistas pensadas inicialmente, por impossibilidades de agenda. Por fim, durante a aplicação dos questionários existiram algumas dificuldades que surgiram naturalmente, como algumas das pessoas que abordamos não desejarem participar nos mesmos e a necessidade de um esforço adicional na procura de participantes de forma a garantir o máximo respeito pelas quotas de idade e sexo da amostra, face às metodologias utilizadas e às diversas formas de chegar até aos participantes, descritas na nota metodológica – a técnica de *snowball* foi utilizada sobretudo para que se tentasse ultrapassar esta última dificuldade.

Capítulo I – Enquadramento teórico

1. Bens comuns

1.1. Economia Solidária

O movimento internacional de Economia Solidária cresce, nos anos 90, com base na Economia Social europeia que surgiu no século XIX respondendo aos problemas sociais e políticos da época (na sequência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa) e que se concretizou em cooperativas, mutualidades e associações, complementando-se com base em práticas económicas populares e frequentemente informais, alicerçadas na solidariedade comunitária e familiar e na entreajuda (Amaro, 2009a: 26). O reconhecimento científico da Economia Solidária efetivou-se através da bibliografia internacional existente e crescente no meio académico e da integração em cursos académicos, para além dos diversos congressos científicos organizados a seu respeito (Amaro, 2009a: 13). Ao mesmo tempo, tornou-se reconhecida a nível político-institucional, dada a sua importância prática, passando a integrar a governação política, designando divisões da Administração Pública Central e Regional/Local em diversos países e continentes, e sendo foco ou parte de políticas públicas, além de ser referenciada por organismos internacionais (Amaro, 2009a: 14).

Amaro (2009a: 15) define Economia Solidária como “as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (...), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro”. Como referem Laville e Gaiger (2009: 162), esta promove a solidariedade e o bem comum acima do interesse individual e o lucro material, promovendo para tal a igualdade de oportunidades e tendo como base “um vínculo social de reciprocidade como fundamento das relações de cooperação” entre os membros das iniciativas de Economia Solidária (Laville e Gaiger, 2009: 162). Na sua concretização, a Economia Solidária interliga os recursos “provenientes da reciprocidade entre os membros”, com recursos públicos, através da parceria com o Estado com base no princípio da redistribuição, e recursos do mercado, através de relações de troca (Laville e Gaiger, 2009: 166). Gaiger (2009: 88) destaca ainda a importante forma como a Economia Solidária explora os “recursos de indivíduos e das suas redes de relações” sem os desvalorizar ou promover a perda do seu carácter próprio, unindo “uma metamorfose das relações de comensalidade, ancoradas nos laços pessoais e no costume, a uma lógica económica propriamente empreendedora e solidária, sustentada em relações de cooperação”.

Esta definição enquadra as suas três versões, tendo cada uma as suas especificidades: a francófona, a ibero-americana e a da Macaronésia. A primeira, francófona, destaca a dimensão económica, fundamentada na reciprocidade e “envolvimento mutualista dos seus atores” e complementada pela “hibridação” de recursos económicos informais, concretizados através da reciprocidade, de recursos garantidos pela “contratualização de serviços de interesse geral com o Estado Social (segundo o princípio da redistribuição)” e da “participação no mercado”; e a dimensão política, promovendo a “gestão democrática e o envolvimento da cidadania ” (Amaro, 2009a: 16).

A versão ibero-americana, foca-se na igualdade de direitos e solidariedade entre os seus atores e tem como prática de base a autogestão, pelo que os direitos de propriedade devem ser repartidos “de maneira igualitária entre todos os associados”, destacando a intervenção respeitante ao trabalho e ao combate à exclusão social (Amaro, 2009a: 17).

Por fim, a versão da Macaronésia, que surge nos anos 90 nos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, é definida por Amaro (2009a: 22) como “A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspetivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz”.

Neste sentido, assume oito pilares: económico, através da “produção de bens e serviços, criação de emprego, distribuição de rendimentos, satisfação de necessidades de consumo, geração de poupanças e investimentos (...) articulando os três princípios económicos (...): economia de dádiva ou da reciprocidade, economia de mercado e economia de redistribuição de recursos” (Amaro, 2009a: 23); social, procurando garantir a coesão social e o emprego especialmente das “pessoas à margem do mercado (normal) de trabalho”, bem como garantir a satisfação de necessidades não possíveis de garantir no mercado e promover a igualdade de oportunidades (Amaro, 2009a: 23); cultural, valorizando, através da economia, “as culturas, patrimónios, valores e identidades locais (...) atribuindo-lhes um valor económico, restituindo-lhes visibilidade e reconhecimento social e político” (Amaro, 2009a: 23); ambiental, conjugando economia com ecologia (por exemplo através da agricultura biológica, da opção por energias renováveis, do turismo sustentável e da reciclagem); territorial, promovendo o desenvolvimento local e o enraizamento na comunidade de pertença; gestão, “rigorosa e eficiente”, de forma a ser assegurada a “viabilidade económico-financeira das organizações, sem traírem a sua missão principal e a sua natureza solidária, inventando novos

conceitos e instrumentos de gestão” (Amaro, 2009a: 24); conhecimento, procurando através da indução a teorização, num “processo dinâmico de investigação-ação”; político, por um lado interno, garantido através da gestão democrática, e, por outro, externo, através da “coresponsabilização na regulação dos problemas das sociedades onde se situam, em parceria com o Estado e com outros protagonistas” (Amaro, 2009a: 24).

1.2. Comuns: Um conceito histórico em emergência

“Wherever and whenever people find ways to ensure that our well-being ensures the well-being of others – and to refuse the logic that asserts that our well-being depends on exploiting others (both people and the environment) – the we are re-asserting Commons processes and resisting the processes of Enclosure wich now threaten the systems that support human life” (Kenrick, 2009: 52)

Ostrom (1998) define um bem comum como um recurso natural ou construído pelo ser humano do qual é difícil excluir ou limitar alguém do uso uma vez disponibilizado pela natureza ou produzido por humanos. Dardot e Laval sublinham o “afastamento, natureza fugaz ou imensidão” que “fazem com que as coisas comuns sejam relutantes de ser apropriadas para uso de um indivíduo” (Dardot e Laval, 2014: 37). Esteves (2017) define-os como “recursos partilhados por um grupo de pessoas que os gere coletivamente, segundo normas negociadas entre elas, com base em normas, tradições ou práticas legais, sociais ou costumárias”. Para Bollier (2014: 4), os comuns consistem em *“working, evolving models of self-provisioning and stewardship that combine the economic and the social, the collective and the personal”*. Hess e Ostrom (2007: 5) definem conjuntamente comuns como “um recurso partilhado por um grupo de pessoas”, podendo ter pequena escala, escala comunitária ou internacional e global. Acrescentam ainda que as suas fronteiras podem ser claras, podem ultrapassar fronteiras, ou não ter de todo fronteiras.

Como sintetiza Bollier (2014: 15) os comuns distinguem-se especialmente por envolverem uma interligação entre um recurso, uma comunidade e um conjunto de normas sociais. Segundo o autor, o que mantém os comuns e proporciona o seu crescimento é a sua relação com um grupo de pessoas, que desenvolvem as suas práticas sociais, valores e conhecimentos para o gerir, levando a que o comum se torne especial: *“each commons is special because each has evolved in relationship to a specific resource, landscape, local history and set of traditions”* (Bollier, 2014: 12) - *“a commons is like a living organism in that it co-evolves with its environment and context”* (Bollier, 2014: 19).

Os comuns implicam então, sinteticamente, um recurso e uma comunidade que o gere de acordo com regras e normas sociais, procurando o benefício coletivo dos que nele estão envolvidos: “não há comuns sem comunidade, e não há comunidade sem regras coletivas que vão além de benefícios pessoais” (Piques & Rizos, 2017: 40). Estes bens podem ser produzidos pela natureza – os comuns naturais ou tradicionais (como exemplos podemos citar o ar, as florestas, o oceano, os rios), sendo sobretudo materiais, ou criados por humanos – os novos comuns (como exemplos referimos o conhecimento, a internet e a cultura), que são imateriais.

Analisando os diferentes contributos dos autores que procuram definir os comuns, um conceito histórico que tem ganho um novo destaque na procura de um desenvolvimento global mais sustentável, conseguimos perceber que os comuns têm como aspeto essencial a relação entre pessoas. Podem ser pensados como uma forma de ver o Mundo, que procura garantir uma gestão coletiva e igualdade no acesso aos bens, promovendo-se a cooperação e o sentido de comunidade.

Ao se recorrer à sua longa história que demonstra a sua aplicação real, consegue-se sustentar inovações em torno dos comuns, empoderando e responsabilizando comunidades, através da participação coletiva, nos seus processos de desenvolvimento (Bollier, 2014). Os comuns são assim um “processo constituído na reprodução geral da comunidade (...) não apenas como um conjunto de relações de propriedade em relação aos recursos naturais, mas também como práticas associativas em torno de lugares e edifícios específicos que são geridos de forma coletiva independentemente da sua forma jurídica” (Sandstrom *et al*, 2017: 509).

A expressão “*commoning*”- *colocar em comum* - reforça a gestão coletiva dos comuns, através de relações sociais. Assim, os comuns não são apenas “recursos jurídicos ou económicos, mas também importantes recursos sociais, que ligam as pessoas, num lugar, para um propósito comum” (Sandstrom *et al*, 2017: 510), tornando-se parte da construção da comunidade e um meio para a coesão social, ao mesmo tempo que promovem iniciativas de desenvolvimento concretizadas através da ação coletiva. Associado a esta lógica, surge a expressão “*peer to peer*”, como “dinâmica relacional através da qual os pares colaboram gratuitamente para criar valor na forma de recursos partilhados, que circulam sob a forma de comuns” (Piques e Rizos, 2017:40).

Os comuns contrariam, de certa forma, a lógica de mercado, são “espaços desmercantilizados: os seus valores centrais seriam a cooperação e o suporte, e não a competição” (Vieira, 2009:3), que seguem uma lógica de “proteção e justa distribuição” do recurso, ao invés da sua rentabilização económica (Bollier, 2010: 45). Estes recursos podem ser associados ao conceito de

“inalienabilidade”, ou seja, recursos que devem manter-se à margem das forças de mercado, por apresentarem “uma riqueza que não pode ser representada por valores”, sendo exemplos “a beleza da natureza, a inviolabilidade de certos lugares, o valor ecológico da vida silvestre, as normas éticas da venda de produtos seguros, os valores morais e tradições que definem uma comunidade” (Bollier, 2010: 45).

Outra distinção dos comuns é a sua valorização pelo uso. Como refere Vieira, no sentido de promover a sua sustentabilidade, um bem comum deve promover “a expansão do acesso a ele mesmo; a expansão do acesso a outros bens comuns; e a viabilização de outros bens comuns ainda não existentes” (Vieira, 2009:5). Como refere Roggero (s.a.: 21), os comuns ultrapassam as lógicas liberalistas, que se focam no indivíduo, e socialistas, que se focam no coletivo, ambas sublinhando a relação destes com o Estado, demonstrando que os diferentes singulares - os indivíduos - podem ser unidos, sem perder as suas características próprias.

Como refere Vieira (2009:4) a expressão inglesa “*commons*” refere-se em simultâneo a um substantivo – “o conjunto de coisas partilhadas” e um verbo – “*to common*” que significa comungar ou ter em comum. Fica assim espelhada a complexidade do conceito, que se refere não apenas aos bens comuns em si mas também às “comunidades e práticas sociais” nele envolvidas. Vieira sintetiza esta complexidade: “São as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas (...), a consolidar as regras e instituições que auxiliarão a sua permanência, que tornam um mero bem em bem *comum*.” (Vieira, 2009:4) – reforçando-se a condição de existência de comunidade para existência de bem comum.

A análise conceptual do conceito de comuns e conceitos associados permite uma melhor perceção das suas raízes. Associado à história dos comuns, a palavra *commoner* – membro da comunidade do bem comum - provém de “plebeu” (ou seja, pessoa sem título de nobreza), referindo-se aqueles que partilhavam as terras (Vieira, 2015: 104). Em New England (Estados Unidos da América) o termo foi associado a espaços públicos de expressão de liberdade e democracia (Vieira, 2015). O termo inglês – *commons* – simplifica ao reportar diretamente a comunidade, provindo da palavra latina “múnus”, associada a dádiva, obrigação e reciprocidade (Vieira, 2015: 106). Em Portugal, expressões como “rossio” e “baldio” - são as mais conhecidas relacionadas com espaços e terras comuns. Como refere Vieira (2015), os termos portugueses deixaram de ser utilizados, passando a estar associados a práticas antigas e passadas, o que contribui para uma visão dos comuns como ultrapassados.

Importa distinguir bens comuns de bens públicos, conceitos frequentemente confundidos. Para tal, começemos por clarificar o conceito de bens públicos. Samuelson (1966, *cit in* Golub e Maréchal, 2009:37) define-o como bens de que “todos beneficiam conjuntamente, sendo que o consumo de um bem por uma pessoa não vem do prejuízo do consumo desse bem por outra pessoa”, assumindo as propriedades de não exclusão (não exclusão de nenhum agente económico beneficiar do bem) e não rivalidade (o consumo do bem por parte de um agente económico não diminui a possibilidade do seu consumo por outro).

Sinteticamente são três os principais critérios que distinguem estes conceitos: os bens comuns são finitos; os bens públicos não são apropriáveis por lei, enquanto os bens comuns não são apropriáveis por natureza; os bens públicos tem um contexto jurídico associado sobre a sua apropriação, sendo esta sempre impossível, enquanto os bens comuns são suscetíveis de ser temporariamente ocupados para uso privado (Dardot & Laval, 2014: 34). Vieira (2015) sublinha as diferenças a nível jurídico entre os conceitos, sendo os bens públicos propriedade do Estado e os bens comuns propriedade de uma pluralidade de indivíduos.

Hess e Ostrom (2007:5) distinguem ainda “recursos comuns” (“common-pool resources”) – “bens económicos, independentes de direitos de propriedade particulares” e “propriedade comum” – referente ao “regime legal, formal ou informal, que aloca diferentes formas (dependendo do recurso e do regime) de direitos a um grupo” (Hess, 2008: 34). Hess acrescenta a noção de “*Semicommons*”, referindo-se a situações em que os direitos de propriedade não são apenas um misto de direitos privados e comuns, mas ambos são significantes e podem interagir” (Hess, 2008: 24).

Bollier e Clippinger (*cit in* Hess, 2008: 37) definem comuns como “um recurso partilhado por um grupo, em que o recurso é vulnerável a *enclosure*, uso excessivo e dilemas sociais” sublinhando-se que “ao contrário de um bem público, requer gestão e proteção para o sustento”. Assim, de entre os vários fatores distintivos entre bens públicos e comuns referidos por diversos autores, consideramos como critério fundamental a forma de gestão do bem e os responsáveis pela mesma – sendo no caso dos bens públicos o Estado, e no caso dos comuns uma comunidade/ grupo de pessoas.

1.2.1. História dos comuns

O conceito de bens comuns está envolto num percurso de construção que inclui diferentes perspetivas e visões sobretudo de juristas, filósofos, teólogos e economistas.

A nível teológico, e no contexto específico da religião cristã, o bem comum é, por base, associado a “bem supremo”, e ao papel humano perante Deus. Aristóteles, Aquino e Agostinho desenvolveram o conceito associando-o a “uma certa postura ética que privilegia o benefício da comunidade em detrimento do benefício individual” (Vieira, 2015:103), estando então já claramente associado à noção de comunidade. Destacamos este desenvolvimento no século XVII, que levou ao assumir de uma visão ética e política do conceito, com um papel importante no que respeita à governação dos comuns (Dardot e Laval, 2014).

Rousseau assume o bem comum como “o objeto próprio da vontade geral” (Dardot e Laval, 2014: 30), relacionando assim o bem comum com o interesse comum e este interesse na base das ligações sociais. As visões que surgem do conceito sublinham o papel do Estado e da responsabilidade política, no que respeita à garantia de provisão de bens públicos – levando à nacionalização de bens comuns associada à noção de soberania do Estado (Dardot e laval, 2014). Neste contexto histórico, o Estado e a Igreja disputavam o papel na garantia do bem comum, mas acabaram por o repartir entre si e a população na qual estão representados (Dardor & Laval, 2014).

Na evolução da teorização do bem comum o papel da economia ganha destaque, e surge então uma reformulação do “comum” que introduz os “bens comuns” com uma conceção económica, da qual insurge a “coisa comum” ou “bens abertos a todos” (Dardot & Laval, 2014: 33). É esta evolução que conduz o conceito jurídico, relembrando-se então o conceito romano de bens comuns. Recuando ao Direito Romano, o conceito de “res communes” equivale a “propriedade comum”, ou seja a “propriedade que é de todos em virtude das suas características intrínsecas, que impedem a apropriação privada exclusiva” (Vieira, 2015: 103). Esta definição engloba o ar, a água, o mar e os rios, enquanto bens que por natureza não são suscetíveis de apropriação (Dardot & Laval, 2014). Ao abordar a história dos comuns, é essencial mencionar a Magna Carta, documento datado de 1215, na Inglaterra medieval. Este é, no contexto em análise, um documento que tem um papel de destaque no reconhecimento institucional dos bens comuns e da liberdade dos *commoners*. No percurso histórico dos terrenos ingleses surge, já no século XVI, o movimento de *enclosure*, a vedação das terras comuns pelos proprietários, de forma a que os agricultores e *commoners* não as utilizassem, e que estas pudessem ser assim fonte de lucro privado e acumulação de capital (Vieira,

2015), e retrocedendo face à Magna Carta no que se refere ao reconhecimento dos comuns. Como refere Polanyi (2016: 162) “os campos e baldios foram cercados por meio de sebes pelos senhores, o que representava uma ameaça de despovoamento para condados inteiros”. O que poderia ser uma regulamentação de beneficiação económica acabou por ter consequências negativas e despojar “literalmente os pobres da sua parte nos bens comuns” (Polanyi, 2016: 164), pois o mercado não estava ainda preparado para esta alteração brusca numa lógica capitalista de transformação da terra e do trabalho em mercadoria num sistema em que o mercado tende a dominar. Tal como refere Bollier (2010), e no contexto da revolução industrial, a economia de mercado vê os recursos como “ativos de mercado subaproveitados”. É neste sentido que Marx associa o movimento de enclosure a acumulação primitiva no processo de constituição do capitalismo. Federici (*in* Vieira, 2009: 6) sublinha a importância do relembrar da história para o reconhecimento dos bens comuns: “só passamos a ver um bem comum como tal quando ele está sob a ameaça do cercamento”.

Em Portugal, os baldios assumem um papel de destaque na história dos comuns. Estes são “terrenos não individualmente apropriados dos quais só é permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos residentes em certa circunscrição ou parte dela” (Bica, 2003: 14). Estes terrenos que eram utilizados sobretudo para fins agrícolas pelas comunidades, sofreram um movimento de privatização especialmente no século XIX, no contexto da égide da economia de mercado, criando-se, a partir dos mesmos, grandes propriedades rurais, sobretudo no Alentejo (Abel, s.d.). As alterações na sociedade rural portuguesa, associadas ao êxodo rural e ao surgimento de novas fontes de rendimento para além da agricultura, juntamente com o declínio do fim agrícola dos baldios que é substituído pela florestação, a partir das ações de florestação do Fundo Florestal (Decreto de Lei 128/77) – substituindo-se assim o seus tradicionais usos agrícolas e de pastoreio – levam a uma perda da importância dos baldios para as comunidades. A estes fatores está ainda associado a “emergência de novos utilizadores e novas formas de exploração” que não beneficiam a comunidade local (Simões e Cristovão, 2012: 7) e alguma “resistência das Freguesias” (Bica, 2013). É após o 25 de Abril de 1974 que surge o Decreto de Lei 39/76, que permite a “restituição dos baldios aos povos com direito aos mesmos” (Bica, 2003) e “seus utilizadores tradicionais” (Lopes, 2014: 6). Este decreto define-os como “terrenos comunitariamente usados e fruídos por moradores de determinada freguesia, ou freguesias, ou parte delas” – geridos pelos compartes através do conselho diretivo, pela Junta de Freguesia ou em parceria entre o Estado e órgão representativo do baldio (Bica, 2003).

É entre este relembrar da história e as novas descobertas em torno do conceito que, mais recentemente, o tema dos comuns ganha relevo no contexto do neoliberalismo, nos anos 90, com as lutas sociais e mobilizações políticas que procuram alternativas sustentáveis, muitas vezes associadas a movimentos ecologistas e de desenvolvimento local. Surgem, neste contexto, cada vez mais movimentos globais e políticos pelos bens comuns e pelo seu papel na governação local, que mantêm os comuns vivos e com um papel de destaque na sociedade: “*Commons regimes persist and re-emerge wherever people retain the political space to concert themselves with maintaining social and ecological resilience. They persist in the face of pressure from more powerful outside forces which seek to exploit, in a short-sighted way, the social and ecological resources upon which the community depends*” (Kenrick, 2009: 52)

1.3. Da tragédia à descoberta de potencial socioeconómico

Os comuns ganharam um novo destaque quando teorizados por Hardin, que lhes assume um fim trágico e Ostrom, que, em conjunto com outros autores e com casos empíricos, refuta a sua tese.

A teoria da Tragédia dos Comuns de Hardin (1968) assume que os indivíduos que gerem/partilham uma terra em comum irão, de forma inevitável, sobrecarregá-la, ao procurarem benefícios próprios, assumindo assim que “os indivíduos racionais com interesses pessoais não vão atuar para alcançar os seus interesses comuns ou de grupo” (Olson, 1992, *cit in* Bollier, 2010: 46).

Ostrom (1998), alerta para o problema que pode surgir associado aos recursos comuns: quando as unidades do recurso produzidas têm um elevado valor e não existem constrangimentos institucionais/ legais à sua apropriação, os indivíduos são incentivados a apropriar-se do recurso, podendo este processo resultar num uso excessivo, e, em último caso, na própria destruição do recurso. É por isso importante que sejam efetuados esforços para reduzir a apropriação destes recursos e potenciar os benefícios do seu uso – possibilitando que seja útil a mais beneficiários e garantindo a sua sustentabilidade a longo prazo.

O conceito de “comum” implica “uma certa obrigação de reciprocidade relacionada com o exercício de responsabilidades” (Dardot & Laval, 2014). Nesse contexto, o conceito de “comum” tem um sentido político, de obrigação entre todos os que estão envolvidos numa mesma atividade, não esquecendo as normas morais e jurídicas adjacentes a tal atividade. Ostrom mostra-nos que a gestão de bens comuns exige laços sociais fortes, nos quais a reciprocidade está naturalmente

presente e estipula as normas, e um compromisso voluntário (Dardot & Laval, 2014; Ostrom, 1990; 1998).

Ostrom e Hess (2007) destacam como críticas à tragédia dos comuns o facto de discutir o acesso aberto (e não os restantes comuns); assumir pouca ou nenhuma comunicação entre os elementos envolvidos no comum; assumir que as pessoas agem apenas no seu próprio interesse imediato; apresentar como soluções apenas a privatização ou a intervenção do Estado – excluindo assim a possibilidade de os apropriadores se organizarem entre eles. Para além destas, sublinha-se que a teoria de Hardin é baseada em “terra de ninguém” e não “terra comum”, ou seja, sem quaisquer regras de gestão, não sendo, portanto, um bem comum (Bollier, 2010). Como refere Kenrick, o próprio Hardin assume que a sua teoria não se baseia nos comuns como os definimos “*even Garrett Hardin, the inventor of the term, later admitted that the phrase describes, not a tragedy of “Commons regimes”, but a tragedy of “Open Access regimes”*” (Kenrick, 2009: 53).

Os autores que desenvolvem esta teoria assumem que “os apropriadores atuam de forma independente e não comunicam nem coordenam as atividades” (Ostrom, 2002: 2). Esteves (2017) acrescenta: esta é uma teoria que tem por base o individualismo, numa lógica de maximização do interesse individual; não considera o Estado como agente promotor dos bens comuns; não contextualiza as diferentes variáveis ou interpretações; não tem em conta a dimensão política interna do processo de “colocar em comum”, nomeadamente no que respeita à reconciliação de diferentes valores e interesses, às relações de poder e empoderamento e ao papel do capital social que atua como fator de inclusão/ exclusão.

O Nacional Research Council (1986) reconhece que a teoria da Tragédia dos Comuns era aplicada a qualquer comum, independentemente da capacidade dos apropriadores comunicarem e se coordenarem entre si, ocorrendo então uma generalização da teoria e assumindo-se como necessário repensar as suas fundamentações teóricas (Ostrom, 2002). Os estudos empíricos (Cordele, 1989; Wade, 1994; Ruddle e Johannes, 1985; Sengupta, 1991) passam então a abranger casos em que os apropriadores comunicam e se organizam autonomamente, de forma a “alcançar *outcomes* significativamente mais elevados do que o previsto na teoria convencional” (Ostrom, 2002: 3). Demonstra-se dessa forma que os agentes que cooperam, comunicam, desenvolvem regras e sanções próprias têm melhores resultados no que respeita à sustentabilidade do recurso, comparando, por exemplo, com recursos cuja propriedade pertence ao Estado (Ostrom, 2002). Apura-se então que a teoria clássica se aplica, na prática, nos casos em que os apropriadores não

tem possibilidade de comunicar ou desenvolver a confiança entre si (o que é frequente ocorrer quando nos referimos aos comuns globais, como a atmosfera ou os oceanos).

Os estudos teóricos que refutam a teoria da Tragédia dos Comuns, não deixam de verificar alguns aspetos negativos que surgem associados à gestão dos comuns, procurando, no entanto, encontrar as formas como são ultrapassados. Os comportamentos negativos associados à gestão dos comuns são considerados “problemas comuns ou dilemas sociais” (Hess, 2008: 36). *O Free riding* - “quando alguém retira benefícios dos comuns sem contribuir para a sua manutenção” (Hess e Ostrom, 2007: 10) - é um exemplo, que pode levar a conflitos entre os *commoners* ou entre estes e atores externos que intervêm no comum retirando dele benefícios. Como refere Hess “a literatura mostra que a maioria das pessoas associa os bens comuns a um recurso positivo”, no entanto, “uma parte poluída de terra não deixa de ser um comum por estar poluída” (Hess, 2008: 36). Outro problema associado aos comuns prende-se com a sua limitação enquanto recurso e controlo de utilização, “quando se trata de um recurso limitado ou com elevado valor e muitos agentes beneficiam de apropriação para consumo, troca ou produção, as apropriações de um indivíduo podem causar externalidades negativas ao outro” (Ostrom, 2002: 1), podendo causar também consequências negativas ao próprio recurso, que pode acabar por ser extinto, tratando-se de um recurso limitado que sofreu uso excessivo.

Com base em Ostrom (1992) e Baland e Platteau (1996), bem como nos diversos estudos empíricos realizados, podemos definir alguns princípios para contrariar o trágico destino inicialmente associado aos comuns. Estes podem estar relacionados com o próprio recurso: garantindo condições para auto-organização e cooperação, tratando-se de recursos com possibilidade de melhoria, estando a informação acessível, existindo previsibilidade e tratando-se de recursos de pequena dimensão; ou com os agentes: quando os recursos são importantes para o seu sustento; quando existe uma perceção comum das características/ sistemas/ ações, quando a taxa de desvalorização do recurso é reduzida e existem benefícios presentes e futuros, quando existe confiança e reciprocidade entre os agentes, quando existe autonomia na tomada de decisões pelos agentes e não existe a imposição de regras contrárias externas, quando se verificam competências de gestão coletiva e liderança (Esteves, 2017). Segundo Ostrom, “se os membros de uma comunidade tiverem oportunidade de se auto-organizar, vão, gradualmente, construir um sistema de governança eficiente e adaptável” (Eynaud e Laville, 2018: 18).

1.4. Gestão de comuns

A gestão dos bens comuns depende de diversos fatores e características dos mesmos. O fato de ser um recurso esgotável ou não esgotável (por exemplo, os recursos naturais são esgotáveis, enquanto o conhecimento é não esgotável), e de ser um recurso excludente/rival ou não excludente/ não rival, juntamente com a sua natureza e escala, influenciam a sua forma de gestão. Ao mesmo tempo, sendo um recurso gerido por uma comunidade, a sua cultura, história e valores irão ter influência nesta gestão. Assim, é a conjugação entre o recurso e a comunidade que leva a diferentes sistemas de gestão (Bollier, 2010).

A sustentabilidade de um comum e a geração de *outcomes* positivos a partir do mesmo está, em muito, associada à sua gestão, que é efetuada pela comunidade: “a capacidade de capturar o que antes era incapturável gera uma mudança fundamental na natureza do recurso, onde o recurso deixa de ser um bem público, não rival, não excludente, para se converter num recurso comum que é necessário gerir, controlar e proteger, a fim de assegurar a sua sustentabilidade e preservação” (Hess e Ostrom, 2007, *cit in* Bollier, 2010: 50). Quando se trata de um recurso esgotável, é fundamental que existam limites no seu uso e regras na sua gestão, de forma a garantir a sua sustentabilidade.

Destacam-se alguns aspetos que levam ao reconhecimento dos benefícios da gestão comum dos recursos por parte dos *commoners*, face aos custos da mesma, especialmente quando se trata de grupos heterogéneos, facilitando-a, são eles: a dependência do recurso; a partilha de um entendimento comum das situações; a confiança entre os *commoners*; a autoridade para criarem regras próprias (Ostrom, 2002: 15). Em comunidades de pequena dimensão é facilitada a concordância, a criação de regras coletivas e mecanismos de controlo eficientes, relativamente a outras de maior dimensão, nas quais os interesses podem mais facilmente divergir, podendo esta regra aplicar-se também à dimensão do recurso (Ostrom, 1990, *in* Eynaud e Laville, 2018).

A ação coletiva, que surge quando “o esforço de dois ou mais indivíduos é necessário para alcançar um *outcome*”, sendo concretizada de forma voluntária pelos participantes na ação (Sandler, 1992 *cit in* Hess e Ostrom, 2007: 5), é fundamental para que se alcancem resultados positivos na gestão partilhada de um comum: “comuns auto-organizados requerem uma forte ação coletiva, mecanismos de autogovernança e um elevado grau de capital social” (Hess e Ostrom, 2007: 5). Assim, a gestão dos comuns está bastante dependente das relações sociais estabelecidas na comunidade a que pertence e do interesse desta pelo bem, “a governação dos comuns com sucesso

requere uma comunidade ativa e regras que são bem percebidas e reforçadas” (Hess e Ostrom, 2007: 44). A gestão de comuns envolve: equidade – apropriação justa e contribuição justa; eficiência – otimização da produção, gestão e uso do recurso; sustentabilidade – no que respeita aos *outcomes* a longo prazo.

Esteves (2017) destaca alguns princípios para a gestão sustentável dos comuns. Por um lado, condições naturais do recurso e da própria comunidade que o gere: limites bem definidos; congruência entre as características do recurso, do ecossistema e das regras de gestão; regras de funcionamento que não criem obstáculos à participação dos agentes; o monitoramento do bem e das regras ser da responsabilidade dos agentes; as sanções serem aplicadas pelos próprios agentes; existirem meios para a resolução de conflitos; as autoridades públicas reconhecem os direitos de autogestão e não se opõem aos mesmos; e quando se trata de comunidades ou recursos de maior dimensão, as decisões serem tomadas de forma confederal. Por outro lado, importam princípios estruturantes imateriais: o objetivo coletivo dos agentes; o fundamento cultural e as normas sociais definidas; o design da plataforma de interação e participação; a autonomia dos participantes, transparência e expectativas coletivas; as leis, regulamentos e políticas públicas favoráveis; o sistema interno de tomada de decisões e resolução de conflitos; e a infraestrutura.

Importa ainda refletir sobre o potencial da cultura e do conhecimento na gestão de todos os bens comuns – desde os recursos naturais aos criados pelo Ser Humano, potenciando que os indivíduos coordenem a apropriação dos mesmos e garantam a sua sustentabilidade. Ostrom (1998) mostra-nos que quando os indivíduos não têm possibilidade de comunicar entre si (seja pessoalmente, à distância, verbalmente, ou de outra forma) têm tendência para se apropriar excessivamente do bem comum. Ao mesmo tempo, a comunicação permite refletir a forma como as ações individuais afetam o coletivo e os *outcomes* das mesmas, promovendo que se encontrem estratégias comuns para a gestão dos bens, de forma a que sejam benéficos para todos (Ostrom, 2008). Por exemplo, a partilha de conhecimento (científico e tradicional) sobre as florestas, sobre a sua destruição pela apropriação do Ser Humano, sobre a poluição produzidas pelos avanços do Mercado autorregulado e pela urbanização, e o seu estado de sustentabilidade, poderá levar a que os indivíduos considerem, enquanto coletivo, estratégias para a sua preservação – que podem envolver a sua consideração mais acentuada enquanto bem comum ao invés da sua apropriação, a mudança e a adaptação. Ao mesmo tempo, mantendo-se o exemplo da floresta, esta pode ser um espaço importante a preservar como espaço de todos, com características conhecidas através da cultura, histórias e lendas

associadas, seguindo determinadas normas, regras e costumes culturais que, enquanto bem comum, são transmitidos de geração em geração. Neste sentido, os bens comuns imateriais – os novos comuns - podem ser um passo importante na prevenção da “tragédia dos comuns”, ou seja, a degradação ambiental expectável quando muitos indivíduos utilizam, em comum, um recurso escasso – os comuns tradicionais (Hardin, 1968 *in* Ostrom, 1990).

1.5. Os novos (velhos) comuns

A par do estudo dos comuns tradicionalmente reconhecidos como tal, tem-se, recentemente, aplicado a teoria dos comuns aos designados “novos comuns”. Estes podem envolver comuns culturais, comuns do conhecimento, comuns do espaço público, comuns de bairro, comuns sociais, comuns de infraestruturas, comuns de mercado ou comuns globais. Hess utiliza o termo “*new commons*” pois indica “algo de diferente sobre este tipo de comuns” e porque desafia a pensar o termo “*commons*”, que é frequentemente aplicado, porém, raramente definido” (Hess, 2008: 3). Estes são então comuns que, genericamente, existem tradicionalmente nas sociedades, sendo apenas recentemente enquadrados como comuns. Este destaque surge após a relação da internet enquanto comum – este sim, um recurso recente.

Bollier estende o conceito de comuns às atividades cognitivas – os novos comuns – relacionando-as com a gestão dos comuns tradicionais da Natureza. Estes “novos bens comuns” têm algumas diferenças relativamente aos “comuns naturais”, como por exemplo o facto de não envolverem necessariamente pequenas comunidades na sua gestão – estes podem ter uma lógica de gestão mais global quando não estão associados a um lugar específico, sendo imateriais (Dardot & Laval, 2014). Neste tipo de comuns, a utilização não é rival (ao contrário dos comuns naturais), aliás, a utilização por parte de um individuo aumenta o seu potencial de utilização por parte de outro. Estes comuns estão em constante crescimento, não perdendo valor por serem utilizados e permitindo, através da sua própria utilização, que sejam produzidos (por exemplo: ao realizar um trabalho académico recorremos a fontes de conhecimento, produzindo potencialmente novas fontes de conhecimento e um processo de conhecimento enquanto comum).

O conhecimento é dos principais novos comuns estudados como tal, especialmente desde que começou a ser visto dessa forma associado às novas tecnologias e à internet em particular– Hess e Ostrom referem que a ligação entre comuns e conhecimento surge pela altura de 1995, ao se perceber que a partilha de conhecimento na Internet se trata de um comum, e que este conceito

permitiria conceptualizar os dilemas associados à informação digital. Dá-se então atenção aos comuns criados por humanos (Hess e Ostrom, 2007).

O conhecimento inclui “todas as ideias intangíveis, informação e data, seja qual for a forma em que é expressa e obtida” (Hess e Ostrom, 2007: 7). Refere-se a todos os tipos de compreensão obtidos através de experiência ou estudo, seja indígena, científico, académico ou de outra forma. Inclui também trabalhos coletivos, como a música e as artes visuais e teatrais (Hess e Ostrom, 2007: 8). Conhecimento pode ser definido como “recursos produzidos e partilháveis, independentemente da sua finalidade, da sua relevância e da sua utilização.” (Dardot & Laval, 2014: 146). Na economia este conceito está relacionado com ideias e teorias, informação e dados, criação intelectual e artística (como referem Ostrom e Hess). Neste contexto, o conhecimento pode constituir-se como um recurso naturalmente partilhado pelos humanos, e essencial ao seu desenvolvimento e dia-a-dia – “uma necessidade humana”, mas também pode ser visto, num contexto de economia de mercado, como um “bem económico” – “demonstrando a sua complexidade” (Hess e Ostrom, 2007: 8).

Os comuns do conhecimento também são propícios a ter associados problemas na utilização, podendo estes estar relacionados com os direitos de propriedade, barreiras de acesso, entre outros – “os novos *enclosures*” (Boyle, in Dardot & Laval, 2014) – com potencial de aprisionar a difusão de conhecimento e novas ideias. Os direitos de propriedade intelectual, ou a proteção legal de novos conhecimentos produzidos, são “regras legais na criação e utilização de trabalhos, ensaios e produtos intelectuais no geral, com novas ideias” (Cry, 1998 in Gál, 2012). Podemos considerar que estamos perante propriedade intelectual comum, quando mais do que uma entidade se encontra envolvida no processo criativo de geração de um produto intelectual. Nesses casos, a produção de conhecimento científico planeado por vários atores – resultando num produto comum – pode poupar recursos e introduzir no produto final diferentes pontos de vista que se completam – ex.: juntando visões teóricas (académicas) com visões práticas (de terreno). Desta forma, há a possibilidade de serem criadas comunidades ligadas pelos conhecimentos, direitos e obrigações de determinada propriedade intelectual que criaram em cooperação (Gál, 2012).

Cada vez mais insurgem defensores da livre partilha e acesso ao conhecimento, por exemplo através da internet, defendendo uma “propriedade intelectual comum”, possível de aceder por todos e ser modificada com o contributo de todos, ao invés dos direitos de propriedade individuais. Neste contexto destaca-se o movimento “copyleft”, relacionado com a gestão de dados online e que tem

o fim do livre acesso, reconhecendo a produção comum do conhecimento, tendo associado algumas regras de utilização e gestão deste comum (Dardot & Laval, 2014). A internet tem, sem dúvida, de ser destacada nesta análise, sendo uma base atual de construção, acesso e partilha comum de conhecimento – criando comunidades de internautas que cooperam entre si-, que tem vindo a ser estudada e é referida por diversos autores neste sentido, podendo até ser considerado que “o desenvolvimento da internet nos aproxima do advento do comunismo da informação” (Dardot & Laval, 2014).

A internet permite uma mudança no sistema económico vigente, possibilitando que a produção não pertença apenas aos poucos que a conseguem deter e permitindo o acesso à produção e à sua partilha por muitos indivíduos: “o sistema de produção centralizada e distribuição de um para muitos está a ser eclipsado por uma rede multimédia de produção descentralizada e distribuição de muitos para muitos” (Hess e Ostrom, 2007: 35). Os indivíduos criam, através da cooperação, produtos intelectuais e conhecimento, unindo resultados de pesquisas e inovações individuais num só coletivo, que pode resultar num produto com diversas perspetivas transformadas num resultado único. Simultaneamente forma-se uma comunidade que tem o conhecimento como um fator comum entre si (Gál, 2012) - o conhecimento partilhado “torna-se um agente de coesão social” (IDLO, 2009: 13).

A partilha de conhecimento científico, ou seja, reconhecido como tal, na atualidade faz-se com uma frequência constante e cada vez de mais formas que permitem a cada vez mais indivíduos o seu acesso: desde o meio académico, através por exemplo da frequência de universidades em determinada área científica; da escolarização; livros e revistas científicas, de diferentes valores económicos de mercado (que podem até ser nulos), traduzidos por vezes em determinados idiomas e não em outros, de diferente acesso global e de acordo com posses económicas e conhecimentos linguísticos do indivíduo que a eles pretende aceder; conferências e seminários, focando diferentes temas, em diversos locais do globo, de acesso livre, criterioso ou com base em determinada troca monetária; internet – desde bases online editáveis por todos os seus utilizadores (enciclopédias colaborativas), que podem assim cooperar na construção conjunta de conhecimento, bases de dados com livre acesso ou acesso por via de registo (pago ou gratuito), nas quais se encontraram artigos, ensaios, teses académicas e outras fontes de saber científico.

Importa, porém, lembrar que o acesso a estas fontes de conhecimento advém de diversos pressupostos, que muitas vezes impedem que determinados indivíduos lhe acedam e o impedem de

ser global: exploraríamos aqui as questões do acesso à educação, do acesso a determinados bens económicos que permitem aceder por exemplo a fontes de pesquisa como livros e internet, e, em última instância do bem-estar social e do acesso à saúde, que em tudo afeta as restantes vertentes da vida social, nas quais se inclui o acesso a conhecimento científico.

Destacam-se alguns conceitos que associam os comuns do conhecimento e a Economia Solidária: a reciprocidade, que é naturalmente estabelecida na gestão dos comuns (Dardot e Laval, 2014); a participação, local e global, na construção e na difusão de conhecimento; a igualdade de criação (e criatividade) e de acesso ao conhecimento e à cultura que pode ser potenciada quando consideramos os comuns do conhecimento; o predomínio do interesse comum e geral sobre o particular ou individual; a criação de laços sociais e fortalecimento do capital social; a promoção da coesão social e local (com destaque para o papel da cultura); as bases de confiança que são necessárias à gestão de comuns (e conseguidas, por exemplo, através do capital social) e as organizações coletivas que a esta gestão surgem associadas. As cooperativas de educação, como o caso histórico de Rochdale na base da Economia Social ou da Voz do Operário em Portugal, são também uma forte ponte de ligação do conhecimento enquanto comum com a Economia Social e Solidária.

Por fim, sublinhamos, no âmbito dos novos comuns, os “*neighborhood commons*”, ou *comuns de bairro*: “comuns urbanos e rurais onde as pessoas que vivem em proximidade se juntam para fortificar, gerir, preservar, ou proteger um recurso local”, tendo especial importância no contexto do desenvolvimento comunitário, e podendo envolver recursos imateriais, como algum aspeto da cultura local, ou materiais, como um espaço comum de encontro da comunidade. Com especial relevo para o presente trabalho, a cultura é também um dos novos comuns que tem vindo a ser estudado por diversos autores, sendo que iremos explorar este tema no capítulo respeitante à cultura.

1.6. Estado e Comuns

A gestão dos comuns garante um papel ativo dos cidadãos na prossecução dos seus direitos relativamente aos mesmos, que vai para além do papel do Estado (Bollier, 2010). O Estado pode ter o papel de favorecer a criação de instituições a ser geridas pelos *commoners* (em autogovernança) – como cooperativas, organizações locais, mercados locais, rádio e televisão comunitárias – e de garantir quadros legais que protejam os comuns e os interesses dos cidadãos.

Ao mesmo tempo, e no contexto de uma governação descentralizada, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia têm um papel fundamental, pela proximidade que apresentam com a comunidade e com o comum. Estas podem ter diversos papéis: desde auscultar as comunidades e os seus interesses, garantindo a prossecução daqueles que estão ao seu alcance e o espaço para que as próprias comunidades se auto-organizem na prossecução dos seus direitos, a respeitar o que é público e o que é comum (papel também dos próprios *commoners*, que devem fazer essa distinção) e promover relações de parceria para o alcance de objetivos comuns.

Neste contexto, importa sublinhar os conceitos de governança participativa e governança partilhada. A Governança participativa passa pela descentralização das funções do Estado para os diversos atores da sociedade civil, promovendo novas práticas, como refere Ferreira (2001, *cit in* Bastos, 2014): “perspetiva alargada de participação, a qual, para ser efetivada, deve transcender as práticas democráticas eleitorais, propondo a sua tradução em diversos arranjos e mecanismos institucionais, bem como ser dotada de outros direitos políticos e de condições de segurança económica”. A participação é assim reconhecida como “instrumento de decisão coletiva”, sendo garantidos mecanismos de democracia participativa. A Governança participativa reconhece um papel fulcral ao Estado, num sentido de coresponsabilização com a sociedade civil. Bastos (2014) sintetiza os principais aspetos da Governança: “políticas de descentralização do poder público”; “envolvimento de vários atores, não só estatais, numa tomada de decisão participada”; “existência de um modelo de funcionamento em parceria ou em rede”; “existência de um ator animador/mediador, sendo o Estado aquele que, comumente, assume este papel”.

Centralizando no desenvolvimento local e na igualdade de poderes de decisão entre os diferentes atores participantes no processo, surge o conceito de Governança Solidária Local, definido por Franco como “uma rede distribuída de pessoas, de adesão voluntária, que tem como objetivo impulsionar novas formas de governança compartilhada baseadas na solidariedade social, na parceria entre instituições do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil e na participação democrática direta das pessoas (...) com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e social sustentável da cidade e das suas localidades” (Feijó e Franco, 2007, *cit in* Bastos, 2014).

Com base nos referidos conceitos de governança, e de acordo com os seus objetivos, aborda-se recentemente o conceito de Governança Partilhada. Este tem uma base comunitária, podendo-se relacionar com estratégias de desenvolvimento regional endógeno, e evidenciando-se como diferença dos conceitos de Governança referidos o fato de serem as entidades da sociedade civil a

assumir o papel de mediador/animador, ao invés do Estado. Neste sentido, “implica que a tomada de decisão seja participada em todas as fases” e “inclui relação horizontal e poder igualmente distribuído entre os atores” (Bastos, 2014).

“Um processo profundo de democratização não pode ter por base uma mudança disruptiva, mas sim a construção de comunidades e novas instituições ao lado (e nas) antigas” ((Eynaud e Laville, 2018: 23). A combinação entre “o novo e o velho” é uma forma de concretização deste processo que pode unir costumes populares – como “formas de socialização, ajuda mútua e cooperação” a “invenções institucionais”, renovando-os (Eynaud e Laville, 2018: 23). Entre os comuns tradicionais, e o reconhecimento de novos comuns, o Estado deve promover processos de “inovação social”: mudanças nas relações sociais, envolvendo novas formas organizacionais, novas práticas, percepções e interpretações (Esteves, 2017), das quais os comuns podem fazer parte, na procura de bem-estar social.

2. Cultura

2.1. Conceito de cultura

Damásio conta-nos como surge, neurologicamente, a cultura: “o início das primeiras representações analógicas permitiu o desenvolvimento de imagens baseadas em várias modalidades sensoriais e abriu caminho aos sentimentos e à consciência. Mais tarde, as representações simbólicas passaram a incluir códigos e gramáticas, tornando assim possível as linguagens das palavras e matemática. Seguiram-se os mundos da memória baseada em imagens, da imaginação, da reflexão, do inquérito, do discernimento e da criatividade. As culturas foram as principais manifestações destas novas conquistas” (Damásio, 2017: 330). A cultura tornou-se essencial na vida em sociedade, estruturando-a e tendo um papel fundamental individualmente e coletivamente, que passa despercebido no dia-a-dia. Tal é a sua importância que conceito de cultura tem sido alvo de diversas definições, concretizadas por diversos autores de diferentes áreas.

O termo cultura tem origem francesa, no século XII, reportando à palavra latina cultura – “os cuidados prestados aos campos ou ao gado” (Cuche, 1999: 28), evoluindo no século XVI para a ação, “o facto de se cultivar a terra” (Cuche, 1999: 28). É o “movimento natural da língua” que leva à metáfora da palavra: “da cultura da terra à cultura do espírito” (Cuche, 1999: 29), impondo-se o seu sentido figurado no século XVIII – relacionando-se com o “cultivo da mente e do intelecto” (GANEC, 2014: 28). “Progressivamente, a palavra desembaraça-se dos termos que a determinam

e acaba por ser usada isoladamente para designar a “formação”, a “educação do espírito” (Cuche, 1999: 29). A ideologia iluminista confere à cultura um significado que distingue os Humanos dos demais seres, para os iluministas “a cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade” (Cuche, 1999: 29), sendo associada “às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão” (Cuche, 1999: 29). Eliot atribui à cultura um papel central na glorificação da vida: “Cultura pode até ser descrita simplesmente como aquilo que torna a vida digna de ser vivida. E é também aquilo que justifica outros povos e outras gerações quando dizem, ao contemplar os restos e a influência de uma civilização extinta, que valeu a pena ter existido essa civilização” (Eliot, 1996: 30).

Na procura de definição do conceito de cultura, importa explorar os principais contributos históricos, segundo as diferentes vertentes, áreas científicas e visões dos seus autores. Tylor, antropólogo britânico, surge em 1871 com um conceito etnológico de cultura, uma conceção universalista que destaca a dimensão coletiva e a cultura como adquirida: “cultura ou civilização, no sentido etimológico mais lato do termo, é esse todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (Tylor, 1871, *cit in* Cuche, 1999).

Boas, antropólogo de destaque, associa as diferenças às culturas, enquanto adquiridas e geradoras de hábito, e não às raças, introduzindo dessa forma o conceito de relativismo cultural, abordando-se uma cultura sem *a priori*, ou seja, sem a comparar à partida com as outras, e olhando para os sistemas culturais como sistemas complexos: “*Culture shaped behavior through the emoticons and through habit. Actions that are repeated over and over become habits and therefore become unconscious. Once we have absorbed cultural ways of doing things as habits, any other way of doing things seems unreasonable, even dangerous*” (Boas, 1962, in Wilk e Cliggett, 2007: 131).

Também Ruth Benedict foca a teoria de que a cultura desenvolve um *pattern*, um “esquema inconsciente para todas as atividades da vida” (Cuche, 1999: 63). Bourdieu (1980, *cit in* Cuche, 1999: 120) defende que o *habitus* -“sistemas de disposições duradouras e transponíveis” -“permite aos indivíduos orientarem-se no espaço social que é o seu e adotarem práticas concordantes com a sua pertença social” (Bourdieu, 1980, *cit in* Cuche, 1999, 120). No mesmo contexto, Margared Mead, Linton e Kardiner chegam a associar a personalidade à cultura.

Para Malinowski, a cultura é vista como um sistema, com elementos que se interligam e o formam, no presente (e não no passado ou no futuro), desenvolvendo a partir desta ideia a sua “Teoria das

Necessidades” e defendendo que “os elementos constitutivos de uma cultura tem por função satisfazer as necessidades essenciais do Homem” (Cuche, 1999: 59), pelo que as instituições culturais (“soluções coletivas dadas às necessidades individuais” (Cuche, 1999: 60)) respondem a necessidades fisiológicas e naturais. Lévi-Strauss define cultura como “um conjunto de sistemas simbólicos em cujo primeiro plano figuram a linguagem, as regras matrimoniais, as relações económicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas visam exprimir certos aspetos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, “as relações que os dois tipos de realidade mantêm entre eles e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros” (Lévi-Strauss, 1950, *cit in* Cuche, 1999: 73), associando dessa forma a cultura sobretudo a sistemas simbólicos que organizam a vida. Na mesma linha de pensamento, Sapir atribui à cultura um “conjunto de significações que os indivíduos de um dado grupo se comunicam através de interações” (Cuche, 1999: 79), e Durkheim refere que “os fenómenos sociais têm necessariamente uma dimensão cultural uma vez que são também fenómenos simbólicos” (Cuche, 1999: 48), insurgindo então uma teoria de “consciência coletiva”, envolta em representações coletivas, ideais, valores e sentimentos comuns a todos os indivíduos de uma sociedade. Polistina define resumidamente cultura como “todo o nosso sistema de crenças, valores, atitudes, hábitos, instituições e relações sociais” (Polistina, 2009: 117)

Silva define cultura como um “conjunto complexo e dinâmico de significações, padrões de conduta, práticas, obras e instituições” (Silva, 2000:1), acrescentando que “abrange as práticas simbólicas do homem, os modos de, os códigos estruturadores da conduta (...) artes diárias de ser, fazer e saber e competências consagradas” tendo um papel fulcral na “criatividade social e com ela a autonomia (relativa) dos grupos perante os constrangimentos físicos” (Silva, 2000: 145). Este papel surge pela “identificação pessoal, grupal e comunitária” que dela advém, tornando-se “matriz de condutas”. Como elementos da cultura podemos considerar: componentes - linguagens, técnicas, saberes, crenças, expressões e perceções artísticas, atividades lúdicas; formas de produção – processos de criação, de difusão e de consumo/ apropriação de bens, socialização; níveis de investimento e reconhecimento social das práticas – cultivo da cultura, padrões de conduta, contraculturas (Silva, 1988: 27).

Através do GANEC encontramos uma definição bastante completa de cultura: “A cultura pode ser sensatamente definida como um depósito acumulado de conhecimento, experiência, crenças, valores, atitudes, significados, hierarquias, religião, incluindo noções abstratas de tempo, espaço e

conceções do universo. A cultura é formada pelos objetos materiais adquiridos por um grupo de pessoas ao longo de várias gerações. (...) a cultura é, ao mesmo tempo, um sistema de conhecimento e um estilo de vida adquirido e partilhado por um grupo relativamente grande de pessoas, transmitido de geração em geração e usado sem que haja uma reflexão explícita. É fruto da comunicação e da imitação, da comunicação simbólica e do comportamento cultivado, reforçados socialmente por instituições formais ou informais. É formada por um conjunto de características que unem os membros do grupo e os distinguem de quem não pertence a ele, proporcionando uma identidade e um sentido de «coletivo» (GANEC, 2014: 28). Com base nesta definição, podem ser identificadas algumas características base da cultura: associação a um grupo social específico (com base em características comuns); perenidade, relacionada com a transmissão de geração em geração; produção de identidade; produção de coesão social – relacionada com o sentimento de pertença; “a partilha de uma natureza social ou coletiva”; associação a “bens de mérito” – considerados benéficos pelo indivíduo ou a sociedade, independentemente do valor de mercado; “algo difícil de racionalizar”; auto validação, enquanto forma de interpretação da realidade; natureza do capital, no sentido de acumulação ao longo do tempo (GANEC, 2014: 33). Wolf relembra o papel da cultura para as relações sociais: “Por cultura eu entendo as formas desenvolvidas historicamente através das quais os membros de uma determinada sociedade se relacionam entre si. Por sociedade entendo o elemento de ação, dentro de um campo construído pelas formas culturais, de manobras humanas que almejam tanto a preservação de certo equilíbrio de oportunidades e riscos na vida como a sua mudança” (Wolf, *cit in* Sidney, 2009: 231). Neste contexto, importa destacar o papel da socialização como forma de garantia da continuidade das culturas através de gerações, podendo esta ser definida como o “processo de integração de um indivíduo numa dada sociedade ou grupo particular através da interiorização de modos de pensar, de sentir e de agir, ou, por outras palavras, dos modelos culturais próprios da sociedade ou do grupo em causa” (Cuche, 1999: 77), ou seja, estando intimamente ligada com a transmissão cultural segundo as definições de cultura estabelecidas.

Paralelamente ao conceito de cultura, surgem alguns conceitos associados, dos quais destacamos:

- Cultura popular – “cultura comum das pessoas comuns (...) uma cultura que é fabricada no quotidiano, em atividades ao mesmo tempo banais e cada dia renovadas” (Certeau, 1980, *in* Cuche, 1999, 107). Silva (2000: 37) atribuí à cultura popular um papel enquanto “circuito local de estruturas, bens e atividades recreativas, lúdicas e criativas, em que a crescente

dinâmica de mercantilização é temperada por uma persistente iniciativa benévola de raiz comunitária”.

- Identidade cultural - “sistema de elementos simbólicos característico, comunitário e individualizador” (Silva, 2000: 154).
- Conhecimento simbólico - relacionado com criação e comunicação de significados culturais, símbolos, ética e estética. Criado no dia-a-dia, nos contextos diários, relacionado com um contexto sociocultural e difícil de transferir diretamente no espaço e tempo (Brata, 2017).

A cultura inclui, como as definições acima demonstram, aspetos profundos e de cariz imaterial, que se constituem como premissas e fundamentos – crenças, moral e valores - , e aspetos “influenciados e transformados pela realidade e por resultados concretos”, que refletem os primeiros – as atitudes, comportamentos e práticas (GANEC, 2014: 29), e pode ser consolidada em património material, físico. Importa então definirmos, brevemente, o que é entendido por património material e património imaterial, ambas formas de transmissão cultural entre gerações.

Património material

O património material é fortemente influenciado pelos valores, crenças, atitudes e património imaterial daqueles que o constroem e/ou preservam. Podem integrar no património material monumentos, artefactos, obras de arte ou instrumentos diários, que “constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura”, tendo “interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, artístico, etnográfico, científico, industrial ou técnico” e refletindo “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade”. Através do conceito de património cultural imóvel, a Direção Geral do Património integra ainda os “bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos” (Direção Geral do Património Cultural, 2018).

Património Imaterial

A UNESCO, na sua Convenção para a Proteção do Património Cultural Imaterial, define-o como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural” acrescentando a sua transmissão intergeracional e recriação “pelas

comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história” o que lhes confere “um sentido de identidade e de continuidade” (UNESCO, 2003). Este património pode assumir diversas manifestações, como “tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003). O património imaterial assume como característica única o fato de apenas ser transmitido quando é efetivamente reconhecido pelas comunidades a que pertence, sendo destas o papel de o transmitir (UNESCO, 2011).

2.2. Políticas culturais

O Estado, face ao seu papel na sociedade que gere, terá sempre um papel fulcral no que concerne à cultura, e, especificamente, à sua promoção e proteção, garantindo o acesso à mesma pelos seus cidadãos e delineando estratégias para a sua sustentabilidade.

Enquanto Silva dá destaque à necessidade de “promoção das condições institucionais favoráveis e das competências necessárias à criação – por via da produção ou da apropriação pelo consumo – de obras e saberes” (Silva, 2000: 146), Madureira Pinto realça a importância da democratização da cultura no que se refere ao acesso à mesma: “o contacto com obras, incluindo exemplares mais “exigentes” da “cultura cultivada” nunca deixa o recetor indiferente e contribui, a prazo, para a incorporação durável de algumas disposições estético-cognitivas atualizáveis em novas, e cada vez mais enriquecedoras, experiências” (Madureira Pinto, 1995: 194). A ação cultural, no sentido de promoção cultural e democratização da sua criação e acesso, releva, por um lado, impacto financeiro através dos efeitos no rendimento, e, por outro, impacto qualitativo, gerado pela atividade que proporciona reforço da afirmação identitária, completados por uma promoção das qualificações (no que concerne a competências científicas, técnicas e artísticas), que permite aos atores sociais “se assumirem como protagonistas de processos de desenvolvimento” (Silva, 2000: 151).

No que respeita à legislação nacional, destaca-se a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, que “estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural”, definindo, no seu artigo 2º, património cultural como “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”, bem como, “bens imateriais que constituam parcelas estruturantes

da identidade e da memória coletiva portuguesas”. O artigo 3º atribui ao Estado, pelo seu papel político, as tarefas de: “assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”, relacionando com a “salvaguarda e valorização do património nacional”; proteger e valorizar o património cultural “como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais”; garantir o “conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural”, também através das autarquias locais.

2.3. Cultura e conhecimento

Cada comunidade (seja ela local, virtual, étnica) suporta em si produções culturais imateriais em determinados locais e momentos temporais, que são geradas através das ideias e identidades dos elementos que constituem a comunidade, transmitidas de geração em geração, de indivíduo em indivíduo, e que, através de processos migratórios passam a ser glocais – como as lendas, as histórias reais sobre a comunidade, as músicas e danças, as formas de plantar e colher determinadas plantas e alimentos, o que é comestível ou venenoso na natureza, quais as estações do ano em que ocorrem cheias, como prevenir e curar determinadas doenças, como resolver determinado problema social, entre muitos outros conhecimentos essenciais ao funcionamento diário e que foram apreendidos através deste mesmo funcionamento diário (desde o trabalho, ao lazer e à vida privada). Falamos então de conhecimento gerado através da cultura, de acordo com a definição de património imaterial acima descrita, na qual vimos que este integra conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo, bem como técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003). Como refere Meneses, “o conhecimento, longe de ser uma entidade ou sistema abstrato, é uma forma de estar no mundo, ligando saberes, experiências e formas de vida” (Meneses, 2009: 234). No mesmo contexto Spradley (*in* Mukherjee, 1991: 51), acrescenta que “*culture is the acquired knowledge people use to interpret experience and generate social behavior*”.

Interpretando o conhecimento com a sua forte ligação à cultura, insurge o conceito de justiça cognitiva, que passa por dar igual importância às diferentes formas de saberes, bem como dos indivíduos que os possuem e exploram, permitindo uma interceção entre diferentes práticas e saberes. A presença de justiça cognitiva é essencial para a justiça social, sobretudo no que diz respeito às desigualdades globais geradas pela opressão de saberes e pelo privilégio epistémico de conceitos e conhecimentos do Norte global face ao Sul global. Ao mesmo tempo, importa sublinhar

que quando ocorre uma opressão de saberes e culturas por parte de outros saberes científicos que dominam, estamos também perante um empobrecimento da expressão social e cultural e práticas de exclusão (Meneses, 2009). No mesmo sentido, destacamos ainda o conceito de Ecologia de Saberes, de Boaventura de Sousa Santos, garantindo-se a presença no saber de um misto cultural, entre diferentes formas de pensar que dialogam e se constroem em cooperação, de forma democrática e justa, proporcionando um conhecimento construído com base em um equilíbrio de saberes. Boaventura Sousa Santos (Santos, 2007) explora o conceito de Ecologia de saberes, considerando-o um diálogo de saberes de diferentes origens e muitas vezes tradicionalmente tribais. Diversidade inesgotável de culturas e saberes no Mundo corresponde a uma diversidade epistemológica com possibilidade de constante construção.

A ecologia de saberes acredita na “pluralidade de conhecimentos heterógenos” (sendo um deles a ciência) e “em interações sustentáveis e dinâmicas entre os conhecimentos sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (Santos, 2007: 24). Assim, é potenciada a diversidade e pluralismo epistemológico global, que envolve formas múltiplas de conhecimento e vai além do conhecimento validado como científico (afinal existem diversos critérios para validar o conhecimento e a ciência não será a única forma válida de conhecimento). Esta ideia, envolve a cultura no seu sentido múltiplo, a cultura que se traduz em diversidades socioculturais que interagem e se fundem em contextos de multiculturalidade. O conhecimento como bem comum pode ser defendido também através desta ecologia de saberes, numa “interação e interdependência entre saberes científicos e outros saberes, não científicos” (Santos, 2007: 28). Importa sublinhar a importância da interligação local-global, uma vez que “diferentes práticas de conhecimento têm lugar em diferentes escalas espaciais e de acordo com diferentes durações e ritmos, a intersubjetividade requer também a disposição para conhecer e agir em escalas diferentes (interescalaridade) e articulando diferentes durações (intertemporalidade)” (Santos, 2007: 30). A escolha dos saberes e conhecimentos para intervenção no real, deve, segundo esta perspectiva, estar dependente do valor relativo do conhecimento para a situação, preferindo-se formas de conhecimento que “garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na conceção, na execução, no controlo e na fruição da intervenção” (Santos, 2007: 32).

2.4. Cultura e desenvolvimento

Silva relaciona a cultura com o desenvolvimento, associando a cultura ao ser – “o sentido que os atores sociais conferem à sua ação”, e o desenvolvimento ao agir – centrando-se na ação, como refere o autor “não há ação sem sentido, e sentido sem ação” (Silva, 2000: 1). O mesmo autor destaca “os princípios, os operadores e as obras que produzem, organizam e difundem significação, e formam os valores, as atitudes, os modos de pensar, sentir e agir, os símbolos, as linguagens, as práticas” para defender uma visão de desenvolvimento que, para além de “satisfação de necessidades e crescimento económico ou prossecução de bem-estar” está interligado com “dinâmicas globais de estruturação e mudança social” (Silva, 2000:1).

O desenvolvimento, um processo de transformação, pode manter a tradição – que “representa uma continuidade do passado, uma transmissão ao longo do tempo, um elo entre gerações”, sendo nesse sentido uma referência para identificação, no que concerne à identidade singular e coletiva – enquanto processo dinâmico (Silva, 2000: 11). Assim, a tradição pode, segundo o autor, constituir-se como um recurso de desenvolvimento, promovendo a reflexão ético-política sobre “a modernidade desejável”; suportando processos e moderando crises; pela sua “plasticidade, adaptabilidade e transformabilidade”; constituindo-se como “instrumento cultural básico (...) para aprender, compreender, incorporar e assim controlar, domesticar, agarrar a mudança” – importando que a tradição seja confrontada com “outras linhas de estruturação das posições, dos trajetos e dos projetos sociais” (Silva, 2000: 40). Silva conclui esta ideia lembrando que “a identidade cultural de um grupo ou país constitui a matriz do seu desenvolvimento” (Silva, 2000: 154).

O desenvolvimento sob a perspetiva cultural tem de ser “sociologicamente informado”, ou seja, reequacionar as “questões económicas, políticas, ideológicas, sociais, específicas de cada grupo ou organização, à luz das suas características estruturais, e dos recursos e projetos internamente gerados” (Silva, 2000: 161). Na sua tese central, Silva defende que “os objetivos, os meios e as estratégias de desenvolvimento devem subordinar-se ao primado das maneiras de sentir, pensar e agir (e das relações com os recursos e as paisagens delas decorrentes) dos grupos cujas necessidades cabe satisfazer e cujos desejos/ projetos cabe realizar”, utilizando os “universos culturais próprios” como recursos, orientações e oportunidades principais (Silva, 2000: 145). Estaremos então perante uma “culturação da economia”, em que a lógica económica “integra os fatores e fins culturais”, sendo “o económico que é integrado no fato sociocultural total”, e não o oposto (Godinho, 1982, *in* Silva, 2000: 153), e seguindo a lógica da tese de Polanyi, que defende

uma noção substantiva de economia, contextualizada a nível social, cultural, político, ambiental, geográfico e histórico, ao invés da vigente economia de mercado, desenraizada destes contextos (Polanyi, 1944). Ignacy Sachs contribui também para a defesa desta ideia, em 1986, com a sua teoria de uma nova economia política e antropológica, consciente dos enquadramentos culturais e qualitativa (Silva, 2000: 154). Num processo de desenvolvimento sustentável, uma comunidade pode assim utilizar os seus valores culturais e identidade cultural, promovendo e permitindo a mudança, própria de um processo de desenvolvimento, sem trair a sua tradição e aquilo que é o seu tecido social (Silva, 2000).

A promoção da cultura deve fazer parte de um processo de desenvolvimento sustentável, fundamentando-o ao: fortalecer o sentimento de identificação e identidade comum, através da promoção do autoconhecimento e do reconhecimento do património cultural, promovendo “uma consciência histórica sem a qual não há futuro próprio, e muito menos desenvolvimento endógeno” (Silva, 1988: 31); afirmação da identidade no exterior da própria comunidade, face à imposição de cultura externa num Mundo global, preservando-a; “promover a inovação, através do conflito entre os estilos e as mensagens dos círculos profissionais especializados na produção estética e cognitiva, dos intelectuais e artistas, e os seus recetores e circunstantes” (Silva, 1988: 33) que “implica sempre a criação contínua e alguma margem de rutura, de tensão com o património adquirido” (Silva, 1988: 33); promoção de qualificações, no que concerne a competências científicas, técnicas e artísticas, num contexto de educação permanente e do enraizamento da mesma no local e nas suas características próprias, reforçando a cultura própria da comunidade ao mesmo tempo que é universal – educação como “aprendizagem e exercício de formas de raciocínio, de atitudes mentais e operadores intelectuais, que é consciencialização” (Godinho, 1982, *in* Silva, 1988: 38).

A promoção cultural, ao desenvolver os conhecimentos e capacidades do indivíduo e da comunidade, permite seguir a linha de raciocínio sobre desenvolvimento proposta por Amartya Sen, que entende o desenvolvimento como liberdade, ou seja, como “um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (Sen, 2003, *cit in* Pinto, 2014: 145). Sen refere-se à liberdade “quer como um processo de escolha dos sujeitos, quer como uma condição que dá maior oportunidade para que o sujeito consiga atingir os seus objetivos de vida” (Pinto, 2014: 145), relacionando-se com um “processo de emancipação ou de atribuição de poderes” (Sen, 2010, *cit in* Pinto, 2014: 145).

Com base em Cochrane (2006, *in* GANEC, 2014), podemos estabelecer uma relação entre capital cultural e capital natural, integrando numa lógica de desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, as crenças culturais influenciam a gestão do capital natural e os seus objetivos, de acordo com a importância que é dada às suas diferentes dimensões (económica, ambiental e social). Em segundo lugar, a “eficiência de utilização do capital natural” é afetada pelas características culturais daqueles o utilizam, que, consoante as suas características culturais, podem apresentar diferentes perspetivas de colaboração e inovação. Por fim, a procura por “produtos fabricados e pelos fatores produzidos pelo capital natural que aumentam a qualidade de vida” por parte dos consumidores é fortemente influenciada pela sua cultura (GANEC, 2015: 107).

2.5. Cultura e Comuns

A par do conhecimento, a cultura é também um comum recentemente estudado como tal, surgindo cada vez mais estudos e artigos que, através sobretudo de casos empíricos, fundamentam esta forte ligação da cultura aos comuns. Juan (2018: 58) relaciona os comuns culturais a uma iniciativa de gestão comunitária que “insere a produção e distribuição de bens culturais nas normas democráticas”, considerando as “esferas cultural, económica e política como um vetor de emancipação”. Travlou *et al* (2018) definem os comuns culturais como “algo que os participantes criam juntos, como a *Wikipedia*, em que os participantes pesquisam, escrevem e gerem juntos, ou práticas indígenas ancestrais, que passam entre gerações por um grupo particular”, acrescentando que são “uma forma de criatividade que envolve valores como a partilha, comunidade e reciprocidade, em oposição a privatização, *enclosure* e exploração”. A cultura é facilmente reconhecida enquanto comum, pela sua “ligação íntima com a identidade, cultura, tradições de um território e pela importância para a vida em comunidade” (Giovene di Girasole *et al*, 2018), sendo partilhada pela comunidade que a expressa. Ao mesmo tempo, os valores, práticas e identidades partilhadas facilitam a ligação entre a comunidade, a confiança e a cooperação na mesma, tornando-se a cultura, quando reconhecida pela comunidade e envolvendo-a ativamente, uma promotora de capital social (Giovene di Girasole *et al*, 2018). Como referem Giovene di Girasole *et al*, o reconhecimento da identidade cultural enquanto comum proporciona o alcance dos princípios para uma gestão sustentável dos comuns, referidos por Ostrom, facilitando objetivos, valores e regras comuns.

As políticas europeias reconhecem já a cultura, e em especial a herança cultural, como um comum partilhado pelas comunidades, reconhecendo o seu papel num processo de desenvolvimento sustentável e inovação, e a importância de a proteger e promover enquanto comum, ou seja, através da participação das comunidades locais, responsabilizando-as e procurando que reconheçam a sua identidade, e da cooperação. O papel da cultura, transmitida de geração em geração, no desenvolvimento sustentável tem sido cada vez mais sublinhado (Giovene di Girasole *et al*, 2018).

3. Desenvolvimento

“Não há sociedades meramente estáticas, nem equilíbrios perfeitos, nem inércias absolutas: não há histórias imóveis” (Silva, 2000: 9)

O conceito de desenvolvimento não tem uma definição concreta e homogénea entre os diferentes autores que sobre ele concebem teorias, envolvendo um estudo complexo e interdisciplinar, que se adapta à constatação de práticas. Quando pensamos em desenvolvimento, pensamos numa sinergia de crescimento económico, garantindo sustentabilidade económica, desenvolvimento social, garantindo bem-estar social, segurança, igualdade de oportunidades, acesso a oportunidades e aspirações, participação, e numa prossecução destes objetivos que tenha em conta a garantia da sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento é um processo em constante construção e necessidade de mutação, que parte e é garantido através de recursos endógenos e recorre, numa sinergia constante, a recursos exógenos. Tal como refere Esteva (2010), sempre interligada ao crescimento, maturação e evolução, a palavra desenvolvimento, aplicada em diferentes contextos, remete para “uma mudança favorável, um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, de pior para melhor” (Esteva, 2010: 6). Também Silva (2000: 1) o define sinteticamente como “processos e projetos de formação ou transformação social”, associando ao conceito: transformação; processo; dinâmica, vontade, interesse e conflito; e clarificando que este não implica modernização, podendo relacionar tradição com mudança. Desenvolvimento é definido por Birou como “desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens, que deve ser integral, geral, mundial, solidário, homogéneo da dinâmica própria de cada grupo humano, que deve partir dos próprios povos, que exige um esforço contínuo de harmonização das tensões e de redução das relações de força” (Birou, 1970, *cit in* Pinto, Carvalho e Pinto, 2015: 144). O desenvolvimento é assim um processo coletivo que está

dependente da consciência de interdependência, responsabilidade e solidariedade de cada ser humano.

Como refere Unceta (2014: 31), os processos de desenvolvimento envolvem, atualmente, a “interação entre fenómenos económicos e sociais, que atuam em diferentes âmbitos e escalas, desde o local ao global, e que abarcam um crescente número de temas”. Este é um processo dinâmico que se constrói, ao longo da história, progressivamente, numa conexão entre teorias e práticas, que levou necessariamente o conceito de desenvolvimento, desde que surge como um ponto essencial da agenda política global, a ser alvo de uma reconstrução interdisciplinar com potencial de continuidade dinâmica.

Atualmente estão definidos diferentes conceitos de desenvolvimento, os “novos conceitos de desenvolvimento”, são eles: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado. Estes surgem por uma necessidade de se reformular o conceito de desenvolvimento que surge, a nível científico e político, no final da Segunda Guerra Mundial, baseado no modelo europeu, avaliado através de metas sobretudo quantitativas e relacionadas com o crescimento económico, e que é globalmente imposto. Com a verificação gradual da sua aplicação, as suas falhas levam à sua necessidade de reestruturação e readaptação a uma realidade global, heterogénea. É neste processo, entre a prática e a teoria, que surgem os novos conceitos de desenvolvimento referidos, e de entre os quais nos focaremos nos conceitos de desenvolvimento local e, de forma menos aprofundada, desenvolvimento sustentável.

No contexto dos processos de desenvolvimento, importa referir em estreita ligação aos princípios da economia solidária, o desenvolvimento solidário, definido por Singer como “um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento económico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”, procurando nas forças produtivas um respeito pela natureza, favorecimento de “valores como igualdade e autorrealização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-o ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão” (Singer, 2004: 7).

3.1. O surgimento do conceito de desenvolvimento

Aristóteles, Santo Agostinho, Adam Smith, Maltus, Marshall, Ricardo, Stuart Mill e Marx destacam-se pelas ideias e teorias que traçam para os avanços da humanidade. É, no entanto, no contexto de reconstrução europeia e mundial que sucede ao fim de duas Guerras Mundiais, e de um contexto geopolítico marcado pelo colonialismo, que o conceito de desenvolvimento ganha relevância, insurgindo-se a nível científico e político, face a uma necessidade global de reconstrução, progresso e harmonia. São vários os fatores que, no referido contexto, contribuem para tal: a independência colonial e desejos de prosperidade dos novos países; a necessidade de reconstrução na Europa e desafios a ela associados; a competição pela produção, inovação e progresso instituída num clima de guerra fria; a afirmação do papel do Estado enquanto garante de bem-estar e progresso, seguindo a linha Keynesiana; a procura de um clima global de paz e progresso (Amaro, 2004; Acosta, 2014; Rist, 2008; Unceta, 2014).

Os países europeus são considerados como modelo de referência para o conceito de desenvolvimento, pois, com sociedades industriais tornam-se, aos olhos da formulação do conceito, um exemplo de desenvolvimento – os países desenvolvidos – designando-se a partir destes o grupo de países que não teria ainda um modelo semelhante como países em desenvolvimento (ou áreas subdesenvolvidas). Os últimos compõem-se por países com “escassa capacidade produtiva e débil crescimento económico” (Unceta, 2014: 45).

Segundo Esteva (2010) a data de 20 de janeiro de 1949 torna-se um marco político no conceito de subdesenvolvimento, considerando o discurso de Truman que refere o termo no contexto do desígnio de projetos para as áreas então consideradas como subdesenvolvidas, fortalecendo, simultaneamente, a ideia de hegemonia americana. Nos países desenvolvidos, segundo a conceção eurocêntrica, podemos ver as bases para o progresso por um lado, numa revolução material – a Revolução Industrial (associada às revoluções Agrícola, do Comércio, dos transportes e vias de comunicação e tecnológica), e, ao mesmo tempo, por uma revolução cultural e ideológica - a Revolução Francesa (para a qual contribuíram a revolução cultural/ filosófica, a revolução religiosa, a revolução científica e a revolução política) (Amaro, 2004). A industrialização é então “apresentada como uma etapa obrigatória na caminhada dos países do Terceiro Mundo para o desenvolvimento” e a tradição vista como “um obstáculo à modernização” (Amaro, 2004: 48).

Com base neste modelo, o conceito de desenvolvimento nasce lado a lado com o conceito de crescimento económico, sendo o último visto como fundamental para o primeiro, e como garantia

das possibilidades de melhoria que têm como auge o bem-estar. É neste sentido que o PIB *per capita*, um indicador meramente económico, se torna o principal meio de avaliação do desenvolvimento de um país. Desenvolvimento torna-se dessa forma um sinónimo de crescimento económico, num contexto de domínio do modelo capitalista – “desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo” (Singer, 2004: 9). Esta é uma visão ainda muito ligada aos clássicos da ciência económica, como Smith, que desenvolveram a ideia de que o bem-estar dos indivíduos depende da riqueza do país, estando por isso recaído sobre responsabilidade do Estado e reportando ao mesmo.

“O desenvolvimento humano, o bem-estar das pessoas, passava assim a ser considerado como um subproduto do desenvolvimento nacional” (Sutcliffe, 1995, *in* Unceta, 2014: 43) e a ser medido com base em resultados economicamente quantificáveis. A ideia de desenvolvimento tem desta forma uma base de construção que se rege pelos valores dos Estados “desenvolvidos”, com garantias sobretudo materiais e que prossigam o bem-estar através destas, colocando de parte na sua teorização e avaliação outras formas de bem-estar correspondente a sociedades exteriores a estes. Unceta (2014:67) sintetiza esta ideia referindo que “Economia do desenvolvimento não passa de uma construção intelectual destinada a justificar e promover a expansão de um modelo e de uns valores – os ocidentais – como meio necessário para superar o suposto atraso das sociedades caracterizadas por outras referências culturais e outras formas de organização social e de relação com natureza”.

3.2. As críticas ao desenvolvimento e o surgimento de conceitos e práticas alternativas

De facto, o processo de desenvolvimento instruído ao longo de vários anos resultou em progressos, destacados entre os anos 40 e 70 do século XX, verificados na melhoria do bem-estar material, atingida através da produção, no aumento da escolarização, na melhoria das condições de saúde e acesso à saúde, e em avanços científicos e inovações tecnológicas. No entanto, observando a escala global constata-se que estes progressos não foram mundialmente generalizados, concentrando-se nos países considerados desenvolvidos (sendo expoentes máximos a Europa e os Estados Unidos da América) e não chegando aos países considerados subdesenvolvidos (destacando-se países africanos e sul americanos), que se sentem frustrados neste processo (Amaro, 2004).

A estruturação feita do desenvolvimento não tem em conta as diferenças qualitativas, ou estruturais, entre os países e zonas do Globo, comparando apenas as diferenças quantitativas que por estas são altamente influenciadas (Unceta, 2014). Singer (2004: 11) reforça esta ideia, afirmando que “uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos”, ocorrendo com diferentes impactos em diferentes países e áreas dos mesmos. O autor destaca a importância da repartição dos benefícios e prejuízos do desenvolvimento de forma justa, sublinhando o papel do livre conhecimento para tal: “o novo conhecimento não deveria ser propriedade privada, protegida por patentes, mas deveria ser livremente disponível para todos” (Singer, 2004: 11).

Simultaneamente, as formas de desenvolvimento praticadas levam ao surgimento de novos problemas, destacando-se os sociais, como a exclusão social que surge da destruturação das sociedades tradicionais e da competição no contexto capitalista, e os conflitos e intolerâncias culturais e religiosas; os ambientais, vistos a curto e a longo prazo, provocados por uma produção exacerbada e poluente e por uma extração de recursos que a acompanha; a mercantilização do trabalho e esquecimento dos Direitos Humanos neste processo, e, por fim, a desvalorização dos conhecimentos tradicionais face ao conhecimento científico.

Verifica-se uma contradição entre o crescimento económico, que permite o acesso a bens e serviços, e o bem-estar, a resposta a necessidades reais e a sustentabilidade ambiental (Amaro, 2004; Unceta, 2014). Dentro de um mesmo país, verifica-se um fenómeno de acesso a bens materiais que ultrapassa em muito as necessidades básicas, e um elevado número de indivíduos socialmente excluídos, sem rede de suporte social informal e sem garantia de bem-estar psicossocial. Num mesmo globo, existem países que estudam matérias primas e com elas produzem inovações que facilitam o dia-a-dia, e países que são a fonte de extração destas mesmas matérias primas, onde os acidentes de trabalho não são cobertos por um acesso à saúde adequado e em que os recursos naturais se tornam, gradualmente, finitos – afetando inclusive o modelo industrializado de desenvolvimento pelo esgotamento de recursos para a produção. Uma outra crítica que surge foca-se na desigualdade de género do processo de desenvolvimento que se foca em atividades produtivas que marginalizam as mulheres e colocam de lado a consideração pelo trabalho doméstico (Unceta, 2014). Como refere Amaro (2004: 52), tanto o modelo Capitalista liberal como o modelo Socialista “contêm formas profundas de injustiça estrutural: a exploração do homem pelo

homem (no primeiro), o desprezo pelas liberdades individuais (no segundo) e a exploração da Natureza (nos dois)”.

As questões económicas e as questões sociais eram vistas de forma separada, até se interligarem na análise das consequências sociais do rápido crescimento económico (Esteva, 2010). Com essa percepção, surgiram novas ideias e contributos para o desenvolvimento, abrindo-se portas a uma troca interdisciplinar, procurando-se ultrapassar as consequências negativas do processo instruído e construir modelos de desenvolvimento mais equilibrados e sustentáveis a longo prazo.

Estas novas preocupações enquadram-se nos programas dos organismos mundiais, destacando-se, por exemplo, em 1990 o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - este define o desenvolvimento humano como “um processo de ampliação das escolhas das pessoas”, com enfoque na garantia de saúde, acesso à educação e garantia de um standard de vida com qualidade, acrescentando a importância da liberdade política, garantia de direitos humanos e respeito próprio. A longevidade, o conhecimento e a qualidade de vida foram considerados como indicadores base de avaliação deste desenvolvimento (UNDP, 1990) - ultrapassando-se então os indicadores meramente económicos.

Surgem contributos que colocam o ser humano no centro do desenvolvimento (destaca-se a cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social da ONU, em 1995), ao mesmo tempo que a análise de consequências ambientais do processo de crescimento económico leva também ao surgimento de ideias ecológicas e de garantia de sustentabilidade ambiental neste processo (no âmbito do desenvolvimento sustentável destacamos a Cimeira da Terra, em 1992, da ONU). São também os próprios organismos das Nações Unidas que se insurgem na noção de um Desenvolvimento Comunitário, que parte de um diagnóstico participativo, foca-se nos recursos endógenos e capacidades das próprias comunidades para resolução dos problemas e necessidades, abordando-os de forma integrada (Amaro, 2004; Unceta, 2014). No respeito pelo ambiente e pela utilização adequada dos seus recursos passa a ser percecionado o papel essencial das comunidades locais (o território e as pessoas).

Os processos de desenvolvimento passam então nesta fase a ser vistos entre o global, num contexto de globalização que leva à interdependência, o nacional e o local, e não sendo garantidos apenas através do Estado, mas sim dos diversos atores sociais. Como sublinha Silva (2000: 144): “não há ninguém que possa dizer ser suficientemente desenvolvido; e, portanto, a cooperação não tem uma

só direção (Norte-Sul) mas várias (Norte-Sul, Sul-Norte, Sul-Sul, Norte-Norte)”, criando-se assim uma interdependência global e multilateral.

É através da constatação dos resultados globais dos modelos de desenvolvimento globalmente instruídos que se gera uma sede por novas respostas e surgem conceitos alternativos de desenvolvimento, que, reconhecidos cientificamente, tem uma base democrática, interdisciplinar, que une diversos sectores e atores sociais, e, de forma criativa, tem em conta o respeito pela Natureza, o contexto local territorial e a realização de capacidades e aceitam respostas para além do paradigma científico – num sentido de ecologia de saberes (Santos, 2007).

3.3. O desenvolvimento local e comunitário

Amaro (2009b) define desenvolvimento local como “o processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2009b: 108). Sintetizando os seus essenciais princípios, refere dez aspetos: “um processo de mudança” que proporciona “melhoria do bem-estar e das condições de vida da população”; focado em comunidades locais, de pequena dimensão, com uma identidade comum “capaz de mobilizar solidariedades de ação”, com o objetivo de autonomia; responde a necessidades básicas da comunidade em causa; parte das capacidades locais; aplica metodologias de *empowerment* e participativas; utiliza recursos externos para mobilizar os recursos internos; aborda de forma integrada os problemas e necessidades da comunidade; promove redes de parceria; tem impacto em toda a comunidade e tendo por base todos estes fatores, envolve uma “grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados” (Amaro, 2009b: 111).

O conceito surge dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, concretizados por países “desenvolvidos” em “países em desenvolvimento”, aplicando-se inicialmente processos de modernização e substituindo-se modelos e sistemas tradicionais pelos existentes nos países “desenvolvidos” (Amaro, 2009b). Porém, foi percebida a falta de autonomia que este modelo promovia, bem como o não reconhecimento das necessidades sentidas, recursos, capacidades, valores e identidades locais. A partir desse reconhecimento parte-se para processos de desenvolvimento comunitário, valorizando as comunidades locais nas suas identidades, recursos e capacidades, partindo de diagnósticos participados e garantindo a capacitação e autonomia das

comunidades, ressaltando o seu papel e de todos os seus elementos no seu próprio processo de desenvolvimento, seguindo-se assim um “paradigma territorialista”, que parte do território local para o global (Amaro, 2009b).

O desenvolvimento local é assim espacialmente localizado, com características específicas e transformações ao longo do tempo, envolvendo dimensões económicas, socioculturais, políticas e ambientais (Zanon, 2014) e incidindo no *empowerment* de comunidades (Friedmann *in* Henriques, 2006; Zanon, 2014). O desenvolvimento territorial não pode considerar um território apenas com base nas suas delimitações físicas, mas deve sim considerar as suas características particulares, históricas, culturais e humanas, e os seus recursos próprios naturais ou construídos, valorizando-os (Zanon, 2014).

Silva (2000: 60) considera essencial que em projetos de desenvolvimento comunitário se considere a procura de resolução de problemas de infraestrutura da comunidade como “*estradas e caminhos, a rede de água e saneamento básico, ou habitação social*” para que seja garantida a “*legitimidade perante as populações com que deseja trabalhar*”, ou seja, garantindo-se as necessidades e condições de bem-estar da comunidade, para que este esteja disponível (física e mentalmente, bem como no que concerne aos seus desejos de participação) a ser parte de um processo de desenvolvimento que ultrapasse estas necessidades.

Para um adequado processo de desenvolvimento local é fulcral que seja garantida a participação dos indivíduos e comunidades envolvidos, a “*criação coletiva*” do desenvolvimento (Silva, 2000: 157), seja de forma direta ou indireta, pela participação política (“induzida e enquadrada por estratégias de descentralização e regionalização” (Silva, 2000: 157)) – por exemplo através do associativismo, da autarquia política e de empresas locais; e pela concretização de projetos “assumidos pelas populações, pelos seus sentidos e orientação, segundo os seus valores” – “*participação culturalmente orientada*” (Silva, 2000: 157). Garante-se assim a democracia no desenvolvimento.

A participação implica um envolvimento desde a identificação de necessidades, a formulação de objetivos, a aplicação dos meios necessários, a gestão coletiva das atividades, a distribuição dos benefícios resultantes, a avaliação e a reorientação dos planos. A garantia de participação permite que ao invés de as comunidades “continuarem a ser objeto de programas mais de domesticação do que de progresso” assumam, através da sua cultura, a condução de “transformações vantajosas a seus olhos”, permitindo a assunção de processos de mudança (Silva, 2000: 158). Neste contexto

estamos perante “participação-desenvolvimento”, que envolve “cooperação mobilizadora da comunidade” e “intervenção de vários grupos da população em todas as etapas dos projetos de desenvolvimento” (Silva, 2000: 158).

A comunidade pode ter uma intervenção/ participação com diferentes intensidades, “ativa ou passiva, na preparação, na realização ou nos resultados, nos domínios económico-social, sociocultural ou sociopolítico” (Silva, 1988: 47), sendo que para a participação ser consumada é importante serem considerados como “recursos de desenvolvimento autocentrado” os “modos de identificação comunitária, disposições e práticas simbólicas” (Silva, 1988: 47). Como possíveis obstáculos à “participação-desenvolvimento” são identificados o analfabetismo e privação de informação; barreiras linguísticas, étnicas, profissionais e culturais, procurando-se ultrapassá-las através da “criatividade e autonomia do homem” (Silva, 1988: 59).

Cada vez mais as comunidades estão a tornar-se ativas na resolução dos seus problemas e consolidação das suas visões enquanto comunidade, organizando-se internamente, para além dos projetos institucionalmente implementados, assistindo-se a mobilizações em diferentes áreas como o ambiente, a segurança e o planeamento dos seus bairros (Ornelas, 1998, cit in Elvas e Moniz, 2010). Chaniel e Laville (2009) relacionam os movimentos associativos à solidariedade e à defesa de um bem comum através da ação coletiva. Segundo os autores, baseando-se em diversos contributos, “associar os homens consiste menos em combinar seus interesses com vistas a um benefício máximo e mais em associar as paixões para atingir a Harmonia (Fourier), em fortalecer os sentimentos e laços de simpatia que devem unir os homens (Saint-Simon) ou em efetivar a Justiça, desenvolvendo novos laços de mutualidade ou de reciprocidade (Proudhon)” (Chaniel e Laville, 2009: 23).

Num processo de desenvolvimento local, o *agency*, ou seja, a capacidade organizativa da comunidade é essencial, como refere Henriques (2006: 90), os seres humanos tornam-se “*agentially*” eficientes avaliando o seu contexto social, procurando alternativas criativas e colaborando com outros para a transformação. Goldberg (2009: 105) explora o conceito de consciência social – “um sentido de certo ou errado para a ação coletiva”, que nos permite fazer escolhas conscientes para “ajudar a moldar a sociedade de acordo com os nossos valores”, e, compreendendo a consciência social dos outros, encontrar valores e objetivos comuns para a construção de movimentos coletivos para a mudança. O autor define um modelo de consciência social que inclui três elementos: consciência – perceção da diferença entre o mundo real e o ideal,

capacidade de classificação das situações de acordo com valores; estrutura- compreensão dos motivos estruturais de certa situação social, que permite contrariar a apatia social, ou seja a ideia de que não temos de intervir em determinada situação social porque não é o nosso papel; e *agency* – “um sentido de poder pessoal, bem como responsabilidade pessoal” (Goldberg, 2009: 107), que pode não corresponder à totalidade do problema social identificado mas a determinadas áreas identificadas nas quais existe um sentimento de capacidade de intervenção.

O capital social, os laços sociais, a confiança e a reciprocidade entre os atores locais desempenham um papel fundamental. O capital social, fornece valor ao desenvolvimento local, construindo-o ao mesmo tempo que é fornecido pelas interações que surgem de processos de desenvolvimento, sendo por estas construído – é um bem comum resultante de interações sociais e essencial para a coesão social (Zanon, 2014). Bourdieu define o conceito de capital social como “o conjunto dos recursos atuais ou potenciais vinculados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento; ou, dito de outro modo, à pertença a um grupo, no qual seus membros estão unidos por “vínculo permanentes e úteis” que se baseiam em “intercâmbios materiais e simbólicos” (Bourdieu, 2001, *in* Hintze, 2009: 50).

Segundo o contributo de Putman (2000, *cit in* Hess e Ostrom, 2007: 6), capital social pode ser definido como o “valor agregado de redes sociais e as inclinações que surgem dessas redes para as pessoas fazerem coisas umas pelas outras”. O capital social reflete-se em sentimentos de proteção e segurança, colaboração e entajuda, facilitando a ação conjunta em torno de objetivos comuns. Ligações fortes numa comunidade podem facilitar a aprendizagem coletiva, a aceitação social e o desenvolvimento conjunto de projetos (Zanan, 2014). Guiso, Sapienza e Zingales (2010, *cit in* GANEC, 2014: 113), definem capital social como “capital cívico”, associando a “partilha de crenças e valores persistentes que ajudam um grupo a ultrapassar o problema de nem todos contribuírem na procura de atividades socialmente válidas”, ajudando os “membros de uma comunidade a solucionar problemas de ação coletiva, permitindo uma compensação económica positiva”, através de valores e crenças duráveis.

3.3.1. Conceito de comunidade

A identidade de uma comunidade é formada por determinada/s semelhanças que desenham uma fronteira entre os seus elementos e elementos alheios. Tonnies associa este conceito no seu início

à “agregação de famílias num mesmo espaço, caracterizando-se por uma coesão social baseada em laços de sangue, de amizade, de costume e de fé” (Tonnies, 1997, cit in Carmo, 2015: 70).

Da definição de Ander-Egg entende-se no conceito de comunidade a proximidade geográfica e os interesses vitais comuns aos membros da comunidade social que resultam numa consciência de pertença (Carmo, 2015). As novas tecnologias fizeram, no entanto, insurgir novas formas de comunidade que não implicam proximidade geográfica, uma vez que podem passar pela presença virtual (cibercomunidades). Ressalva-se, porém, a maior eficiência e eficácia na interação e resposta a problemas sociais quando se verifica proximidade geográfica (Esgaio, 2014: 206).

Healy (in Esgaio, 2014: 206) diferencia três tipos de comunidades enquanto agregados de pessoas com preocupações e interesses comuns: comunidades de base geográfica (com base no local de residência), comunidades de base associativa (com base no envolvimento em associações) e comunidades de base identitária (com base em valores partilhados, tradições, interesses, problemas, formas de comportamento e estilos de vida). Uma comunidade pode então ser definida fisicamente ou relacionalmente, coincidindo muitas vezes nestas duas dimensões.

Prezza e Constantini (1998) relacionam o sentimento de comunidade com “o fato de se pertencer a um grupo ou comunidade, no qual as pessoas se consideram elas próprias como similares, agindo de forma interdependente para a satisfação das suas necessidades”, acrescentando que este promove um sentido de identificação e maior autoconfiança, facilitando as relações sociais, combatendo a solidão e o anonimato (Prezza e Constantini, 1998, in Elvas e Moniz, 2010: 452). Já Sarason (1974), considerado o pai do sentimento de comunidade, define-o como “o sentimento de que fazemos parte de uma rede de relacionamento de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (Sarason, 1974, cit in Elvas e Moniz, 2010: 452). Este sentimento envolve, segundo McMillan e Chavis, fazer parte de, influência, integração e satisfação das necessidades e partilha de ligações emocionais (McMillan e Chavis, 1986, cit in Elvas e Moniz, 2010: 452).

Na psicologia comunitária, o sentido de comunidade é definido como “a perceção da semelhança que se tem para com os outros, o reconhecimento da interdependência com outros, a predisposição para a manutenção dessa interdependência através da doação ou realização do que os outros esperam e o sentimento de que se faz parte de uma estrutura estável superior e da qual se pode depender” (Sarason, 1974, cit in Gonçalves, 2009: 2). Sarason (in Gonçalves, 2009: 3), realça ainda que as relações numa comunidade funcionam enquanto suporte mútuo e acessível, sendo que estas

podem ser reforçadas através de mudanças sociais, tendo como consequência um aumento do bem-estar individual e da qualidade de vida social.

McMillan e Chavis (1986, *in* Gonçalves, 2009: 4) acrescentam ao sentido de comunidade quatro dimensões: Pertença, enquanto membro de uma comunidade, que leva a um sentimento de segurança, identificação, e a construção de um sistema simbólico comum; Influência, atuando esta de forma mútua, ou seja, ao mesmo tempo que o indivíduo pode influenciar o grupo na comunidade, esta também o influencia; ligação emocional, que pode ser fortalecida pela interação entre os membros da comunidade (por exemplo através de atividades de grupo), por acontecimentos significativos, por um investimento nesta ligação ou pelo reconhecimento de valor de algo/ alguém; Integração e satisfação de necessidades, motivando o indivíduo a pertencer ao grupo e às suas atividades pois pode obter benefícios e satisfazer as suas necessidades ao mesmo tempo que satisfaz as necessidades dos outros. Conclui-se então que um maior sentido de comunidade está relacionado com um maior nível de bem-estar subjetivo, bem como que o tempo de permanência numa comunidade é um dos fatores que influencia o sentimento de comunidade, de forma proporcional (Gonçalves, 2009: 6).

Importa ainda realçar que o sentido de comunidade, como refere Amaro, “ajuda as organizações e instituições a identificar as necessidades e a estabelecer prioridades nas comunidades; avaliar a saúde global das comunidades; valorizar os bairros; desenhar e avaliar intervenções sociais, económicas e de promoção da saúde; planear novas comunidades e fortalecer as existentes” (Amaro, 2007, *cit in* Elvas e Moniz, 2010: 453) – as instituições e as próprias comunidades no seu autodiagnóstico e processo autónomo de desenvolvimento.

3.4. Desenvolvimento sustentável

O termo sustentabilidade é definido pela Organização das Nações Unidas como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais” (Jorge, 2014: 14). Carmo define-o como “responder às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras” (Carmo, 2011, *cit in* Pinto, Carvalho e Pinto, 2014: 148).

Como referido, a insustentabilidade do processo de desenvolvimento que estava a decorrer globalmente começou a preocupar diversos autores e inclusive a ONU, que promoveu a conferência de Estocolmo (1972) e a conferência de Nairobi (1982), relacionadas com o ambiente e as preocupações a ele adjacentes. Através da *World Commission on Environment and Development*, foi produzido o relatório *Brundtland* em 1987 (ao qual Gro Brundtland, que a preside, empresta o nome), que destaca as preocupações com a sustentabilidade global e as consequências de um rápido desenvolvimento e chama à ação o papel político dos Estados globais – sendo um problema comum num futuro comum.

Este relatório introduz oficialmente o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, definindo-o como a garantia de satisfação das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades – impondo para tal limites face às capacidades da biosfera, e reconhecendo que a tecnologia e a organização social podem ser trabalhados no sentido de respeitar um desenvolvimento sustentável (WCDE, 1987). Uma das suas funções passou por “salientar que o ambiente e a ação humana estão inevitavelmente interligados, que a ação humana está a destruir a capacidade de a natureza se renovar, e que é possível, mas também imperioso, agir a fim de se evitar o colapso do planeta” (Pinto, 2014: 149), procurando assim que se articulem soluções globalmente. Pinto (2014: 149) destaca alguns dos princípios de ação sugeridos no documento: “rever e mudar a ideia de crescimento, conservar e melhorar a base de recursos disponíveis (naturais e de origem mais diretamente humana), assegurar níveis de crescimento populacional sustentáveis, mudar as relações económicas internacionais e fortalecer a cooperação internacional”. O documento insurge ainda preocupações e recomendações no que concerne à gestão dos comuns globais, como o oceano e o espaço (WCDE, 1987).

A International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) define nove princípios para o desenvolvimento sustentável: respeitar e cuidar da comunidade de vida; melhorar a qualidade da vida humana; conservar a vitalidade e diversidade da Terra; minimizar o esgotamento de recursos não renováveis; manter o desenvolvimento nos limites de capacidade da Terra; mudar atitudes e práticas pessoais; capacitar as comunidades para cuidarem dos seus ambientes; proporcionar enquadramentos nacionais de integração do desenvolvimento e conservação; forjar uma aliança global (IUCN, 1991, *cit in* Pinto, 2015). Pinto acrescenta ainda os princípios de equidade, justiça e participação democrática (Pinto, Carvalho e Pinto, 2014).

Podem ser identificadas quatro dimensões na sustentabilidade (Jorge, 2015; Pinto, Carvalho e Pinto, 2014):

- A sustentabilidade económica, que revela a necessidade de ter em conta planos de desenvolvimento económico, promovendo uma gestão de forma eficiente de recursos naturais e humano-sociais, bem como o consumo responsável. O crescimento, a eficiência e os interesses de acionistas e *stakeholders* são os principais valores que lhe estão associados;
- A sustentabilidade ambiental, pela qual se procura preservar recursos ambientais e naturais, e que deve ser enquadrada no planeamento territorial, privilegiando-se por exemplo a utilização de energias renováveis e comportamentos responsáveis de todos os atores planetários para com o ambiente. Compreendem-se então nesta forma de sustentabilidade valores como a integridade ambiental e climática, a capacidade de manutenção e a biodiversidade;
- A sustentabilidade social, numa procura de justiça social e qualidade de vida no desenvolvimento humano, englobando todas as dimensões dos “direitos humanos, coesão social, bem-estar, segurança, acessibilidade, sensibilidades religiosas e culturais e equidade, sem assim descurar do respeito pelo ambiente” (Jorge, 2015: 15). A equidade, o *empowerment*, a coesão e mobilidade social, a identidade cultural e o desenvolvimento institucional estão conceitos a ela associados;
- A sustentabilidade cultural, relacionada com o património material e imaterial, com o respeito pelas identidades culturais individuais e coletivas, e promoção da interculturalidade.

Importa enquadrar na sustentabilidade social ações que procuram a melhoria da qualidade de vida, concretização de direitos, acesso a serviços e a plena cidadania, procurando simultaneamente uma diminuição das desigualdades sociais. Todas as dimensões da sustentabilidade se influenciam mutuamente, reconhecendo-se um especial impacto da sustentabilidade social para a concretização das restantes, considerando o ser humano como promotor essencial de todas as formas de sustentabilidade.

Jorge indica ainda três princípios fundamentais para a sustentabilidade: igualdade e inclusão social – no acesso a serviços básicos; proteção do ambiente – através de uma abordagem de ecossistema,

reduzindo a degradação ambiental e respeitando a biodiversidade; património cultural – preservação de valores culturais, históricos e arquitetónicos (Jorge, 2015).

Hawkes (2001, *in* Polistina, 2009: 117) assume a cultura como “o quarto pilar da sustentabilidade, a cola que mantém os pilares social, ambiental e económico firmes”. Polistina (2009) refere quatro pilares da literacia cultural: consciência intercultural; consciência da cultura local; reflexão crítica e pensamento; capacidades pessoais para ser um agente de mudança. Destacamos a consciência da cultura local, relacionada com o respeito pelo conhecimento e cultura próprios de comunidades, e valorização destes, incluindo conhecimentos e capacidades transmitidos, informalmente, entre gerações, que muitas vezes seguem já o caminho da sustentabilidade. A autora acrescenta a importância destas formas de conhecimento, naturalmente presentes e informalmente transmitidas, serem reconhecidas e incorporadas no paradigma científico e na educação formal, permitindo às comunidades locais fazer diretamente parte desse processo de ensino. As capacidades pessoais para ser um agente de mudança são ainda outro pilar a destacar, uma vez que são fundamentais lidar com as “batalhas mentais, físicas, psicológicas e emocionais com aqueles que procuram manter o *status quo*.” (Polistina, 2009: 121).

Nota conclusiva

A Economia Solidária, reconhecida a nível científico e político-institucional, é concretizada por três atores: as pessoas (a sociedade), pela reciprocidade; o Estado, pelas relações de parceria; o mercado, que proporciona relações de troca. A solidariedade, a reciprocidade e a cooperação são os valores base desta forma de economia que tem em conta as diversas dimensões da vida, envolvendo os seres humanos, outros seres vivos e o ambiente.

Das diversas dimensões que a compõe, destacamos, para o presente trabalho-investigação, a dimensão social, procurando-se a coesão social das comunidades; a dimensão cultural, objetivando a valorização das culturas locais e promovendo a partir destas valor económico e reconhecimento político; a dimensão territorial, que procura promover o enraizamento na comunidade de pertença e o desenvolvimento local; a dimensão ambiental, que implica um respeito pelo ambiente e uma projecção de sustentabilidade ambiental; a dimensão de conhecimento, que, através da investigação-ação, resulta no aumento do conhecimento científico.

Os comuns envolvem um recurso, uma comunidade que o partilha e um conjunto de normas que permitem a sua gestão pelos *commoners*, sendo, portanto, um recurso partilhado por uma comunidade, do qual é difícil excluir ou limitar alguém do uso uma vez disponibilizado. Através das normas sociais, os comuns podem ser geridos de forma coletiva, existindo um sentido de comunidade e cooperação. Nesta gestão comum, a comunicação entre os elementos da comunidade, a possibilidade de os agentes terem autonomia na tomada de decisões, a não imposição de regras externas que divirjam das estabelecidas internamente pela própria comunidade, e a existência de competências de gestão coletiva e liderança na comunidade, são aspetos chave para a sua boa concretização.

Os comuns imateriais, ou novos comuns – sendo recentemente estudados, são produzidos pelas pessoas e o seu potencial de utilização aumenta com a própria utilização, proporcionando-se o seu crescimento. A cultura e o conhecimento incluem-se nestes comuns.

O Estado deve ter um papel ativo relativamente aos comuns, ao favorecer a criação de instituições geridas pelos *commoners*, garantir quadros legais que protejam os comuns e auscultar as comunidades, procurando corresponder aos seus interesses. Ao mesmo tempo, o Estado deve possibilitar as condições para a auto-organização e promover relações de parceria para alcançar os objetivos em comum.

Os comuns enquadram-se na Economia Social e Solidária pelos valores que os enquadram e que estão implicados na sua gestão, pela promoção da democracia, do interesse público, da cocriação e coprodução. Os comuns são um tema recente, ganhando um novo destaque, tal como a Economia Solidária, um conceito “renascido” e não propriamente emergente (Eynaud e Laville, 2018). Eynaud e Laville relacionam a história dos comuns e da Economia Solidária ao surgimento do socialismo científico (Mauss, século XIX) e dos movimentos trabalhistas na procura de uma vida melhor relacionando o associativismo dos trabalhadores como um comum: “o antigo associacionismo não é mais do que um comum dos trabalhadores” (Eynaud e Laville, 2018: 23). Neste processo destacam-se movimentos de “solidariedade democrática” – “uma ligação baseada em ações voluntárias de cidadãos livres e iguais” (Eynaud e Laville, 2018: 23).

A cultura é constituída por representações coletivas, ideias, valores e sentimentos comuns (Durkheim, *in* Cuche, 1999), partilhados por uma comunidade e que são transmitido de geração em geração. Neste sentido, a cultura pode ser vista como um comum, pelas próprias características do recurso, podendo também a sua gestão ser realizada pela comunidade, face à consciência

coletiva que lhe é inerente. Ao mesmo tempo, as práticas culturais e valores comuns facilitam os elos de ligação entre a comunidade e a cooperação na mesma.

O Estado deve, através de políticas culturais, garantir o acesso à cultura, democratizando-a, e a sua sustentabilidade, quer no que respeita ao património material como imaterial. A promoção das condições para a apropriação da cultura, qualificando os atores sociais para se “assumirem como protagonistas de processos de desenvolvimento” (Silva, 2000: 151) é também parte da intervenção pública.

O desenvolvimento, especialmente o local, deve ser integrado nas características da sociedade, seguindo os universos culturais próprios das comunidades e utilizando-os como recursos, orientações e oportunidades principais em processos e projetos de desenvolvimento. A tradição pode ser um recurso de desenvolvimento, sendo um elo entre gerações e uma referência na identificação individual e coletiva, e proporcionando o autoconhecimento da comunidade e reconhecimento do seu património cultural (Silva, 2000).

O desenvolvimento local pode ser definido sinteticamente como um processo de “satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo” (Amaro, 2009b: 108), envolvendo parcerias e recursos externos para mobilizar os internos. Este processo pode ser concretizado através da participação-desenvolvimento e da criação coletiva, podendo a participação ser concretizada de forma direta ou indireta, e mais ativa ou mais passiva, e sendo garantida a democracia no desenvolvimento. Ao corresponder às necessidades e ideias da própria comunidade, atribuindo-lhe um papel ativo, emancipa-a e promove a possibilidade de escolha, podendo ser considerado um processo de “desenvolvimento como liberdade” (Sen, 2010, *in* Pinto, 2014). O sentimento de comunidade e capital social são princípios facilitadores deste processo de ação conjunta, ao mesmo tempo que com ele são fortalecidos, proporcionando-se vínculos de pertença, colaboração e entreajuda.

Um processo de desenvolvimento local pode ser concretizado seguindo, em simultâneo, princípios de desenvolvimento sustentável, no que respeita à sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural.

Capítulo II – Estudo de Caso

Para dar resposta às questões de partida estabelecidas, e com base no enquadramento teórico apresentado, passaremos agora à apresentação e análise de um estudo de caso: a aldeia de Moledo. Nesse sentido, é inicialmente exposta a metodologia de investigação utilizada, seguindo-se a caracterização da aldeia, a apresentação do projeto de desenvolvimento de base cultural Moledo Com Vida, e analisando-se por fim os resultados da investigação por três dimensões que nos permitem perceber o papel da cultura no desenvolvimento de Moledo, relacionadas com o desenvolvimento, a comunidade e participação, e a cultura comum.

Nota metodológica

Na concretização da investigação, seguindo-se a metodologia de estudo de caso, numa lógica intensiva de análise, iremos aplicar diversas técnicas.

Por um lado, aplicaremos métodos quantitativos, através da recolha de dados estatísticos e aplicação de inquéritos por questionário que incluem respostas fechadas. Os métodos quantitativos serão paralelos à aplicação de métodos qualitativos, nomeadamente a entrevista semi-diretiva, a recolha documental e a observação participante e não participante, completados com a prévia revisão bibliográfica efetuada. Será realizada pesquisa e observação documental, ou seja, análise de documentos, registos e estatísticas relativas ao caso em análise, através de documentos da Câmara Municipal da Lourinhã, Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, e documentos cedidos por elementos da comunidade sobre o caso em análise. Simultaneamente utilizou-se documentação indireta, nomeadamente literatura sobre o Moledo e sobre a estória de Pedro e Inês e acedeu-se a registos fotográficos.

Para um maior envolvimento e possibilidade de concretização das técnicas de observação, existiu a possibilidade de estadia no terreno, em casa de família da comunidade, permitindo um convívio diário com a comunidade. Assim, aplicou-se tanto a técnica de observação direta simples (não participante) - sem intervenção e em condições de ocorrência naturais -, como observação participante, intervindo-se no contexto natural da comunidade em algumas situações.

Quivy e Campenhoudt atribuem à observação direta o papel de “únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 196), sendo que para a concretização dos objetivos do estudo seguiu-se uma grelha analítica durante a

observação. A observação direta simples, implica uma recolha direta de informações, sem necessariamente interagir com os indivíduos em estudo – o investigador “apela diretamente ao seu sentido de observação (...) os sujeitos observados não intervêm na produção da informação procurada. Esta é manifestada e recolhida diretamente pelo observador” (Quivy e Campenhoudt, 1995:163).

Malinowski, no contexto antropológico, destaca o papel da observação participante como “único modo de conhecimento em profundidade da alteridade cultural capaz de escapar ao etnocentrismo”, uma vez que o etnólogo observa e partilha a vida quotidiana, procurando compreender e apreender o ponto de vista da sociedade observada (Cuche, 1999: 60). Nesta, o investigador estuda determinada comunidade, “participando na sua vida coletiva” e estudando “os seus modos de vida, de dentro e pormenorizadamente, esforçando-se por perturbá-los o menos possível” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 197). A observação-participante permitiu o estabelecimento de inúmeras conversas informais com conteúdo de análise no âmbito do presente estudo, com diferentes elementos da comunidade.

Aplicou-se ainda a metodologia de observação indireta, na qual o investigador procura junto dos indivíduos a informação de que necessita, e dessa forma o indivíduo em causa tem um papel de produção da informação (Quivy e Campenhoudt, 1995), através do questionário e da entrevista qualitativa.

No que respeita ao questionário, utilizou-se este método sendo adequado para “o conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores e as suas opiniões” e “a análise de um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir das informações relativas aos indivíduos da população em questão” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 189), conforme os objetivos do estudo. Uma vez que “é muito raro podermos estudar exaustivamente uma população, ou seja, inquirir todos os seus membros: seria de tal forma longo e dispendioso que se tornaria praticamente impossível” (Ghiglione e Matalon, 1977: 29), e considerando o volume da população, optou-se por selecionar uma amostra de 10% da população com mais de 15 anos (residentes da Freguesia de Moledo, segundo os censos de 2011), correspondendo a 40 indivíduos, e respeitando-se as quotas de sexo e faixa etária presentes na comunidade em estudo segundo os mesmos censos (amostragem por quotas). Como referem Ghiglione e Matalon, “uma amostra é representativa se as unidades que a constituem forem escolhidas por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade

de fazer parte da amostra” (Ghiglione e Matalon, 1977: 30), procurando-se recolher uma imagem globalmente conforme à que seria obtida interrogando o conjunto da população” (Quivy e Campenhoudt, 1995:161).

A amostra é assim constituída por 22 mulheres (55%) e 18 homens (45%) (figura 2.2.). Destes, 15% enquadram-se na faixa etária entre os 15 e os 24 anos (6 pessoas); 55% entre os 25 e os 64 anos (22 pessoas); e 30% tem mais de 65 anos (12 pessoas) (figura 2.1.). Relativamente às habilitações literárias, 2% não tem escolaridade e não sabe ler/escrever; 27% possui o 1º ciclo; 18% detém o 2º ciclo; 30% tem o 3º ciclo de escolaridade; 18% apresenta o ensino secundário; e 5% tem como habilitações o ensino superior (figura 2.3.). Importando também para a caracterização da amostra a sua ocupação (figura 2.4.), conclui-se que: 37% se encontra empregado/a por conta de outrem; 10% está empregado/a por conta própria; 18% das pessoas questionadas encontram-se em situação de desemprego; 30% estão reformadas; e 5% são domésticos/as. Relativamente às áreas profissionais, destacam-se o comércio e serviços, onde está empregada a maioria da amostra (englobando atividades diversas), a agricultura, a construção, a indústria, e, por fim, a educação, também com importância.

Uma vez que o tempo de residência na comunidade pode influenciar a ligação do indivíduo com a mesma e as suas diferentes perspetivas relativamente ao desenvolvimento, os participantes foram questionados nesse sentido, procurando-se também compreender o prolongamento da sua estadia na aldeia do Moledo no tempo, e a possível ausência por motivo de emigração, sendo estes também importantes fatores de caracterização. Importa referir que o Moledo é residência fixa de 85% dos participantes (figura 2.6.). Globalmente, a maioria dos participantes (83%) reside no Moledo há mais de 20 anos, sendo maioritariamente este o seu local de nascimento, e nenhum dos questionados reside há menos de 5 anos no Moledo (figura 2.5.). Desde que iniciaram a residência no Moledo, 35% dos inquiridos esteve emigrado (figura 2.7.), em países europeus (França, Suíça e Holanda), no Canadá e em países africanos (incluindo em contexto de missões militares). A maioria destes (43%) emigrou por um período reduzido, correspondendo a menos de 5 anos, 36% esteve fora do Moledo por um período de entre 11 a 20 anos, e apenas uma pessoa emigrou por um período correspondente entre 5 a 10 anos, destacando-se que 2 dos questionados estiveram emigrados por mais de 20 anos (figura 2.8.).

De forma a garantir a possibilidade de participação igualitária da população na amostra, o questionário foi aplicado em diferentes zonas da aldeia e em diferentes horários, englobando dias

de semana e fins-de-semana, procurando-se que qualquer pessoa tivesse a mesma probabilidade de lhe responder. Procuraram-se participantes na associação recreativa, no café e na mercearia, nas ruas da aldeia e também porta-a-porta. Ghiglione e Matalon defendem o método porta a porta, referindo que através do mesmo o entrevistador não saberá quem irá abrir a porta, para além de que “a aplicação do inquérito no domicílio é indispensável quando se ultrapassa os cinco ou sete minutos”. (Ghiglione e Matalon, 1977: 42). Como referem os autores “atuando de dia, arriscamos a encontrar apenas mulheres, pessoas de idade e eventualmente alguns jovens. São, portanto, horas ótimas para encontrar estas categorias, mas se quisermos também inquirir homens e mulheres ativas seria necessário atuar à noite ou durante o fim-de-semana.” (Ghiglione e Matalon, 1977: 42), motivo pelo qual se garantiu de fato estes diferentes horários e dias de semana. Em complemento, e de forma a respeitar as quotas estabelecidas relativamente ao sexo e faixa etária dos participantes, seguiu-se também o método de bola de neve (*snowball*), ou seja, a indicação por parte de participantes de outros participantes com as características pretendidas relativamente aos dois elementos estabelecidos.

Os questionários foram administrados de forma indireta, ou seja, por entrevista da investigadora, sendo que “o próprio inquiridor o completa a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 188), face a face, e envolveram questões fechadas, mistas e abertas. A administração indireta permitiu a adaptação da linguagem do questionário a cada entrevistado, bem como a explicitação de questões e respostas, ao mesmo tempo que permitiu garantir o número de respostas desejadas, ao “criar nas pessoas interrogadas uma atitude favorável, a disposição para responderem francamente às perguntas” (Quivy e Campenhoudt, 1995:184). Importa também referir que foram previamente testados numa amostra de quinze pessoas. À aplicação dos questionários seguiu-se a sua análise estatística.

As entrevistas foram aplicadas a indivíduos previamente selecionados pela sua envolvência com o projeto ou pelo seu papel na comunidade, no total de oito pessoas entrevistadas, tendo sido gravadas em áudio de forma a garantir uma correta análise de conteúdo, posteriormente. Foram entrevistados elementos da comunidade envolvidos no projeto, autarcas e funcionários da Junta de Freguesia.

“A entrevista é uma conversa com um objetivo” (Bingham e Moore, 1924, *cit in* Ghiglione e Matalon, 1977: 64), procurando-se compreender a visão dos diferentes indivíduos entrevistados, com os seus diferentes papéis, sobre o processo em análise, sendo uma das principais vantagens

desta técnica “a flexibilidade e fraca diretividade (...) que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – e a sua linguagem e categorias mentais” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 194).

Foram aplicadas entrevistas semi-diretivas, nas quais “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (Ghiglione e Matalon, 1977: 64), para tal “existe um esquema de entrevista (...) se (o entrevistado) não abordar espontaneamente um ou vários dos temas do esquema, (o entrevistador) deve propor-lhe o tema” (Ghiglione e Matalon, 1977: 84). Esta técnica é considerada adequada para “aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido” (Ghiglione e Matalon, 1977: 89).

Uma vez que iremos analisar um caso à luz do quadro teórico apresentado, e concretamente procurando explicitar o papel dos comuns no desenvolvimento, iremos seguir o modelo de análise dos comuns proposto por Ostrom e Hess (Ostrom e Hess, 2007): Institutional Analysis and Development framework. Este apresenta como componentes: as características biofísicas do recurso, que incluem os atributos físicos e materiais do recurso, a comunidade que produz e utiliza o recurso, e as regras em uso que afetam as decisões; a arena de ação, ou seja, os atores e as situações de ação; os padrões de interação nesta ação e os *outcomes* que geram (e que irão afetar os atributos da comunidade), sendo estes os principais critérios de avaliação enquanto comum. Assim, procuraremos explorar os referidos componentes no caso em análise.

Caraterização do Estudo de Caso: a aldeia de Moledo

O Moledo é uma aldeia pertencente à União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, inserida no Concelho da Lourinhã, na qual residem 472 pessoas entre uma área de 7,45km², sendo 240 mulheres e 232 homens. Esta população é constituída maioritariamente por pessoas na faixa etária entre os 25 e os 64 anos (51%), seguindo-se a população com mais de 65 anos (22%), as crianças e jovens até aos 14 anos (15%) e sendo menos representativa a população jovem entre os 15 e os 24 anos (11%) (dados dos censos de 2011).

No que respeita às habilitações literárias, os residentes do Moledo possuem sobretudo o 1º ciclo (40%), sendo também representativos o 3º ciclo (15%) e o ensino secundário (14%). A população economicamente ativa perfaz uma taxa de atividade de 44,28%, estando sobretudo empregada no

setor terciário (dados dos censos de 2011). Importa referir que em Moledo existe um Jardim de Infância e uma Escola Básica, ambos em funcionamento.

A aldeia de Moledo, em território rural, integrado no Planalto das Cesaredas, localiza-se perto de praias e, ao mesmo tempo, da sede de concelho, o que lhe confere um posicionamento estratégico privilegiado no que respeita à atração de visitantes.

O Moledo é rico em património natural, construído e imaterial. No que respeita ao património natural, é de destacar o rio e a sua envolvente, bem como a zona dos moinhos, para além do Planalto das Cesaredas que rodeia a aldeia e inclui caminhos pedestres numa paisagem caracterizada pela abundância de plantas e, em grande quantidade, pedra característica da zona. Importa, aliás, referir que o nome da aldeia – Moledo – está, na sua origem, relacionado com a pedra (do latim “Moles” – “massa, volume, grande pedra, rochedo”) (Pereira e Cipriano, 2007: 15). A área rural do Planalto tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, tendo inicialmente servido bastante para cultivo de diversos alimentos, incluindo nas zonas rochosas, e passando depois, com a industrialização e mecanização, a servir sobretudo para plantação de eucaliptos, em regime de monocultura, levando a uma perda de biodiversidade. No território das Cesaredas podem ainda ser encontradas algumas grutas e vestígios fósseis do Jurássico (Plano de Ação Projeto Moledo Com Vida, 2009).

Sublinha-se a nível do património construído, as Ruínas de um palácio, no qual a lenda assume ter residido Dona Inês, tendo este também servido de residência a D. Fernando e Dona Leonor Teles; quatro moinhos de vento; uma igreja, que remonta ao século XVII, mantendo a traçada original; muros e poços de pedra; diversos cruzeiros; três pontes romanas e um lavadouro público (em funcionamento).

As festas religiosas/ populares fazem parte das tradições, realizando-se em honra de três santos em Janeiro. A Festa de Santo Antão está na sua origem associada à proteção do gado, envolvendo missa, música e churrasco (com destaque para a tradição de assar chouriço), para além da realização da Feira Franca (com venda de gado, louças e quinquilharias), sendo que esta última já não é concretizada atualmente. A festa de São Sebastião é caracterizada por uma tradição ainda muito referida pela comunidade de Moledo – o Pau do Bolo, que não se realiza há alguns anos, e que implica um jogo no qual existe um bolo no cimo de um tronco de eucalipto com altura considerável, besuntado com sebo, para que não seja fácil subir ao mesmo, com o objetivo de que alguém consiga chegar ao bolo, numa competição entre os homens da aldeia – “era para quem tivesse a coragem de ir á acima buscar o bolo” (elemento da comunidade entrevistado). No final, o bolo é repartido

entre todos – “no dia a seguir, se ninguém era capaz, o pau deitava-se a baixo, era uma festa muito grande, era muito bonito (...) a malta entretinha-se muito” (elemento da comunidade entrevistado).

Acrescenta-se a festa de São Vicente, uma festa religiosa que envolve missa e procissão.

As festas populares são complementadas pela Fogueira de São João, que se mantém, com música e assados, e pela tradição do “roubo dos vasos” – na qual os rapazes da aldeia roubam os vasos das casas em que residem raparigas, escondendo-os, até os colocarem nas ruas junto à Igreja na missa de Domingo; no final da missa, é com a ajuda de todos que os vasos regressam aos respetivos quintais. A estas junta-se ainda o Pão por Deus, no 1 de novembro.

No que concerne a tradições, importa referir também a Feira da Cereja, que se continua a realizar, a 6 de Junho (com a venda de diversos produtos), e a “Serração da Velha” – uma tradição já não realizada mas ainda muito referida pela comunidade, na qual os rapazes da aldeiam iam fazer barulho nas portas de casas em que residiam mulheres de mais idade, acompanhando com o som de serrar, para que estas se levantassem a meio da noite assustadas e lhes respondessem. Como refere um dos elementos da comunidade entrevistados, ao irem à porta ouviam “tisso tisso, salta a velha do cortiço!” (algumas pessoas referem que escolhiam casas em que residiam raparigas solteiras, dirigindo-se aos pais destas).

Quando abordamos os habitantes do Moledo sobre as suas tradições e lendas, referindo-nos aos aspetos imateriais da sua cultura, destaca-se sempre, com manifesto carinho, a Lenda de D. Pedro e Dona Inês no Moledo. Existem no Moledo ruínas de um palácio, no qual se diz ter residido Dona Inês de Castro (no período de 1345 a 1352), enquanto D. Pedro permanecia no Paço da Serra, Atouguia, e a visitava. Diz-se ainda que os infantes D. Afonso, D. João e D. Dinis nasceram no Moledo, frutos do amor entre D. Pedro e Dona Inês. Relacionada com esta lenda, a comunidade conta ainda a lenda da ferradura do cavalo, segundo a qual D. Pedro ferrava as ferraduras do cavalo ao contrário sempre que visitava Dona Inês, de forma a que o Rei não o encontrasse, confundindo os seus espiões sobre o sentido dos seus caminhos.

(Pereira e Cipriano, 2007; entrevistas e questionários realizados; site da Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo)

Projeto Moledo Com Vida e o papel da cultura enquanto comum no desenvolvimento

“Moledo é uma aldeia viva, uma aldeia com vida que convida a uma visita para partilhar a sua história, a sua paisagem natural e a sua cultura.” (Projeto Moledo Com Vida, 2006)

Como a muitas aldeias portuguesas, o processo de êxodo rural afetou o Moledo, levando à perda de população, sobretudo a jovem, associada à falta de condições para fixação da mesma, enquanto os centros urbanos a atraíam.

Foi ao se aperceberem da “desvitalização” da aldeia que alguns membros da comunidade, que nasceram e cresceram no Moledo, se juntaram com o objetivo de a contrariar, garantindo a vida na aldeia. Como refere um dos elementos promotores do projeto entrevistados, estas preocupações são o mote para que se iniciem as intervenções no Moledo: “aldeia estar cada vez a perder mais população, a preocupação de perdermos escola, a aldeia estar cada vez mais em ruínas, a aldeia ter lixo em todo o sítio, os caminhos para o planalto estarem a fechar-se (...) uma série de coisas que estavam a fazer com que a aldeia morresse, deixasse de ser um organismo vivo – isso foi o que nos moveu para iniciar o processo”.

O grupo inicial que se juntou foi falando com a restante comunidade e todos se foram envolvendo, em diferentes fases e de diferentes formas, através de conversas informais, da convocação de assembleias, da participação política (através das eleições e do trabalho da Junta de Freguesia, que foi no sentido deste projeto) e da contribuição na concretização de atividades.

O projeto foi pensado com base em três grandes questões, pelo grupo que o trabalhou desde o início: quem fomos; quem somos; quem queremos ser, resultando no documento que lhes responde. Como refere um dos elementos promotores do projeto da comunidade entrevistados “criámos um grupo de trabalho que reunia uma vez por mês, com base em três questões: quem fomos, quem somos, quem queremos ser – e ao fim do ano tínhamos um documento com as respostas – o projeto Moledo Convida, que era “o que queremos ser” – um texto acessível a toda a gente, que podia ser distribuído por toda a comunidade, porque todos os participantes podiam compreender”.

Este grupo inicial foi constituído, em 2006, por onze pessoas, pertencendo estas à Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia e comunidade no geral. O grupo é, desde o seu início, informal – denominando-se “grupo de cidadania” - e constituído por diferentes elementos da comunidade, com diferentes papéis, referindo os seus promotores que formalizar uma associação não lhes fazia sentido, “uma vez que já existiam instituições formais, ainda por cima eleitas pela comunidade –

havia uma Junta de Freguesia, que tinha intervenção no espaço público; havia uma assembleia de freguesia – achamos que se muitas coisas que tínhamos de resolver passavam pelo espaço público, o melhor era criar um grupo de trabalho com essas pessoas que já intervinham e traze-las para um grupo de discussão que era paralelo a isso” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

O projeto define como objetivos “melhorar a qualidade de vida da população do Moledo, numa dinâmica de equilíbrio entre Homem/meio ambiente/economia”; “valorizar o património cultural e natural da aldeia de Moledo”; “fomentar a fixação das camadas mais jovens”; “contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho da Lourinhã e defesa do seu património cultural e natural”; “contribuir para o desenvolvimento sustentável do país” (Projeto Moledo Com Vida, 2006: 5). Para os concretizar assume como principal valor a participação da população da aldeia, envolvendo-a em todo o projeto. Simultaneamente, para a concretização do projeto é pensado o envolvimento de especialistas em determinadas temáticas nele trabalhadas, de forma a proporcionar uma opinião especializada, aumentar a autoestima da população, valorizando o seu próprio património e demonstrar a possibilidade de concretização através de exemplos de outras aldeias/ projetos.

A valorização da aldeia e do seu património tem também como objetivo estratégico a promoção do turismo, atraindo visitantes para a mesma, e o desenvolvimento económico que daí possa surgir – o alojamento, a restauração, visitas guiadas, passeios pedestres, produção de artesanato, produtos gastronómicos e agrícolas fazem parte do planeamento do projeto neste sentido (Projeto Moledo com Vida, 2006; Plano de Ação Projeto Moledo Com Vida, 2009; entrevistas realizadas).

Desde o seu planeamento à concretização, foca-se nas pessoas, procurando a “melhoria da qualidade de vida”, “aumento das competências para o exercício da cidadania ativa, dos níveis de informação/ formação e melhoria da qualidade da educação”, tendo também como alvo global o desenvolvimento sustentável. Para este fim, procura a “preservação, proteção e valorização do património cultural e natural”, “proteção e sustentabilidade ambiental; “dinamização da economia local” através dos recursos endógenos (Plano de Ação Projeto Moledo Com Vida, 2009: 2).

As parcerias fazem parte das estratégias do projeto, proporcionando, como já referido, a participação no mesmo de especialistas em determinadas áreas e a concretização de atividades planeadas, com benefícios para ambos os parceiros. Estas começam com uma parceria informal com a Câmara Municipal da Lourinhã e Junta de Freguesia do Moledo (ainda antes da União de

Freguesias através da qual passou a ter a designação de Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo), que assumem o estabelecimento de parcerias formais (uma vez que o grupo, sendo informal, não o pode fazer) – como as estabelecidas com o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia e a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Importa referir a existência de parcerias com o setor privado, como a realizada com a EDP, com o objetivo de promoção de eficiência energética junto da comunidade, e o envolvimento esporádico de empresas locais.

No início do projeto, e como primeira ação, foi pensada a reestruturação de um espaço comum, com o objetivo de se tornar um espaço de encontro da comunidade e de acolhimento de visitantes, incluindo no mesmo áreas destinadas a desporto e lazer, bem como atividades pedagógicas, sendo garantida a sua construção sustentável (por exemplo através da plantação de plantas autossustentáveis, cuidados específicos com os gastos de água e utilização de materiais locais na construção). Este projeto começou a ser desenhado em 2006 e em 2007 é celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal da Lourinhã, que assumiu formalmente o projeto perante os parceiros, e o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia.

No seu início, o grupo estruturante do Moledo Com Vida havia também pensado em atuar a nível da cultura da aldeia, bem como na preservação do património natural, protegendo-o e valorizando-o, nomeadamente no que concerne ao Planalto das Cesaredas, e na educação.

Para a garantia do valor da participação, foram planeados fóruns comunitários (tendo sido realizado o primeiro para a apresentação do projeto, em 2007), debates e ações de formação sobre temas concretos para o processo de desenvolvimento da aldeia, e a integração da comunidade nas ações desenvolvidas. Também o desenvolvimento económico é uma preocupação do projeto desde o seu planeamento, focando-se no turismo, valorização do património cultural e dos saberes locais, e promovendo, neste sentido, o empreendedorismo da comunidade (Projeto Moledo Com Vida, 2006).

A ação inicialmente planeada em parceria com o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia para requalificação de um espaço comum implicava a candidatura a Fundos Comunitários para o seu financiamento, que não foi possível de concretizar pela mudança de legislatura que impediu a Câmara Municipal da Lourinhã de assumir a componente nacional com a qual se tinha comprometido e que viabilizava a candidatura a estes fundos, tendo assim sido impossibilitada a realização da ação inicial e principal planeada e na qual estava já toda a

comunidade envolvida - “São marcados pelo grupo fóruns, para explicar à população o que se pertence (...) o projeto é elaborado pelo Instituto Superior de Agronomia e há nomes sonantes envolvidos, que fazem as pessoas acreditar (...) quando o projeto está pronto, estamos em plena crise financeira – e estamos a falar de um projeto com um valor superior a um milhão de euros, numa aldeia tão pequena.” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

Os fóruns apenas foram realizados quando existia já, por parte do grupo, alguma segurança no projeto: “o grupo só aceita passar à comunidade quando já temos o centro de estudos de arquitetura paisagista connosco e as coisas em termos de projeto já têm um avanço. Então fazemos um fórum para dizer às pessoas o que tínhamos estado a fazer, qual era a ideia da intervenção. Depois fomos fazendo alguns fóruns para ir dando conta à comunidade à medida que o projeto avançava” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

No processo de conceção do projeto importa referir a participação da comunidade, concretizada através das reuniões e fóruns comunitários realizados e da partilha de ideias entre todos, que, por exemplo, fez pressão para que se mantivesse (ao contrário do pensado pelos técnicos do Centro de Estudos) uma escultura de homenagem aos combatentes da aldeia que regressaram vivos da guerra, pelo seu significado comum para os habitantes. Uma questão bastante referida nas assembleias e fóruns é a controvérsia em torno do local escolhido para o projeto, o antigo campo de futebol: “havia um projeto para fazermos no campo da bola um jardim e coisas mais modernas, mas eu aí não gostei, porque aquele campo para mim tem muito significado, foi construído pelo meu marido e outros homens, aí sempre disse que não gostavam” (elemento da comunidade entrevistado); “há pessoas da minha geração em que as únicas vitórias da vida estão naquele campo (...) marcou-os muito” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

Este projeto foi a “bandeira” da campanha eleitoral do coletivo eleito em 2009, tendo-se só depois das eleições concluído que não seria possível avançar desta forma, e que seria então necessário fazê-lo de outras formas (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

Face à impossibilidade de esta ação avançar, a comunidade passou por um momento de frustração e descreditação – “quando não vieram os fundos as pessoas ficaram um bocadinho de pé atrás, diziam que iam fazer, faziam mundos e fundos e afinal ficou tudo sem efeito (...) claro que as pessoas mais interessadas perceberam que não se fez porque não vieram os fundos, mas se calhar o povo em si não ficou a perceber.” (elemento da comunidade entrevistado).

Foi então, com um grupo de trabalho motivado e uma comunidade expectante, que foi procurada uma nova forma de avançar, recorrendo aos recursos endógenos e procurando uma alternativa criativa face à frustração (o que podemos relacionar com a capacidade de *agency* e capacidade organizativa da própria comunidade). É aqui que a cultura própria da aldeia se torna fulcral para o seu processo de desenvolvimento. O grupo informal abordava desde o início, nas suas conversas, o tema de Pedro e Inês, apesar de não o integrar no projeto, até este momento: “tínhamos um plano B, embora não oficializado, havia, então partimos para os recursos endógenos: Pedro e Inês, toda a gente sabia” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado); “o tema de Pedro e Inês já fazia parte das nossas conversas que seria um tema a desenvolver, mas primeiro seria o aspeto físico de requalificação dos espaços, e este viria depois. Como não conseguimos o primeiro partimos para este” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado). Perceberam que a lenda de Pedro e Inês, uma história de amor, era algo que todos os membros da comunidade tinham em comum, que todos haviam ouvido falar, e que poderia ser distintivo desta aldeia face a outros territórios – “era uma coisa nossa, as pessoas iam saber que era nosso” (elemento da comunidade entrevistado); “não havia outra temática que fizesse mais sentido para as pessoas sentirem o projeto como delas (para chamar a atenção) – e as pessoas têm participado desde o início, de uma forma mais ativa ou menos ativa – tinha de ser essa temática e resultou bastante bem” (funcionário da autarquia entrevistado); “a história de Pedro e Inês é por um lado desenvolver a memória coletiva da aldeia, por outro lado é a preocupação de agarrar as pessoas, que por vezes são difíceis de agarrar” (funcionário da autarquia entrevistado); “foi o recurso endógeno que mais sobressaiu” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

O grupo decidiu intervir através da arte pública, algo “visível”, pelo seu impacto para a própria comunidade, que via assim, contribuindo para tal, algo a acontecer realmente, e para atrair outras pessoas exteriores à comunidade, utilizando a temática de Pedro e Inês para a concretizar - “quando pensamos em Pedro e Inês, pensamos como iríamos abordar esse recurso – pensamos então que seria através da arte – a arte pública (...) que se oferecia sem ninguém ter de procurar” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

Importa mencionar que foi o grupo mais envolvido no projeto que avançou com esta ideia, não organizando como anteriormente as assembleias comunitárias, justificando que a comunidade, desacreditada face à impossibilidade de se avançar com o projeto anterior, precisava de ver

acontecer algo: “deixamos de realizar os fóruns porque as pessoas tinham deixado de acreditar, passamos a uma estratégia diferente: era preciso fazer acontecer e ir fazendo com que as pessoas fossem entrando no processo sem a discussão, para que passassem a acreditar outra vez – daí as pessoas dizerem “eles é que sabem”” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

Em 2009 foi estabelecido um protocolo de parceria do projeto com a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, assinado pela Câmara Municipal da Lourinhã. Este protocolo instituiu a colaboração desta faculdade na localidade do Moledo, com a participação de cinco alunos através da concretização de escultura pública com o tema de D. Pedro e Dona Inês de Castro, sendo definido que os trabalhos dos alunos são oferecidos para exposição permanente, disponibilizando então a Câmara Municipal da Lourinhã e a Junta de Freguesia do Moledo o espaço para estas ficarem expostas (Projeto de Protocolo entre a Câmara Municipal da Lourinhã e a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009). Este protocolo foi prolongado por mais três anos letivos, resultando em 11 esculturas que se encontram em diferentes locais da aldeia.

Para a concretização das esculturas e a sua colocação a comunidade esteve envolvida de diversas formas: desde a fabricação das esculturas, com a partilha de técnicas de trabalho na pedra ou no ferro entre elementos da comunidade e os estudantes que eram seus autores, ou com a utilização de oficinas de elementos da comunidade para a sua concretização; com a receção aos escultores, que implicou o acolhimento, as conversas e partilhas, a alimentação e estadia (que foram garantidas por diversas pessoas da comunidade); na requalificação dos espaços públicos em que foram colocadas as esculturas (limpeza e preparação do espaço), neste aspeto em conjunto com o trabalho da Junta de Freguesia.

No presente ano de 2018 a arte pública com o tema de Pedro e Inês passou também a abranger a cerâmica, tendo sido concretizadas peças de cerâmica (sobretudo azulejos) por parte de alunos da Escola Artística António Arroio com este tema, que foram depois colocadas em paredes espalhadas pela aldeia, embelezando-as e chegando a arte a outros locais da aldeia (com todo o embelezamento do espaço em redor que isso envolve). O processo de colocação das peças implicou a decisão de que peças seriam colocadas em que paredes, maioritariamente paredes privadas, ou seja, a cedência destas – passando-se por processos de comunicação entre os elementos da comunidade, a Junta de Freguesia e os responsáveis da escola. Realizou-se uma inauguração das peças, após colocadas, com um circuito pela aldeia e a explicação do seu significado pelos alunos que as concretizaram.

O grupo informal que dinamiza o projeto tem promovido, em conjunto com a comunidade, que participa com diferentes intensidades nas várias atividades, seguindo também as suas aptidões, diversas ações. Está atualmente em construção um parque num espaço comunitário, que inclui uma representação das antigas eiras, diversas plantas autóctones (sendo que o valor para a compra das sementes foi oferecido pelas pessoas da aldeia que o quiseram fazer – com um elevado nível de participação a este nível), um espaço com diferentes texturas de solos e um espaço com uma árvore para que se contem estórias. Foi já experimentada a realização de dois almoços comunitários, para visitantes.

Como referem vários dos elementos promotores entrevistados, “o projeto é um documento inacabado, está sempre aberto a alguma coisa que possa surgir mais”.

(Projeto Moledo Com Vida, 2006; Plano de Ação Projeto Moledo Com Vida, 2009; site da Junta de Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo; entrevistas realizadas)

Análise do estudo de caso: o papel da cultura no desenvolvimento na aldeia de Moledo

A investigação relativa ao estudo de caso implicou, como referido, observação direta simples, observação participante, aplicação de questionários a uma amostra da população de Moledo e entrevistas qualitativas a oito participantes selecionados pelo seu papel no projeto ou na comunidade. Será a partir dos resultados obtidos nesta investigação, e cruzando as diversas técnicas de investigação aplicadas, que iremos analisar três diferentes dimensões, que se relacionam, conforme o quadro teórico que permitiu a construção da grelha analítica para a investigação e a construção dos instrumentos que permitiram a sua concretização: os níveis de desenvolvimento e bem-estar na comunidade; as relações na comunidade e processos participativos; o papel da cultura e perspetivas de comunidade.

a) Níveis de desenvolvimento e bem-estar na comunidade

O desenvolvimento assume uma transformação, com a perspetiva de melhoria e de promoção do bem-estar. O desenvolvimento comunitário tem por fim, nesse mesmo sentido, a “satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo” (Amaro, 2009b: 108). Procuramos com a investigação realizada na comunidade de Moledo compreender de

que forma está a ser concretizado este processo, compreendendo se está enquadrado num processo de desenvolvimento local e considerando as suas variáveis. Assim, abordamos as questões do desenvolvimento nas entrevistas realizadas a elementos com diferentes papéis na comunidade e aplicamos questões específicas para esta dimensão nos questionários realizados.

Como já mencionado na apresentação do projeto Moledo Com Vida, foram de fato preocupações da própria comunidade sobre a sua aldeia, relacionadas sobretudo com a perda de população e as condições da aldeia, que levaram à ignição de um projeto e processo de desenvolvimento.

De forma a apurarmos a noção de transformação positiva da comunidade, procuramos comparar junto dos participantes do questionário a sua ideia sobre as condições gerais da aldeia há 10 anos (tendo-se como referência para este limite temporal o início do projeto) e atualmente, concluindo-se que 50% dos questionados pensam que o Moledo se encontra melhor do que há 10 anos, e 33% muito melhor, sendo que 15% referem estar igual e apenas uma pessoa responde que se encontra pior (figura 2.9.). Também por parte das pessoas entrevistadas existe uma perspetiva positiva do desenvolvimento, sendo uma questão que é abordada muitas vezes sem ser necessário colocar qualquer questão sobre o mesmo, ou seja, sendo já reconhecida. Por parte de elementos da comunidade que participaram no projeto obtemos opiniões como “isto agora está tudo assim muito desenvolvido (...) porque quando eu vim para cá era só miséria (...) agora não há tanta miséria”. Uma questão muito referida é a melhoria dos espaços públicos e comuns - “embelezou muito o Moledo”; “mudou sobretudo o aspeto da aldeia, a limpeza, o arranjo, o interesse, para que as coisas fiquem bonitas, para limpar, para arranjar” (elemento da comunidade entrevistado) - sendo aliás um dos objetivos do Moledo Com Vida “valorizar o espaço, chamar a atenção para o espaço – vai obrigar as pessoas a arranjar o que é seu, a embelezar” (funcionário da autarquia entrevistado). Outra questão muito mencionada é o fato de a aldeia atrair pessoas que a procuram conhecer (“vêm pessoas assim “ouvimos falar naquilo, vamos lá ver o que é aquilo”; “trouxe mais gente, muita gente” (elemento da comunidade entrevistado)).

A requalificação dos espaços não passa, aliás, apenas pelos espaços públicos mas também pelo edificado da aldeia, privado, existindo bastante investimento neste aspeto, o que pode promover as condições para a fixação de população – “foi aprovado a nível da Câmara Municipal o programa ARU, para reabilitação de casas – e isso já está a acontecer, este investimento das pessoas que podem vir para cá é importante para o desenvolvimento local, podem vir para cá, ficar por cá, ser um casal jovem, os filhos ficam, vão para a escola...” (elemento da Junta de Freguesia

entrevistado); “a nível de habitação tem havido uma procura crescente e interesse pela requalificação de imóveis” (vereador da autarquia entrevistado).

Quando abordada a questão de a aldeia ter as condições necessárias para a permanência, ou seja, sobre a necessidade ou não de abandonar a aldeia para garantir as condições de vida desejadas, 35% dos questionados atribuem um 5 numa escala de 0 a 5, considerando, portanto, que a aldeia tem todas as condições necessárias, sendo também 35% dos questionados os que atribuem um 4. Importa ainda referir que 28% dos inquiridos atribuem um 3 e apenas uma pessoa o 2, concluindo-se assim que a maior parte da comunidade considera estarem reunidas as condições para permanecer (figura 2.10.). Podemos associar as respostas obtidas relativamente à perceção do desenvolvimento do Moledo, em que concluímos que a maioria dos participantes considera que está melhor ou muito melhor do que há 10 anos, e ver também respondido, de certa forma, um dos objetivos do projeto implementado: combater a desertificação da aldeia e promover a fixação de população - o que corresponde também à promoção do enraizamento na comunidade local, conforme um dos pilares da Economia Solidária.

Para que uma aldeia garanta a permanência da sua população, a satisfação das suas necessidades, materiais e imateriais, é um aspeto fundamental, como refere Silva sublinhando a importância da garantia de condições para o bem-estar e resolução de problemas de infraestruturas, para que uma comunidade esteja disponível para ser parte ativa, numa lógica de desenvolvimento-participação, de um processo que ultrapasse estas necessidades (Silva, 2000). De fato, durante a aplicação dos inquéritos existiram participantes que sublinharam a importância de resolução de questões de infraestrutura, em complementaridade ao projeto cultural que está a ser desenvolvido, priorizando-as, eventualmente face a uma visão das necessidades a curto prazo e da garantia de bem-estar para uma maior disponibilidade (“às vezes podiam largar um bocadinho as coisas da arte e investir nas estradas e nos espaços degradados”). Assim, consideramos relevante questionar os participantes sobre as necessidades que consideram existir, para si, no Moledo. De forma a analisar as respostas, e considerando as respostas obtidas, categorizamos nas seguintes categorias: comércio e serviço (15 respostas), sendo sobretudo mencionada a necessidade de restauração e acesso à saúde (por exemplo a existência de uma farmácia e posto médico), e destacando-se que esta necessidade aparece associada à possibilidade de criação de postos de trabalhos e desenvolvimento económico; equipamentos sociais (7 respostas), sendo referida a necessidade de existência de equipamentos para idosos (lar e centro de dia); infraestruturas (6 respostas), relacionadas com o melhoramento

de estradas e esgotos; equipamentos de lazer (5 respostas), com a referência a parque infantil, jardins e campo de futebol; atividades de lazer e convívio, tendo os participantes mencionado a necessidade de atividades desportivas e atividades para idosos; transportes (3 respostas); limpeza das ruas (2 respostas). Importa ainda referir que foram expressas necessidades imateriais como a existência de mais habitantes (“ver mais pessoas na rua”), movimento, união da comunidade e mais turismo. São expressas diferentes tipos de necessidades, desde as materiais e relacionadas com infraestruturas a necessidades imateriais, que passam inclusive pelas relações pessoais, e destacando-se que parte dos inquiridos assumem que já está a ser feita alguma coisa nesse sentido ou que já existiu algum progresso para que determinada necessidade seja concretizada, o que demonstra que o processo de desenvolvimento dá, em parte, resposta às necessidades expressas pela própria comunidade.

A satisfação das necessidades pode ser concretizada de diferentes formas e por diversos atores sociais, dependendo da necessidade apresentada, dos meios necessários para a satisfazer e da capacidade dos atores para os garantir. Face às necessidades mencionadas, questionamos os participantes sobre a sua perceção da possibilidade de contribuir para a satisfação das mesmas, ao que: 16 participantes referem que não o podem fazer, mencionando não ser da sua responsabilidade, não depender de si ou não ter meios; 7 pessoas referem que contribuir para a satisfação das necessidades seria possível caso se verificassem algumas condicionantes, como haver um grupo a fazê-lo, “ser o Moledo todo a juntar-se” ou ter dinheiro para concretizar; os restantes participantes respondem positivamente à questão, referindo, por exemplo, a possibilidade de “sugerir e ajudar”, “pedir apoios”, “fazer o campo”, organizar eventos e “apresentar a aldeia”. Pode retirar-se das respostas obtidas diferentes conclusões: por um lado, é reconhecido por grande parte dos participantes o seu papel no processo de satisfação de necessidades e desenvolvimento da sua própria comunidade, recorrendo em parte dos casos à “criação coletiva” (Silva, 2000) e gerindo em comum com outros elementos da comunidade este papel; porém, é ainda elevado o número de participantes que assume não ter responsabilidade neste processo, demonstrando alguma dependência de instituições ou entidades que consideram responsáveis ou de outros elementos da comunidade, considerando que a satisfação das necessidades coletivas será garantida por alguém que assuma essa responsabilidade.

No que respeita às possibilidades de garantia de sustento económico residindo no Moledo (considerando-se a possibilidade de geração de rendimentos), 83% dos inquiridos considera ser

possível (figura 2.11.), sendo que, da totalidade dos inquiridos, 53% garante os seus rendimentos dentro da própria aldeia, 42% no Concelho da Lourinhã, e 6% fora do Concelho (figura 2.12.). Abordando-se o desenvolvimento económico, é reconhecido que estão criadas as condições para o despontar, sendo ainda um caminho a percorrer, de acordo com diferentes pessoas entrevistadas e questionadas, pelo que é esperado que tal aconteça em breve, surgindo “naturalmente pela própria comunidade ou alguém de fora que veja o potencial que a aldeia tem e decida apostar aqui” (vereador da autarquia entrevistado). É muito referida a necessidade de existência de restauração, considerando o aumento da afluência de visitantes, bem como de outras infraestruturas para dar resposta ao turismo (cafés, merchandising e venda de produtos típicos, habitação turística), sendo importante mencionar que esta questão é referenciada como necessidade tanto por elementos da comunidade como por elementos da autarquia. Existem também algumas ideias para promover este desenvolvimento, como a realização de um mercado mensal, “uma maneira de mostrar os produtos que temos (...) de uma maneira muito simbólica” (elemento da Junta de Freguesia entrevistado). As entidades públicas envolvidas e os elementos da comunidade que têm animado o processo, assumem que procuram, sobretudo através de conversas informais e da garantia de reunião das condições, que este passo seja dado, ao ritmo necessário: “Temos tentado despontar, tenho tido conversas com as pessoas, mas claro que percebo que as pessoas possam não estar disponíveis para correr alguns riscos. A cultura faz despontar o desenvolvimento económico do espaço” (vereador da autarquia entrevistado). No Moledo existem já algumas empresas, de construção e relacionadas com a exploração agrícola, cafés e alojamento local, tendo ainda sido recentemente registada uma empresa de fotografia num espaço que foi requalificado.

É curioso, não obstante o reconhecimento desta necessidade de desenvolvimento económico, que tanto elementos da comunidade como da autarquia demonstram algum receio com possíveis ritmos acelerados de desenvolvimento que possam levar a que a aldeia perca as suas características próprias, demonstrando preocupações com um desenvolvimento que seja sustentável, como os seguintes excertos de entrevistas ilustram: “mas também se calhar se tivemos muito comércio banalizamos um bocadinho a aldeia, já não fica uma aldeia tão rural, tão aldeia” (elemento da comunidade entrevistado); “Moledo ficou no mapa, é um sitio de passagem, mas ainda devia ser mais, mas também temos de ter cuidado com este mais, também não queremos ser uma coisa demasiado turística, temos de ter cuidado para ter alguma qualidade” (elemento da Junta de Freguesia entrevistado).

Conclui-se que em Moledo existe um processo de desenvolvimento, com uma transformação positiva reconhecida, respondendo a necessidades sentidas pela própria comunidade, que tem uma forte implicação neste processo, e combatendo a possível desertificação da aldeia, ao serem sentidas as condições para a permanência. Importa referir também que este processo confere ainda um importante papel aos órgãos públicos de poder local e que existem algumas necessidades e potencialidades que estão ainda por desenvolver.

b) Relações na comunidade e processos participativos

A participação da comunidade é um dos pontos chave do desenvolvimento comunitário, que pode recorrer a recursos externos para impulsionar os próprios recursos endógenos e capacidades da comunidade. A participação, que pode ser concretizada de diferentes formas, é, aliás, uma condição para a garantia da democracia no desenvolvimento, conjugada com processos que procuram garantir os “valores, sentidos e orientação” da própria comunidade (Silva, 2000: 157). O capital social, associado aos vínculos de pertença dos indivíduos à comunidade e que promove a ação conjunta em torno de objetivos comuns, integrado com sentimentos de proteção e segurança, mas também entajuda e colaboração, desempenha um papel essencial em processos de desenvolvimento comunitário, facilitando-os. Foi por estes motivos importante analisar as relações entre a comunidade no Moledo e os processos participativos que existem, bem como o papel das parcerias, das entidades públicas e dos líderes informais nestes processos, tendo sido aplicadas nos inquéritos e abordadas nas entrevistas questões relacionadas com estes aspetos, complementadas pela observação no terreno.

De forma a perceber as relações entre a comunidade, questionamos os participantes no inquérito relativamente às mesmas, procurando perceber o hábito que têm em recorrer aos vizinhos (compreendendo-se por vizinhos todas as pessoas da aldeia no geral) e estes a si. Conclui-se então que a maioria dos participantes, 65%, tem o hábito de recorrer aos vizinhos (respondendo com o indicador de frequência sempre), importando também referir que 10% respondeu que nunca ou quase nunca o faz (figura 2.13.). No mesmo sentido, questionamos sobre a frequência com que os vizinhos recorrem aos membros da comunidade participantes neste estudo, tendo 58% respondido com o indicador de frequência sempre e 8% nunca ou quase nunca (um valor de percentagens ligeiramente mais baixo face à questão anterior) (figura 2.14.). Os resultados obtidos demonstram

que existem fortes indicadores de entreaajuda na comunidade e colaboração entre os seus elementos, o que também foi visível na observação realizada no terreno – por exemplo, existiu bastante facilidade em que um participante nos indicasse outro potencial participante e nos apresentasse a este, de uma forma bastante natural e percebemos, como foi expresso por algumas pessoas, que é frequente as pessoas visitarem as casas umas das outras e estarem juntas nesse contexto ou nos cafés existentes. Outro aspeto que demonstra a ligação da comunidade está relacionado com o que algumas pessoas entrevistadas e participantes no questionário referiram, ao considerarem o Moledo uma comunidade fechada: “somos uma comunidade assim fechada” (elemento da comunidade entrevistado); “As pessoas que vêm de fora e vêm habitar para o Moledo não tem facilidade de criar elos – é uma comunidade fechada” (funcionário da autarquia entrevistado). De fato, no geral, as pessoas no Moledo com quem tivemos oportunidade de falar conhecem todos pelo nome, sabem onde vivem, e distinguem quem nasceu no Moledo ou integrou posteriormente a comunidade.

Confirma-se assim estar presente uma condição facilitadora de um processo de desenvolvimento comunitário partilhado pela comunidade, em comum: o capital social potencialmente elevado. Partimos então para a análise dos processos de participação. Relativamente à participação na organização de atividades, ou seja, uma participação que implica o planeamento e mobilização da restante comunidade, podendo ser concretizada de diferentes formas e com diferentes intensidades, de entre os participantes no questionário 30% refere nunca participar na organização de atividades na aldeia, sendo importante referir que é uma percentagem de participantes próxima desta que refere fazê-lo quase sempre (28%), registando-se também valores de participação intermédios (figura 2.15). Quando questionados sobre os motivos para a não-participação na organização de atividades, a maioria refere falta de interesse ou de disponibilidade de tempo, existindo ainda inquiridos que mencionam não ter meios para participar (3) ou não ter informação (5) (figura 2.16). Ao questionarmos os participantes sobre a possibilidade de participar na organização de atividades se tal envolvesse retorno económico (para o próprio), 90% respondeu que não o faria (figura 2.17.), o que representa uma forte noção de participação voluntária na dinamização da própria comunidade, seguindo as práticas de solidariedade e reciprocidade da economia solidária. Também juntos dos elementos da comunidade promotores do projeto, incluindo os que têm um papel nos órgãos de poder público local e são membros da comunidade em simultâneo, vemos este compromisso voluntário: “não sinto diferença, a minha disponibilidade é igual (...) continuo a

trabalhar muito em regime de voluntariado (fora do horário laboral) – porque é um projeto que acarinho” (funcionário da autarquia entrevistado).

Quando questionamos a comunidade sobre a participação em atividades que surgem (já organizadas) na aldeia, a maioria dos participantes refere que participa sempre (35%) ou quase sempre (30%) (figura 2.18.). Apenas 10% dos participantes respondem com o indicador de frequência nunca ou quase nunca, mencionando como motivos a falta de interesse, falta de disponibilidade de tempo e outros motivos, como questões de saúde (figura 2.19.). Verifica-se deste modo que a participação acontece muitas vezes quando organizada e animada por elementos da comunidade que o garantam - muitas vezes os líderes informais que fazem parte do grupo de cidadania, mas também todas as pessoas que responderam de forma positiva à questão anterior-, de forma autónoma ou em parceria com as entidades públicas que intervêm na aldeia.

As entrevistas realizadas apresentam alguns exemplos das diferentes formas de participação. Um dos elementos da comunidade entrevistado exemplifica com o projeto realizado no espaço comum em volta dos moinhos, em que, num projeto animado pelo grupo de cidadania, cada pessoa contribuiu, monetariamente e conforme a sua disponibilidade, para a aquisição de sementes de plantas autóctones: “quando foi a questão de arranjarmos à volta dos moinhos, mais recente, ela incentivou as pessoas a participar, a contribuir cada uma com o que pode, foi muito bonito, nem era assim nenhuma conta grande (...) mas todos ficaram lá com o bocadinho que quis com uma flor, arranjamos lá o nosso jardim”. O mesmo elemento da comunidade entrevistado sublinha diferentes formas e intensidades possíveis de participação no processo de desenvolvimento da comunidade: “até às vezes para pôr ali um bocadinho de água naquelas plantas, isso já é participação, não é? Nem toda a gente pode fazer grandes trabalhos, mas já é participação”. Também um dos elementos da Junta de Freguesia entrevistado sente que a participação é realizada de diferentes formas e tem sido crescente, apesar de considerar que envolve sobretudo o apoio à organização do que está já pensado (por exemplo através do apoio logístico) e não em “partir para a frente do projeto”, acrescenta que tem havido um aumento de participação através da procura da Junta ou do grupo informal para sugestões – “as pessoas já tem feito algumas sugestões, levado ideias, apesar de não existir muito envolvimento na organização” – acreditando que o aumento da participação a este nível surge por as pessoas terem começado a “ver alguma resposta, alguma coisa que mudou”.

A União de Freguesias é uma questão bastante referida, tanto pelos elementos da comunidade com que contactamos, como com a própria Junta de Freguesia, mencionando que com esta união existiu um sentimento de “revolta e desmotivação” (elemento da Junta de Freguesia entrevistado), associando a uma “perda de autonomia e identidade”, relacionada com a diluição de “hábitos, cultura”, face à necessidade de partilhar com outra localidade e às diferenças de dinâmicas que já existiam nas localidades (elemento da Junta de Freguesia entrevistado).

De forma a percebermos o papel informal de elementos da comunidade na organização da mesma, questionamos sobre os participantes sobre a noção de existência de outras pessoas na comunidade, para além da Junta de Freguesia, a quem recorrem, por exemplo para sugerir algo ou referir uma necessidade. As respostas indicam que a maioria (63%) não recorre a outras pessoas para além da Junta, mencionando frequentemente que acredita que esta é a entidade que deve ter esse papel (figura 2.20). No entanto importa referir que a percentagem de participantes que refere recorrer a outras pessoas, de forma informal, é considerável (37%), considerando a grande maioria destes este ser um fato positivo (87%), e não existindo nenhuma resposta que o veja como negativo (figura 2.21.)

Assim, verifica-se a existência de um modelo de governança partilhada, em que a comunidade assume um papel fulcral, de forma informal, mas a Junta de Freguesia tem ainda uma grande importância – concretizando-se todo o processo entre um grupo informal, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal – que assumem com outras entidades parcerias formais quando necessárias. O Estado, representado neste caso pelos órgãos locais de poder público, pode ter, no caso da gestão de bens comuns, o papel de promover a criação de instituições geridas pelos próprios *commoners* e garantir a existência de condições para tal, auscultando as necessidades e interesses da comunidade e permitindo a auto-organização. No caso do Moledo, a Junta de Freguesia e a Câmara, procuram apoiar o grupo informal que dinamiza as questões culturais e as suas ideias, surgindo muitas vezes como um parceiro para a concretização destas ideias, cujos objetivos vão de encontro em grande parte aos próprios objetivos destes organismos (como a própria garantia do bem-estar da população) e procurando também, como referido, incentivar o surgimento de iniciativa económica por parte da comunidade, alicerçada no comum que nela sobressai (a cultura).

A Junta de Freguesia assume este papel, como uma “parceira natural (...) uma mãe que quer cuidar dos seus filhos”, e reconhece o papel da dinâmica informal da comunidade, que permite a boa concretização do processo – “há localidades em que as pessoas são dinâmicas e tentam fazer algo,

outras em que só dizem que não fizeram, aqui também o podem dizer, mas pelo menos têm contribuído para isso” (elemento da Junta de Freguesia entrevistado).

Abordamos também junto da Câmara e Junta de Freguesia a forma como as obrigações formais e legais inerentes podem entrar em conflito com os ritmos da comunidade, no entanto essa questão tem sido facilmente contornada, não se constituindo como problema ou fonte de conflitos – “permitiu às pessoas entenderem a diferença de ritmos – o que enquanto pessoa individual posso fazer, e aquilo que uma entidade como uma autarquia está obrigada a cumprir, e perceber o modo de funcionamento”, acrescentando que acaba por existir uma aprendizagem mútua (vereador da autarquia entrevistado).

Um dos elementos entrevistados da Junta de Freguesia refere também limites ao apoio ou à satisfação das necessidades expressas pela comunidade “por vezes queremos avançar e a nossa própria estrutura não nos deixa (...) sobretudo por questões financeiras, às vezes queremos contribuir com mais e não é possível”. Um dos elementos do grupo estruturante do Moledo com Vida entrevistado sublinha também esta forma de governança partilhada, em que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia garantiram meios necessários, enquanto a população contribui de forma voluntária “quando estão cá os artistas a fazer os trabalhos, com doações de pedras, a convidar os artistas para almoçar”.

Também a Câmara Municipal vê de forma partilhada com a comunidade todo o processo, assumindo que foi iniciado pela própria comunidade e que procurou então a Câmara, que tem o papel de promover a concretização das ideias da população – “a Câmara só tem de aceitar de braços abertos essa ideia, e estas propostas, quase que num obrigado por terem vindo, obrigado por terem tido esta ideia” (vereador da autarquia entrevistado). É também dessa forma que os elementos da comunidade promotores veem esta parceria entre a Câmara e a comunidade, reforçando o papel da comunidade em construir e promover o projeto e procurar o apoio da Câmara.

Na comunidade do Moledo as relações pessoais e comunitárias são fortes, com potencial de se verificar um capital social elevado. Os elevados graus de participação em atividades na aldeia, que promovem convívio, relações sociais e elos sociais, contribui para este fato, ao mesmo tempo que é nele alicerçada.

Verifica-se que a organização de atividades está centrada numa parte da comunidade, animada sobretudo pelos líderes informais, e não em toda a comunidade, o que é comum em processos comunitários. A Junta de Freguesia tem um papel fulcral para a comunidade, sendo vista pelas suas

responsabilidades enquanto entidade pública com responsabilidade no terreno. Esta tem assumido um processo de governança partilhada, apoiando e incentivando a comunidade.

Importa sublinhar que o compromisso voluntário e a reciprocidade, valores da Economia Solidária, são bastante visíveis na comunidade do Moledo, como demonstram as respostas obtidas nos questionários e entrevistas, bem como a observação realizada no terreno.

c) O papel da cultura e perspetivas de comunidade

Cada comunidade tem características culturais próprias, que a diferenciam de outras e a unem enquanto comunidade, sendo a sua cultura algo em comum entre os membros que a formam e que, como vimos, é construída e gerida pela própria comunidade. A cultura é um recurso imaterial e criado por pessoas, partilhado por uma comunidade, correspondendo assim a um comum. Pretendemos analisar a visão da comunidade do Moledo sobre a sua cultura, a apropriação que tem desta e da sua gestão, e o papel que está a assumir na comunidade e no seu próprio desenvolvimento, considerando-se a cultura como recurso para o desenvolvimento.

Neste sentido, é importante identificar quais são os aspetos culturais que a própria comunidade destaca. Esta foi uma questão curiosa durante a aplicação dos questionários, foram várias as vezes em que ouvimos “nunca tinha pensado sobre isso, deixe-me pensar”, e foi também um momento de partilha de histórias, de fotografias, vídeos e canções, que surgiu, tão naturalmente, quando abordamos aquilo que é para a pessoa participante questionada a sua cultura coletiva enquanto habitante do Moledo.

Nas respostas obtidas evidenciam-se quatro aspetos: as festas tradicionais (Santo Antão, São Sebastião e São João, estando incluídas referências específicas ao chouriço assado no Santo Antão, à fogueira e ao roubo dos vasos no São João, e à festa do Pau do Bolo no São Sebastião), indicadas por 25 participantes; a lenda de D. Pedro e Dona Inês (umas vezes referida como lenda, outras como história), abordada por 16 participantes; as récitas, lembradas por 4 participantes, e a feira anual, referida por 3 participantes. Importa ainda mencionar outros aspetos aludidos como elementos da cultura pelos participantes: referências à gastronomia, especificamente o arroz doce e o bolo de ferradura; eiras do milho; “não deixarem levar as raparigas para namorar”, “quando as raparigas e rapazes iam buscar água à fonte e era o ponto de encontro para os namoros”; futebol;

Carnaval; Pão por Deus; Espiga; caminhadas; moinhos; canções tradicionais; “no dia-a-dia as pessoas falam muito umas com as outras”; “as pessoas novas são unidas”.

Numa escala de 0 a 5, a maior parte dos participantes atribuiu o valor 4 como avaliação da dinamização da cultura no Moledo (53%) não existindo qualquer resposta abaixo do valor 2 (figura 2.22.). De forma a explorar as motivações para esta avaliação, questionamos os participantes para a referenciação de aspetos que consideram positivos e negativos na dinamização que tem sido feita. Assim, dos aspetos positivos destaca-se a vinda de turistas e visitantes (16 respostas neste sentido), a limpeza e embelezamento da aldeia (com 6 respostas), o lembrar da história e da lenda de Pedro e Inês (6 participantes referiram este fato), o desenvolvimento da aldeia que foi conseguido a partir da dinamização cultural (mencionado por 4 participantes). Para além destes, foram ainda referidas questões positivas relacionadas com a organização do que é feito, as festas e eventos, as esculturas concretizadas, a diferenciação da aldeia face a outras, a realização de atividades diferentes e a possibilidade de as pessoas ficarem a conhecer “coisas que não davam importância”, o respeito, valorização e orgulho, e o fato de as promover a união das pessoas (“as pessoas juntam-se e gostam do que estão a fazer”; “as pessoas aceitam de bom grado o que é feito e ajudam”), e é mencionado que atrai pessoas de fora inclusive para residir no Moledo. Por outro lado, foram também referidos pelos participantes aspetos negativos, sendo que apenas 16 pessoas os expressaram. Destes destaca-se a ideia de que as pessoas não compreendem o significado de algumas coisas realizadas (referido por 3 pessoas), a necessidade de existência de mais atividades (4 respostas neste sentido) e de maior divulgação das atividades, da desorganização da associação (3 participantes, referindo-se à associação recreativa, cultural e desportiva de Moledo), necessidade de maior união (“as pessoas deviam ajudar-se mais umas às outras”; “as pessoas criticam e estragam o que está a ser feito”) e de serem desenvolvidas “coisas mais típicas da aldeia”.

A cultura pode ser gerida por diferentes atores sociais e complementada a sua gestão entre todos: desde o Estado e seus órgãos representativos, a organizações da economia social e solidária e organizações especialmente vocacionadas para as questões culturais, às próprias comunidades e pessoas que as constituem. No Moledo, quando questionamos (em questão de resposta aberta) aos participantes quem consideram que deve ter esse papel, obtemos diferentes respostas, o que demonstra exatamente esta possível complementaridade na gestão cultural. A Junta de Freguesia é, sem dúvida, a resposta mais frequente, sendo referida por 24 pessoas como entidade responsável,

ficando também referido o papel de associações culturais por 4 participantes e existindo uma resposta que sublinha o papel da Câmara Municipal.

Vemos nas respostas, adicionalmente, um reconhecimento do papel da própria comunidade nesta gestão, obtendo-se respostas como “todas as pessoas”, “todos temos um papel fundamental” ou “do povo” por parte de 7 entrevistados. Não obstante o reconhecimento geral do papel da comunidade, alguns dos entrevistados mencionam nomes concretos de elementos da comunidade, atribuindo-lhes este papel e responsabilidade – importa referir que estes são os elementos envolvidos de forma mais ativa no projeto Moledo Com Vida. Esta dualidade de respostas demonstra o potencial de gestão da cultura enquanto comum, existindo a noção de que a própria comunidade tem essa responsabilidade, e a realidade de uma gestão partilhada.

Os elementos da autarquia entrevistados reconhecem o seu papel na dinamização da cultura e na divulgação do projeto que tem sido desenvolvido nesse sentido, referindo, por exemplo, os placares que foram expostos no Concelho que dão destaque à arte pública no Moledo. Não obstante, é demonstrada pela Junta de Freguesia, através dos vários elementos entrevistados, a necessidade de maior investimento “naquilo que é um trabalho já feito, dar visibilidade e estratégias para chegar mais longe”.

Os órgãos públicos que gerem o território demonstram uma preocupação crescente com a democratização do acesso cultural – “temos de ter a atitude de uma oferta diversificada” (vereador da autarquia entrevistado) – reconhecendo a importância da cultura no desenvolvimento individual e coletivo e da promoção das condições para apropriação da cultura – “é fundamental para que as pessoas reflitam, para que olhem com mais atenção a alguns aspetos que as rodeiam”, identificando que com o projeto desenvolvido “as pessoas começaram a ficar mais despertas para aquilo que é delas” (elemento Junta de Freguesia entrevistado).

No desenvolvimento de práticas relacionadas com diferentes formas de arte ao longo das atividades concretizadas, é dada importância, por parte dos promotores, a que a comunidade compreenda o que está a ser feito - “sempre que trazemos alguma questão nova, algum conceito novo, temos de o explicar às pessoas” (funcionário da autarquia entrevistado). Pela Junta de Freguesia está a ser realizado o Projeto Moledo Acontece, que envolve, por exemplo, concertos, sessões de cinema e exposições de artes plásticas, em momentos ocasionais e trazendo até à aldeia formas de arte a que esta não está tão habituada.

Também os elementos da comunidade que promovem o projeto têm fortemente esta noção, vindo na arte pública uma forma de democratizar o acesso à arte, especialmente numa comunidade que a ela tinha pouco acesso e proporcionando a construção de uma sensibilidade artística. É abordada a ideia de que a arte fechada numa galeria impõe barreiras a quem não tem um hábito de acesso à arte, enquanto a arte pública, que passa a estar nos locais diários da pessoa, permite que a pessoa “seja confrontada com a obra de arte, e isso vai entrando nelas, vai percorrendo um caminho, que pode levar anos, mas vai provocar em determinado momento emoções” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado).

Este processo contínuo permite a construção de condições e competências para a apropriação da cultura e promoção da autoestima individual e coletiva – “isto enriquece as pessoas, a autoestima daquela comunidade subiu com este envolvimento” (vereador da autarquia entrevistado) – construindo-se ao mesmo tempo uma maior estima pela própria aldeia – “os espaços em que se colocou as peças de arte foram requalificados e tudo ficou mais alindado, o que é completamente diferente de estar numa lixeira, do ponto de vista emocional e do sentimento para com a aldeia” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado). A troca de saberes existente entre a comunidade e os artistas foi também benéfica nesta construção de autoestima, possibilitando que as pessoas da comunidade partilhassem o seu conhecimento prático com estudantes com um conhecimento sobretudo teórico, assumindo-o e dele se orgulhando.

No contato com a comunidade ao longo da observação no terreno, existiram diversos debates sobre as esculturas e o seu significado, as cujo significado era de imediato compreendido e as que incitavam debates para que as ideias sobre o seu significado diferissem entre os participantes nos mesmos. De fato, como refere o vereador da autarquia entrevistado, “é rico ir ao Moledo e ouvir as pessoas explicar o que significa aquela escultura (...) construíram um olhar para a coisa, e isso permite também quando vão a outro local ter esse olhar”. Também as entrevistas realizadas a pessoas da comunidade que participaram no projeto demonstram os resultados deste processo cultural: “fiquei a interessar-me mais pelas coisas, a conhecer pessoas que não conhecia, a ir a sítios a que não tina ido (...) e fiquei com o ouvido mais atento a tudo o que se passa, acho que cresci com o Pedro e com a Inês, a minha maneira de ser, de ver as coisas, de estar, acho que cresci nesse sentido, foi muito bom para mim, e certamente para outras pessoas também” (elemento da comunidade entrevistado).

Como vimos, a lenda de Pedro e Inês é um dos aspetos culturais do Moledo destacado pelos participantes, que nos referem que a conheceram de diferentes formas, destacando-se respostas como “desde sempre”, “toda a vida ouvi”, “pelos antigos”, completadas com a referência à transmissão pela família, escola ou livros. Atualmente, a maioria dos participantes acredita que esta lenda continua a ser transmitida sobretudo através da própria comunidade (32% das respostas) e pela escola (29% das respostas), não sendo descurado o papel da família nesta transmissão (14% das respostas) e de outras formas de transmissão, nomeadamente através da Junta de Freguesia, das esculturas existentes na aldeia com esta temática (arte/esculturas) e de livros (figura 2.23.). É importante referir que para além da própria Junta de Freguesia, são mencionados nas respostas o papel de determinados elementos da comunidade nesta transmissão, reconhecendo-se o seu papel de líderes informais (“as pessoas cultas”).

Considerando tudo o que se tem desenvolvido no Moledo em torno da lenda de Pedro e Inês, questionamos os participantes sobre a sua perceção do papel da lenda na valorização da aldeia, ao que a grande maioria (98%) reconhece que a lenda tem um importante papel na valorização da aldeia, não hesitando na resposta (figura 2.24.). O mesmo resultado é obtido quando questionamos os participantes se consideram a arte pública, face ao projeto que foi desenvolvido neste sentido, efetivamente uma boa forma de divulgar a lenda na aldeia, com os mesmos 98% de respostas positivas sem hesitação (figura 2.25.). Concluímos já que a ida de visitantes e turistas ao Moledo foi considerada como um dos principais aspetos positivos da dinamização cultural, correspondendo as respostas obtidas quando colocamos exatamente a questão sobre a noção que cada participante tem, positiva ou negativa, da ida de visitantes à aldeia, com 98% dos participantes a concordar este ser um fator positivo (figura 2.26.).

A lenda do amor de Pedro e Inês no Moledo, parte essencial da cultura do Moledo, foi o motor para o projeto de desenvolvimento da aldeia – “realçar esta história, dar a conhecer a outros e aproveitar aquilo que é a cultura própria daqui” (elemento da Junta de Freguesia entrevistado). É reconhecido pelas pessoas com que falamos que a lenda foi valorizada e lembrada, ao mesmo tempo que deu um novo valor à aldeia que a acolhe e a divulgou para além desta – “é através da lenda que há este movimento cultural, que vem o mapa, a mostra de arte pública, os visitantes, os mestrados” (elemento da autarquia entrevistado); “agora todas as universidades já conhecem o Moledo, Pedro e Inês e agora o Moledo através de Pedro e Inês” (elemento da comunidade entrevistado).

Uma das esculturas realizadas por uma das alunas da Faculdade de Belas Artes é feita de pedras doadas por toda a população da aldeia que nela quis participar, representando exatamente todas estas pessoas, em frente ao paço onde teria sido o palácio de Inês, sendo bastante referida pelas pessoas, que doaram pedras com significado para si - “a pedra era especial para mim” (elemento da comunidade entrevistado); “tenho lá uma pedra que era lá de cima do meu quintal, o meu marido tinha-a lá, era relevante, uma pedra que ele gostava, e depois fui levá-la para ali” (elemento da comunidade entrevistado). A relação com a lenda vai para além da sua localização, uma vez que se acredita que as pedras do palácio, quando este foi destruído, ficaram espalhadas pelas construções da aldeia, e esta escultura acaba por ser um ato de “devolver as pedras do palácio”, como refere um dos elementos da comunidade entrevistados “já que levamos as pedras do Paço, não foi a nossa geração, mas alguém levou as pedras do palácio, pronto vamos retribuir (era uma devolução do povo)”.

A arte urbana é, para além da democratização da arte, uma forma de materialização de um património imaterial – passa a existir património material na aldeia que representa a lenda, o património imaterial, apesar de esta já estar de alguma forma representada “pelos restos do muro, uma pia de pedra que se dizia que era a banheira da Inês, e numas pedras que estão numa construção da aldeia que se dizia que eram do palácio da Inês” (elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado). A memória coletiva e a cultura local, constituída por património material e imaterial são assim transmitidas entre gerações e perpetuadas - “hoje em dia já acho que é impensável uma criança daqui não ter ouvido da passagem de Pedro e Inês no Moledo”, entre o que é a história e o que é a lenda – “embora possa ser uma história questionável – apesar de haver diversos argumentos e indícios de que é verdade” (funcionário da autarquia entrevistado).

Constata-se que com as atividades e parcerias desenvolvidas com o projeto Moledo Com Vida e o seu investimento na arte, destacando-se a arte pública como forma de intervenção, a maioria dos inquiridos considera ter tido nos últimos anos acesso a novas formas de arte na sua aldeia, com 80% das respostas a atribuir um valor a partir de 3 numa escala de 0 a 5. É, no entanto, importante referir que 20% dos participantes atribui um valor entre 0 e 2, destacando-se aliás o valor 0, com 13% das respostas (figura 2.28.), verbalizando durante a aplicação do questionário sobretudo o fato de já conhecerem as formas de arte que existem no Moledo de outros locais ou de outras formas. De fato, foram muitas as pessoas entrevistadas que expressaram a necessidade de sair do Moledo para ficarem satisfeitas com o seu acesso cultural no sentido de acederem a artes e espetáculos que

os satisfação, registando-se que a percentagem de participantes que atribuí um 4 numa escala de 0 a 5 (equivalendo a ter a necessidade de sair do Moledo) - e justificando que necessitam de participar em atividades culturais que não ocorrem ou ocorrem com menos frequência do que desejariam no Moledo, bem como que necessitam de conhecer outras realidades - corresponde exatamente à percentagem de participantes que atribuí um 0 na mesma escala (expressando que não tem qualquer necessidade de sair do Moledo) – muitos destes porque não têm esse hábito ou mostram satisfação com o que é proporcionado na própria aldeia (figura 2.29.).

O papel do projeto Moledo Com Vida é visivelmente reconhecido pela comunidade, sendo que quando solicitamos aos participantes a sua avaliação, numa escala de 0 a 5, 46 % atribuí o valor 4 e 44% o valor 5, registando-se apenas uma resposta abaixo do nível intermédio (com o valor 2) e três respostas que lhe atribuem uma importância intermédia (avaliando com o valor 3) (figura 2.27.).

No final dos questionários perguntamos a cada participante o que significa para si o Moledo, ou seja, que palavras lhe associam. Entre respostas imediatas e respostas que implicaram alguns momentos de reflexão, foram muitas as diferentes palavras com que fomos brindados, destacando-se muitas delas associadas a um sentimento de pertença, orgulho, bem-estar e também à cultura.

O papel da cultura, enquanto bem comum, no desenvolvimento da aldeia de Moledo é incontestável. Foi através de aspetos culturais comuns, bens imateriais partilhados, com destaque para a lenda de D. Pedro e Dona Inês, mas completados por outros como as festas tradicionais, que Moledo baseou o seu processo de desenvolvimento nos últimos anos.

A abertura da aldeia a pessoas de fora, visitantes e turistas, e o desenvolvimento coletivo e económico que poderá trazer, é um dos aspetos positivos deste desenvolvimento destacados, a par do embelezamento do espaço público, comum a todos, da perpetuação do património imaterial – pela sua materialização e pelo seu constante relembrar e do aumento da autoestima da aldeia, como um todo e especificamente nas pessoas que a constituem.

A gestão da cultura nesta aldeia é, aos olhos da comunidade, sobretudo da responsabilidade da Junta de Freguesia, no entanto de forma complementar com a própria comunidade e existindo alguma noção das possibilidades do associativismo direcionado à cultura. É nesta gestão partilhada entre a comunidade e o órgão público de poder local que tem sido concretizado o projeto de desenvolvimento, proporcionador de uma cada vez maior apropriação da cultura própria da

A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso na aldeia de Moledo

comunidade e conseqüente perpetuação do seu património, democratizando-a e criando condições para a sua apropriação.

Reflexões finais

A cultura é parte constituinte e essencial de uma comunidade, unindo-a e formando um quadro de referência, valores e identidade comum. Pode estar implicada na própria forma de agir e nos hábitos diários, sendo transmitida através da socialização, e envolve também tradições, estórias e lendas que, estando diariamente presentes e fazendo parte da memória coletiva, são exponenciadas em alguns momentos próprios da dinâmica comunitária. A cultura é assim um elo que une os elementos da comunidade e que une cada um destes à sua comunidade.

No caso apresentado, a cultura, apesar de não numa primeira fase, tornou-se o foco de um projeto de desenvolvimento local que foi iniciado pela preocupação da desertificação progressiva e consequente desagregação da aldeia. Vimos que os aspetos da sua cultura que a comunidade destaca são as festas populares, momentos de convívio entre todos, em que parte da comunidade tem uma participação ativa desde a organização, e a lenda de Pedro e Inês. Percebemos que a comunidade valoriza a existência desta estória no Moledo, que compreende que é uma característica que distingue esta aldeia de outras aldeias, sendo única da sua comunidade, e que tem interesse em que continue presente atualmente e nas gerações futuras. É assim fácil compreendermos como o fato de o projeto de desenvolvimento ter por base a referida lenda, seguindo a identidade comum e utilizando um recurso cultural próprio, ter potenciado um grande envolvimento da comunidade no mesmo, motivando-a e unindo-a.

No processo de desenvolvimento local, concretizado respeitando os tempos da comunidade e garantindo a participação ativa da mesma, foram honrados os seus valores, numa lógica de desenvolvimento substantivo. As tradições foram salientadas, sendo vistas como recursos de desenvolvimento – desde as lendas, às práticas tradicionais (como as eiras), à própria arquitetura da aldeia, que foi mantida e destacada com as obras de arte que nela foram integradas.

Moledo passou a integrar o roteiro turístico do concelho da Lourinhã, ganhando um novo destaque no concelho; ficou, como a comunidade refere, mais embelezado e organizado no que aos seus espaços públicos diz respeito, ao mesmo tempo que os espaços privados estão também a ser requalificados; passou a receber visitantes que se interessam por conhecer a aldeia e a sua história e tem um crescente potencial para o desenvolvimento económico e criação de fontes de rendimento pelos e para os elementos da comunidade na própria aldeia. Confirmamos que a maior parte da comunidade considera ter as condições para permanecer no Moledo, não tencionando abandonar a

sua comunidade, que é constituída por elementos de todas as faixas etárias, e os fatores descritos aumentam o potencial de os elementos da comunidade, incluindo as camadas mais jovens, terem cada vez menos necessidade de a abandonar para garantir o seu sustento económico.

A cultura, sendo uma referência comum, tem um papel no sentimento de comunidade. Este sentimento tem por base uma noção de pertença e fortes elos de ligação entre os elementos da comunidade, que vimos que existem no Moledo, e que potenciam práticas de entreajuda e reciprocidade. Ao mesmo tempo, sendo desenvolvidas atividades em conjunto pela comunidade, a participação em torno de objetivos comuns e as práticas sociais implicadas potenciam este sentimento, que tem um papel essencial na fortificação do capital social e coesão social da comunidade.

Conclui-se que o projeto cultural da Economia Solidária pode contribuir para a concretização do seu projeto territorial, pois ao valorizar, a nível social, político e económico, a cultura, património e identidade local, pode ser promovido o enraizamento na comunidade de pertença, ao mesmo tempo que o desenvolvimento local. O caso analisado confirma que a cultura pode contribuir para a coesão de uma comunidade em risco de desagregação.

Neste processo é importante referirmos o papel dos líderes informais que o animam. No Moledo existem algumas pessoas que assumem este papel, fazendo parte do grupo informal, ou “grupo de cidadania” como optaram por denominar. O sentimento de comunidade implica também a influência, ou seja, possibilita que os diferentes elementos da comunidade se influenciem entre si, com base em relações de confiança, sendo natural que surjam líderes informais, face aos seus perfis ou conhecimentos para animar o processo.

A concretização de atividades para o desenvolvimento local está realmente concentrada em alguns elementos, o que é visível através das respostas obtidas nos questionários aplicados à comunidade, sendo que estes procuram transmitir todo o processo a toda a comunidade e animar a participação desta. Ou seja, existindo na comunidade quem promova os projetos e atividades, as pessoas tendem a aderir. A participação nas atividades, componente essencial do desenvolvimento comunitário, segue muitas vezes as aptidões de cada um, ou o interesse na atividade específica, para prossecução dos objetivos comuns.

Um aspeto a destacar é a presença de reciprocidade na comunidade, que acredita que toda a participação deve ser realizada de forma voluntária, num sentido de “dar sem receber nada em

troca, sem obrigação de retribuir e sem equivalência mercantil” (Amaro, 2016), estando presentes os princípios da Economia Solidária.

A Junta de Freguesia, sendo o órgão público de poder local, com proximidade ao território e às suas pessoas, tem um papel fundamental no Moledo, e tem a sua responsabilidade fortemente reconhecida pela comunidade, que lhe atribui, por exemplo, grande parte da responsabilidade da dinamização cultural. Esta está, conjuntamente com a Câmara, em todas as atividades realizadas, de diferentes formas conforme a necessidade da atividade e apoiando as ideias que surgem do grupo informal e da auscultação da comunidade. Relativamente a este aspeto, é importante referir que no grupo informal se encontram diversos elementos que fazem parte da Junta de Freguesia e Câmara Municipal, e acabam por assumir uma dualidade de papéis, enquanto funcionários da autarquia, mas também enquanto membros da comunidade e voluntários por esse meio.

Foi por opção desde o início que o grupo informal não se formalizou enquanto associação, preferindo manter o seu cariz informal e integrar, enquanto parceria, os órgãos públicos que já tinham responsabilidade sobre o território. A gestão da cultura no Moledo passa assim por um processo de governança participativa, em que o Estado tem um papel fulcral, mas partilha-o com a sociedade civil. A gestão deste recurso comum passa por uma forte dinâmica comunitária, que existe, e segue o quadro de valores próprio da comunidade, estando em todo o projeto de desenvolvimento, desde as ideias à sua execução. No entanto, esta dinâmica não é, como vimos, autossuficiente, estando ainda bastante ligada aos órgãos públicos de poder local.

A cultura é um comum enquanto recurso e na sua propriedade, partilhada pela comunidade – “um recurso partilhado por um grupo de pessoas” (Hess e Ostrom, 2007:5), não se verificando, porém, neste caso, e apesar do fulcral papel dos membros da comunidade, que seja gerida enquanto comum, mas sim através da governança partilhada.

Ao ser um recurso partilhado pelas pessoas que formam o Moledo, a cultura une a comunidade em torno de um propósito comum, sendo um recurso social enquanto meio para a coesão social e parte da construção da comunidade, ao mesmo tempo que promove iniciativas de desenvolvimento concretizadas através da ação coletiva. De acordo com a teoria de Ostrom, os laços sociais fortes são de fato uma componente essencial na gestão de um comum, facilitando um compromisso voluntário.

Verifica-se que, enquanto comum imaterial que é, a utilização da cultura enquanto recurso aumenta o seu valor (social, económico e político) e o acesso ao próprio bem. No exemplo concreto em

estudo, vemos que o foco do projeto de desenvolvimento no recurso cultural que se destacou, a lenda de D. Pedro e Dona Inês, valorizou-o, aumentou a sua importância para o Moledo, fez com que esta lenda passa-se a ser conhecida fora da aldeia e a partir dela o próprio Moledo, e criou novas garantias da sua transmissão intergeracional – seja por ser lembrada e dessa forma preservada, como pela construção de património material em torno deste património imaterial.

Num momento de frustração, quando um projeto já estruturado com base no desenvolvimento sustentável mas sem foco cultural não foi possível de concretizar, a cultura foi o recurso que voltou a unir a comunidade, permitindo o encontro de uma nova solução criativa para o desenvolvimento de Moledo.

Na intervenção em espaços comunitários e em património comunitário os órgãos de poder local têm um papel fulcral. Sendo a cultura um comum, recurso próprio da comunidade, podem promover que este seja gerido pela própria, em parceria, criando condições para a auto-organização e respeitando as regras e valores internos da comunidade, bem como os seus tempos de concretização dos projetos, para que as comunidades locais sejam protagonistas e assumam o comando dos seus próprios processos de desenvolvimento. Estando no território das pessoas com que atuam, a Câmara Municipal, e, sobretudo, a Junta de Freguesia, devem auscultar as pessoas, procurar compreender as suas ideias conjuntas e de que forma podem apoiar a sua concretização.

Também o Estado deve ter um papel ativo, garantindo políticas públicas que proporcionem a democratização do acesso à cultura nas suas várias componentes – por exemplo garantindo que o acesso cultural existe em todo o território e não apenas nos centros urbanos; promovendo meios de educação e qualificação que permitam a apropriação cultural; preservando o património, material e imaterial e os conhecimentos próprios de comunidades locais, tantas vezes informais e não registados, valorizando-o, destacando-o; descentralizando as responsabilidades sobre a gestão cultural para os órgãos públicos de poder local, e garantindo meios, financeiros e humanos, para que estes concretizem projetos culturais em conjunto com as comunidades locais; proporcionando quadros legais e meios de apoio promotores do associativismo cultural de base local e promovendo condições para o desenvolvimento de iniciativa económica que possa surgir com base cultural, através de legislação que apoie e proteja o empreendedorismo.

No presente trabalho-investigação debruçamo-nos sobre diversas dimensões da economia solidária: a dimensão cultural, valorizando-se no caso em estudo um bem cultural – uma lenda (paralelamente a outros bens culturais valorizados a partir desta), e proporcionando-se o seu valor

social, político e económico, bem como a sua transmissão numa lógica de sustentabilidade; a dimensão territorial, que passa desde logo pelos objetivos do projeto de desenvolvimento, numa lógica de combate à possível desertificação da aldeia e promoção do enraizamento dos seus elementos na comunidade; a dimensão social, que está relacionada com as duas últimas, sendo o capital social da comunidade essencial no processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo que foi fortificado no decorrer deste; o projeto ambiental, uma vez que o projeto inicialmente pensado tinha por base a sustentabilidade (nas suas várias vertentes), e que o projeto desenvolvido implicou a limpeza dos espaços públicos, que se mantém – por exemplo, vários elementos da comunidade com que falamos nos referiram que a reciclagem é uma prática bastante instituída no Moledo, e que ao verem lixo na recolha o recolhem (o que também podemos observar no terreno) –, a utilização de materiais sustentáveis e locais (como a pedra local e as plantas autóctones) e a preservação dos espaços naturais, com destaque para o Planalto das Cesaredas; a dimensão política, visível no importante papel que é atribuído ao Estado, através dos órgãos locais de poder público, do espaço para autogestão que existe por parte destes para a comunidade, e de práticas democráticas (como os fóruns comunitários); a dimensão do conhecimento, pela abertura que a aldeia de Moledo e as suas pessoas têm para com o meio académico, e o envolvimento deste no seu processo de desenvolvimento, procurando contributos científicos e contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento do conhecimento teórico-prático das diferentes áreas científicas que são envolvidas na comunidade, sendo em simultâneo proporcionado o autoconhecimento da própria comunidade, importante para a sua autoestima.

Na concretização desta dissertação, foi bastante interessante analisar, numa primeira fase, o estado da arte sobre os diversos conceitos abordados e utilizados para a análise do estudo de caso, compreender e comparar perspectivas de diferentes autores e procurar os conceitos e dimensões destes que mais se enquadravam na análise. Neste sentido, e através da grelha analítica efetuada a partir do quadro teórico, conseguimos utilizar na análise diversos conceitos estudados, verificando-se que no geral a revisão bibliográfica efetuada se adequou à análise.

Relativamente ao conceito dos comuns, conseguimos verificar na prática ao que se refere um comum, especificamente um comum imaterial, explorar as questões da sua partilha, do compromisso voluntário, da possível auto-organização, da relação com o Estado e da necessária integração numa comunidade. Pelas características do estudo de caso, acabamos por não explorar

aprofundadamente as questões da gestão dos comuns, nomeadamente as regras e normas que podem estar em uso, as sanções, e as estratégias de gestão de conflitos.

No que respeita à cultura, podemos verificar o que este conceito significa para uma comunidade e quais as representações que esta pode ter do mesmo, enquadrá-lo enquanto comum, e explorar o papel do património imaterial e material, relacionando-a com os restantes conceitos em uso.

Foi importante explorarmos a história do conceito de desenvolvimento para compreender a sua aplicação prática e as suas possíveis representações, explorando na investigação o desenvolvimento local e as suas componentes, com destaque para as questões da participação e dos recursos endógenos e exógenos em utilização, bem como os conceitos de capital social e *agency* para análise. O conceito de desenvolvimento sustentável foi também aplicado, compreendendo-se as estratégias de sustentabilidade em uso.

Complementarmente, a análise do estudo de caso, aplicando os conceitos à prática e tendo a possibilidade de estar de forma tão próxima com a comunidade em análise foi extremamente enriquecedor.

Ficam por explorar algumas questões que não couberam no âmbito da presente dissertação, mas que terão também interesse no desenvolvimento científico da Economia Solidária. Sublinhamos a possibilidade de um aprofundamento das questões da gestão dos comuns, desde a parceria com o Estado, aos conflitos internos na comunidade e as questões de liderança informal nesta gestão. Também poderá ser interessante explorar a forma como a dimensão económica da Economia Solidária pode ser concretizada através da realização da dimensão cultural, relacionando as duas com maior profundidade.

Como o amor de Pedro por Inês, de Inês por Pedro, e de Moledo por este amor que lhe é um bem comum, o Moledo ficará sempre como um amor para mim, guardado e preservado na minha memória, no meu percurso académico e no meu coração. Porque a Economia Solidária é a Economia das pessoas, e, por isso, a Economia do amor no seu estado mais puro.

Fontes

Assembleia da República, Lei 107/2001 de 8 de setembro, Diário da República I – Série A, Nº 209, disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>, último acesso 9 de Agosto de 2018.

Diário da República, Decreto-lei 128/77 de 2 de Abril, Diário da República, Série I, disponível em <https://dre.tretas.org/dre/220195/decreto-lei-128-77-de-2-de-abril>, último acesso 30 de Outubro de 2018.

“Moledo Com Vida” - Apresentação reunião de vereadores.

Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 - Quadros População.

Plano de Ação Projeto “Moledo Com Vida”, 2009.

Bibliografia

Abel, Marília (s.a.), *Os baldios portugueses em período de transição*, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6459.pdf>, último acesso 2 de Junho de 2017.

Acosta, Alberto (2010), *El buen vivir en el camino del post-desarrollo*, Policy paper, 9, Fundación Friedrich Ebert, disponível em https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Analisis/Buen_vivir/Buen_vivir_posdesarrollo_A._Acosta.pdf.

Acosta, Alberto (2014), *El fantasma del desarrollo*, em Koldo Unceta *et al* (org.), *Desarrollo, postcrescimento y Buen Vivir: Debates e interrogantes*, Quito – Equador, Ediciones Abya-Yala: 7-24.

Amâncio, Cristhiane (s.a.), *Educação Popular e Intervenção Comunitária: Contribuições para a reflexão sobre empoderamento*, CPDA/UFRRJ, Educação Popular, 6, disponível em <http://27reuniao.anped.org.br/gt06/t064.pdf>.

Amaro, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Cadernos de Estudos Africanos, pp. 35-70, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa.

Amaro, Rogério Roque (2009a), *A Economia Solidária da Macorónia – Um novo conceito*, em Rogério Roque Amaro (org.), *Economia Solidária – Apresentação do Conceito*, Revista de Economia Solidária, 1, pp. 11-29, ACEESA.

Amaro, Rogério Roque (2009b), *Desenvolvimento Local*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 108-112, Coimbra, Edições Almedina.

Amaro, Rogério Roque (2016), *Aulas de Seminários I e II*, Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa.

Ansara, Soraia, Bruna Dantas (2010), *Intervenções Psicossociais da Comunidade: Desafios e Práticas*, *Psicologia & Sociedade*, 22 (1), pp. 95-103.

Azevedo, Carlos, João Meneses e Raquel Franco (2010), *Gestão de Organizações sem fins lucrativos – O desafio da inovação social*, Porto, Imoedições.

- Barnes, Peter (2006), *Capitalism 3.0 – A guide to reclaiming the commons*, San Francisco, Berrett-Koehler Publishers, disponível em <http://www.plancanada.com/capitalism3.pdf>
- Bastos, Maria Inês (2014), *Governança Partilhada em contextos de Desenvolvimento Local – o caso CLIP – Recursos e Desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Basu, Soutrik, Joost Jongerden, Guido Ruivenkamp (2017), *Development of the drought tolerant variety Sahbhagi Dhan: exploring the concepts commons and community building*, International Journal of the Commons, 11(1), pp.144–170, disponível em <https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.673/>.
- Benkler, Yochai (2006), *The Wealth of networks – how social production transforms markets and freedom*, USA, Yale University Press.
- Bica, António (2003), O regime jurídico dos baldios, Voz da Terra.
- Bollier, David (2010), *Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza*, Lugar Comum, 31, pp.43-54, disponível em http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110410120807Os%20bens%20comuns%20-%20um%20setor%20negligenciado%20da%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20riqueza%20-%20David%20Bollier.pdf.
- Bollier, David, Silk Helfrich (orgs.) (2012), *The wealth of the commons – A world beyond market & state*, The commons strategy group, disponível em <http://wealthofthecommons.org/contents>.
- Bollier, David (2014), *Think like a commoner – A Short Introduction to the Life of the Commons*, Canadá, New society publishers.
- Brata, Hans (2017), *Local traditions as a means for commercial production of historical beers: The case of Vassaoel*, Norway: Norsk Geografisk Tidsskrift-Norwegian Journal of Geography, 71 (5), pp. 301-312, disponível em <http://doi.org/10.1080/00291951.2017.1395909>, último acesso 22 de Janeiro de 2018.
- Brazão, Marta (2015), *Desenvolvimento e Economia Solidária: Ensaio da operacionalização do conceito*, Dissertação de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Calheiros, Cristiana (2016), *Serviço Social com Comunidades – Relatório de Estágio*, Relatório final de estágio da Licenciatura em Serviço Social, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Calheiros, Calheiros (2016b), *Bens comuns e reciprocidade: conhecimento e cultura*, Trabalho entregue na Unidade Curricular de História da Economia Social integrada no Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa: ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa.
- Carmo, Hermano (2015), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Castro, José (s.a.), *Commons and citizenship: The contradictions of an unfolding relationship*, NewCastle University, USA, Heinrich Boll Stiftung.
- Chaniel, Philippe, e Jean-Louis Laville (2009), *Associativismo*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville et al (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 21-25, Coimbra, Edições Almedina.

- Council of the European Union (2014), *Conclusões do Conselho sobre a governação participativa do património cultural*, Jornal Oficial da União Europeia.
- Costa, António Firmino (2008), *Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta Editora.
- Cuche, Denys (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda.
- Damásio, António (2017), *A Estranha Ordem das Coisas - A Vida, os sentimentos e as culturas humanas*”, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Dardot, Pierre e Christian Laval (2014), *Commun, Essai sur la Révolution au XXI Siècle*, La Découverte.
- Eliot, Thomas Stearns (1996), *Notas para Definição de Cultura*, Lisboa, Edições Século XXI.
- Elvas, Susana, Maria João Moniz (2010), *Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida*, *Análise Psicológica*, 3, pp. 451-464.
- Esgaio, Ana (2014), *A Intervenção Comunitária na Prática do Serviço Social: Um Imperativo na Conjuntura Socioeconómica atual?*, in Carvalho, Maria Irene e Carla Pinto (2014), *Serviço Social – Teorias e Práticas*, Lisboa, Factor, pp. 205-223.
- Esgaio, Ana (2015), *“Desenvolvimento e Comunidade”*, Slides aulas da Unidade Curricular de Desenvolvimento Comunitário integrada na Licenciatura em Serviço Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Esteva, Gustavo, (2010), *Development*, em Sachs, Wolfgang (org.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, London, Zed Books, pp. 1-23.
- Esteves, Margarida (2017), *Bens Comuns e Economia Social e Solidária*, Aulas de Seminário II: Economia Social e Solidária e as Economias Alternativas, Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Estivill, Jordi, (2016), Aulas de História da Economia Social, Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Eynaud, Philippe, Jean-Louis Laville (2018), *Joining the commons with social and solidarity economy research: Towards the renewal of critical thinking and emancipation*”, *Revista de Economia Solidária*, 11, pp. 12-29, ACEESA.
- Fazenda, Isabel (s.a.), *Empowerment e Participação, uma estratégia de Mudança*, Centro Português de Investigação e História e Trabalho Social.
- Filho, Genauto de França e Gildásio Júnior (2007), *Um Olhar Renovado Sobre Desenvolvimento Local: Uma análise a partir dos aportes de Economia Solidária e de Pesquisa Empírica na Baía*, comunicação apresentada na VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina e Caribe, organizada pela ISTR e CLAGS/ UFBA, 8 a 11 de Novembro de 2008, Salvador de Bahía.
- Filho, Genauto de França, (2008), *A via sustentável-solidária no Desenvolvimento Local*, *Organizações & Sociedade*, 15 (45).
- Friedmann, John (1996), *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Gaiger, Luiz Inácio, (2009), *Antecedentes e expressões atuais da economia solidária*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp.81-99.

- Gál, István (2012), *Intellectual Common Property in the Practical Life*, University of Szeged, Lucrari Stintifice, Faculty of Agriculture, I (XVI).
- Garrido, António (2016), “*Uma História da Economia Social*”, Lisboa, Tinta da China.
- GANEC (2014), *Cultura e Desenvolvimento – Um Guia para os Decisores*, Secretário de Estado da Cultura – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC).
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamim Matalon, (1977), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Giovene di Girasole, Eleonora, Gaia Daldanise e Massimo Clemente (2018), *Strategic Collaborative Process for Cultural Heritage*, em Francesco Calabrò *et al* (orgs.), New Metropolitan Perspectives, ISHT, Smart Innovation, Systems and Technologies, 101, disponível em https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-92102-0_38, ultimo acesso 6 de Agosto de 2018.
- Goldberg, Myshele (2009), *Social Conscience – The ability to reflect on deeply-held opinions about social justice and sustainability*, em Arran Stibbe (org.), *The Handbook of sustainability Literacy – Skills for a changing world*, Cambridge, Green Books.
- Golub, Philip, Jean-Paul Maréchal (2009), *Bens Públicos Mundiais*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 37-42, Coimbra, Edições Almedina.
- Gonçalves, Ana (2009), *O sentido de comunidade, o suporte social percebido e a satisfação com a vida*, Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Lisboa.
- Hespanha, Pedro e Rui Namorado (2009), *Os desafios da economia solidária*, Revista Crítica de Ciências Sociais, pp. 3-5.
- Hess, Charlotte e Elinor Ostrom (2007), *Understanding knowledge as a commons – from theory to practice*, Massachusetts Institute of Technology.
- Hess, Charlotte (2008), *Mapping the New Commons*, comunicação apresentada em The Twelfth Biennial Conference of the International Association for the Study of the Commons, 14 a 18 Julho 2008, Cheltenham.
- Helfrich, Silke (2012), *The logic of the commons & the market: a shorthand comparison of their core beliefs*, em David Bollier e Silke Helfrich (orgs.), *The wealth of the commons – A world beyond market & state*, The Commons strategy group, via <http://wealthofthecommons.org/essay/logic-commons-market-shorthand-comparison-their-core-beliefs>.
- Helfrich, Silke *et al* (2009), *Biens Communs – La prospérité para la partage*, Berlim, Fondation Heinrich Böll, via http://base.socioeco.org/docs/a0101101_report_biens_communs.pdf.
- Henriques, José Manuel (2006), *Global Restructuring and local anti-poverty action: learning from european experimental programmes*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Henriques, José Manuel (2016), *Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social*, em António Neves (org.), *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Hintze, Susana (2009), *Capital Social*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 49-54, Coimbra, Edições Almedina.

- Houtart, François (2011), *Des biens communs au bien commun de l'humanité*, Bruxelas, Fondation Rosa Luxemburg Bureau de Bruxelles, via http://de.rosalux.eu/fileadmin/user_upload/bien_commun_de_l_humanite.pdf.
- International Development Law Organization (IDLO), (2009), *Imagining a traditional knowledge commons – a community approach to ensuring the local integrity of environmental law and policy*, Roma, IDLO.
- Jesus, Paulo e Lia Tiriba (2009), *Cooperação*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 80-85, Coimbra, Edições Almedina.
- Jorge, Miriam (2015), *A cultura da sustentabilidade social, um instrumento de humanização*, Dissertação de Mestrado em Direito – especialização em ciências jurídico-forenses.
- Juan, Maité (2018), *Communs culturels, espaces publics alternatifs et économie solidaire. Revisiter Polanyi au prisme des institutions culturelles citoyennes*, Revista de Economia Solidária, 11: 56-75, ACESSA.
- Kenrick, Justin (2009), *The ability to envisage and enable a viable future through connected action*, em Arran Stibbe (org.), *The Handbook of sustainability Literacy – Skills for a changing world*, Cambridge, Green Books.
- Laborda-Pemán, Miguel e Tine de Moor (2016), *History and the Commons: A necessary conversation*, International Journal of the Commons, 10(2), pp. 517–528, disponível em <https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.769/>.
- Laville, Jean-Louis e Luiz Inácio Gaiger (2009), *Economia Solidária*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp.162-168, Coimbra, Edições Almedina, 162-168.
- Laville, Jean-Louis (2009b), *A economia solidária: um movimento internacional*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, pp. 7-47.
- Linebaugh, Peter (2008), *The Magna Carta Manifesto – Liberties and Commons for all*, Londres, University of California Press.
- Lopes, Luís (2014), *Estudos avançados em terrenos comunitários e florestas de Portugal continental*, Tese de Doutoramento em Ciências Agronómicas e Florestais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Madureira Pinto, José (1995), *Intervenção cultural em espaços públicos*, em Santos, M., (1995), *Cultura & Economia – Atas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Marteletto, Regina e António Silva (2004), *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*, Ci. Inf., 33 (3), pp.41-49).
- Martins, G., (1988) *Atitudes, Valores culturais e desenvolvimento – algumas reflexões*, em Augusto Santos Silva *et al* (orgs.), *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa: SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.
- Meneses, Maria Paula (2009), *Justiça Cognitiva*, em António David Cattani, Jean-Louis Laville *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 231-236, Coimbra, Edições Almedina.

- Mesquita, Margarida (2013), *Aulas de Métodos e técnicas de investigação Sociológica*, Licenciatura em Serviço Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mukherjee, Ramkrishna (1991), *Society, Culture, Development*, New Delhi, Sage Publications India.
- Namorado, Rui (2009), *Para uma economia solidária – a partir do caso português*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, pp. 65-80.
- Nunes, Roselene *et al* (2016), *Contribuições das Organizações da Economia Social no Desenvolvimento de Territórios: um estudo de caso*, Encontro de Estudos Sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas, IXEGEPE, 16 a 18 de Março de 2016, Passo FUNso.
- Ostrom, Elinor (1998), *Coping with the tragedies of the commons*, Indiana University.
- Ostrom, Elinor (1990), *Governing the Commons*, Cambridge University Press.
- Ostrom, Elinor (2002), *Reformulating the commons*, *Ambiente & Sociedade*, 10 disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100002.
- Pereira, Maria, Rui Cipriano (2007), *Moledo do Concelho da Lourinhã – História, Tradições, Património*, Câmara Municipal da Lourinhã e Junta de Freguesia do Moledo.
- Pinto, Carla (2014), *Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Entrecruzadas*, Maria Irene de Carvalho e Carla Pinto (orgs.), *Serviço Social – Teorias e Práticas*, Lisboa, Pactor, 143-162.
- Piques, Céline e Xavier Rizos (2017), *Peer to peer and the commons: a path towards transition – a matter, energy and thermodynamic perspective*, 1, P2P Foundation.
- Plataforma das ONGD, *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD – Número 15 - Cultura e Desenvolvimento*, Plataforma Portuguesa das ONGD, disponível em https://issuu.com/plataformaongd/docs/revista_plataforma_ongd_cultura_e_d, último acesso 31 de Março de 2018.
- Polanyi, Karl (1944) (2016), *A Grande Transformação – As origens Políticas e Económicas do nosso tempo*, Lisboa: Edições 70.
- Polistina, Kim (2009), *Cultural Literacy – Understanding and respect for the cultural aspects of sustainability*, em Arran Stibbe, (org.), *The Handbook of sustainability Literacy – Skills for a changing world*, Cambridge, Green Books.
- Pratley, D., (1995), *The role of culture in local economic development*, em Santos, M., (1995), *Cultura & Economia – Atas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Quivy, Raymond, Luc Van Campenhoudt, (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rist, Gilbert, (2008), *The History of Development – From Western origins to global faith*, London, Zed Books.
- Roggero, Gigi (s.a.), *Cinco teses sobre o comum*, Lugar Comum, 42, pp. 11-30.
- Samakov, Aibek e Fikret Berkes (2017), *Spiritual commons: sacred sites as core of community-conserved areas in Kyrgyzstan*, *International Journal of the Commons*, 11(1), pp. 422–444, disponível em <https://www.thecommonsjournal.org/articles/10.18352/ijc.713/>.

- Sandstrom, Emil, Ann-Kristin Ekman e Karl-Johan Lindholm (2017), *Commoning in the periphery – The role of the commons for understanding rural continuities and change*, International Journal of the Commons. 11(1), pp. 508–531.
- Sachs, Wolfgang (2010), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, London, Zed Books.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2017), *Para uma sociologia das emergências*, Sociedade Breve, Ensaio/Ideias, Jornal de Letras.
- Sen, Amartya, 1999, *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Schwarcz Ltda.
- Sidney, Mintz (2009), *Cultura: uma visão antropológica*, Tempo, 28.
- Silva, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a relação entre ser e agir*”, Oeiras, Celta Editora.
- Silva, Augusto Santos (1988) *Produto Nacional Vivo: uma Cultura para o Desenvolvimento*, em Augusto Santos Silva et al (1988), *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.
- Simões, S., Cristovão, A., (2012), *Baldios no norte de Portugal: O papel da propriedade comunitária no desenvolvimento local*, Congresso Português de Sociologia, disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP1190_ed.pdf, último acesso 3 de Junho de 2018.
- Singer, Paul (2004), *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*, Estudos Avançados, 18 (51).
- Travlou, Penny, Luciana Fleischman e Alexander Correa (2018), *Cultural Commons: (How) do we put it into practice in Medellin?*, Report: “Defining Cultural Commons in Medellin”, The University of Edinburgh, disponível em <https://pt.scribd.com/document/387987946/ENGLISH-Report-Cultural-Commons-Medellin>, ultimo acesso 18 de Setembro de 2018.
- Unceta, Koldo., (2014), *Desarrollo, postcrecimiento y Buen Vivir: Debates e interrogantes*, Quito – Equador, Ediciones Abya-Yala.
- United Nations Development Programme, (1990), *Human Development Report 1990*, New York, Oxford University Press.
- Veronese, Marília e Egeu Esteves (2009), *Identidade*, , em António David Cattani, Jean-Louis Laville et al (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, pp. 219-223, Coimbra, Edições Almedina.
- Vieira, Miguel (2009), *Relato do Encontro “O futuro dos bens comuns”*, São Paulo, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2574934, último acesso 30 de Março de 2018.
- Vieira, Miguel (2015), *Bens Comuns: Uma análise linguística e terminológica*, Revista do Programa de Doutoramento – Estudos Avançados em Materialidades da Literatura, 3 (1), Artes, Média e Cultura Digital, Universidade de São Paulo.

Wilk, Richard e Lisa Cliggett (2007), *Economies and cultures – Foundations of Economic Anthropology*, USA, Westview Press.

Zanon, Bruno (2014), *Local development in Fragile Areas: Re-territorialization Processes in an Alpine Community*, *International Planning Studies*, 19, pp- 335-358.

Webgrafia

Direção Geral do Património Cultural (2018), Património Imóvel, via <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-movel/>, último acesso 9 de Agosto de 2018.

International Journal of the Commons via <https://www.thecommonsjournal.org/>

On the commons via <http://www.onthecommons.org/>

Ostrom, Elinor (2008), *The Challenge of Common-Pool Resources*, *Environment*, Via <http://www.environmentmagazine.org/Archives/Back%20Issues/JulyAugust%202008/ostrom-full.html>, último acesso 25 de Março de 2018.

The International Association for the study of the commons via <http://www.iasc-commons.org/>

UNESCO (2011), *What is Intangible Cultural Heritage?*, via <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>, último acesso 7 de Agosto de 2018.

UNESCO (2003), *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, via <https://ich.unesco.org/en/convention#art2>, último acesso 7 de Agosto de 2018.

Walljasper, Jay (2011), *Elinor Ostrom's 8 Principles for Managing A Commons*, *On the Commons*, via <http://www.onthecommons.org/magazine/elinor-ostroms-8-principlesmanaging-commons>, último acesso 25 de Março de 2018.

WCED (1987), *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*, via http://mom.gov.af/Content/files/Brundtland_Report.pdf, ultimo acesso 19 de Agosto de 2018.

Anexos

Anexo A – Questionários aplicados à comunidade

Questionário

O presente questionário enquadra-se na investigação integrada na dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, do ISCTE-IUL, que se encontra a ser realizada por Cristiana Calheiros (aluna número 75744 da referida instituição). A dissertação tem como tema *Bens comuns e desenvolvimento local* e pretende-se com a mesma compreender e reforçar o papel da cultura, enquanto bem comum, no desenvolvimento local, tendo como estudo de caso a aldeia de Moledo, situada na Freguesia de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, no Concelho da Lourinhã.

1. Caracterização do participante

1.1. Faixa etária:

1.1.1. 15-24 1.1.2. 25-64 1.1.3. 65+

1.2. Sexo:

1.2.1. Feminino 1.2.2. Masculino

1.3. Habilitações literárias:

1.3.1. Sem escolaridade – não sabe ler/escrever 1.3.2. Sem escolaridade –sabe ler/escrever

1.3.3. 1º ciclo 1.3.4. 2º Ciclo 1.3.5. 3º Ciclo 1.3.6. Ensino secundário

1.3.7. Pós-Secundário 1.3.8. Ensino Superior

1.4. Ocupação:

1.4.1. Empregado por conta de outrem 1.4.2. Empregado por conta própria

1.4.3. Desempregado 1.4.4. Estudante 1.4.5. Trabalhador-estudante

1.4.6. Reformado

1.5. Atividade desempenhada:

2. Residência no Moledo

2.1. Há quantos anos reside no Moledo?			
<5	5-10	11-20	+20

2.2. O Moledo é a sua residência fixa?	
Sim	Não

2.3. Já esteve emigrado?	
Sim	Não

2.4. Se sim, em que país?	

2.5. Se sim, quanto tempo?			
<5	5-10	11-20	+20

3. Desenvolvimento

3.1. Comparando com 10 anos atrás, considera que o Moledo se encontra:				
Muito pior	Pior	Igual	Melhor	Muito melhor

3.2. Numa escala de 0 a 5, considera ter as condições necessárias para a sua permanência na aldeia?					
0	1	2	3	4	5

3.3. A nível económico, considera que o Moledo tem recursos suficientes para o seu sustento (possibilidade de geração de rendimentos)?	
Sim	Não

3.4. O seu sustento económico é concretizado dentro do Moledo ou no Concelho?	
Moledo	Concelho

4. Comunidade e participação

4.1. Quando necessita de algo recorre aos vizinhos?				
Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre

4.2. E os vizinhos a si?				
Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre

4.3. Refira três necessidades que gostaria de ver satisfeitas na comunidade:	

4.4. Pensa que poderá contribuir ativamente para a satisfação das necessidades referidas?	
---	--

--

4.5.Participa na organização de atividades na aldeia (desde o planeamento, preparação)?				
Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre

4.5.1. Se não participa, quais os motivos?
Falta de interesse
Falta de disponibilidade de tempo
Não tenho informação
Não tenho meios para participar
Outro, qual?

4.5.2. Se tivesse retorno económico, participaria?		
Sim	Talvez	Não

4.6.E em atividades já organizadas que surgem na aldeia, costuma participar?				
Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre

4.6.1. Se não participa, quais os motivos?
Falta de interesse
Falta de disponibilidade de tempo
Não tenho informação
Não tenho meios para participar
Outro, qual?

4.7. Para além da Junta de Freguesia, considera existirem pessoas entre a comunidade a quem recorre quando deseja sugerir algo ou deteta uma necessidade?	
Sim	Não

4.7.1. Se respondeu de forma afirmativa, considera positivo?		
Sim	Talvez	Não

5. Cultura

5.1.Quais os aspetos da cultura do Moledo que acha mais interessantes?

5.2.Como avalia a dinamização da cultura no Moledo?					
0	1	2	3	4	5

5.3. Refira três aspetos positivos:

5.4. Refira três aspetos negativos:

5.5. Como teve conhecimento da lenda de Pedro e Inês no Moledo?

5.6. De que formas a lenda continua a ser transmitida?
Pela família
Pela escola
Pela comunidade
Outra, qual?

5.7. Esta lenda valoriza a aldeia?		
Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo

5.8. Considera a arte pública uma boa forma de divulgação da lenda na aldeia?		
Sim	Talvez	Não

5.9. A vinda de visitantes ao Moledo é positiva?		
Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo

5.10. Como avalia o projeto cultural que tem sido desenvolvido nos últimos anos?					
0	1	2	3	4	5

5.11. A quem compete a gestão da cultura no Moledo?

5.12. Numa escala de 0 a 5, classifique a seguinte afirmação: Nos últimos anos tive acesso a novas formas de arte no Moledo.					
0	1	2	3	4	5

5.13. Numa escala de 0 a 5, classifique a seguinte afirmação: Para ter acesso a cultura (artes, espetáculos) tenho necessidade de sair do Moledo.

A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso na aldeia de Moledo

0	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

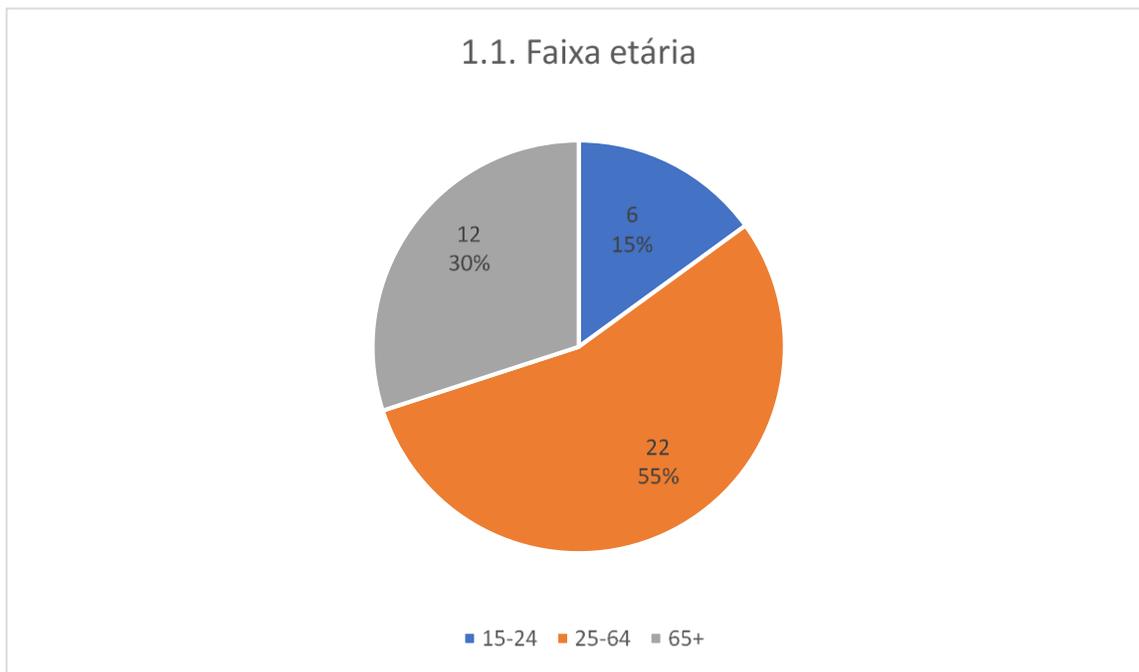
5.14. Refira três palavras que, para si, simbolizam o Moledo.

6. Observações/ Sugestões

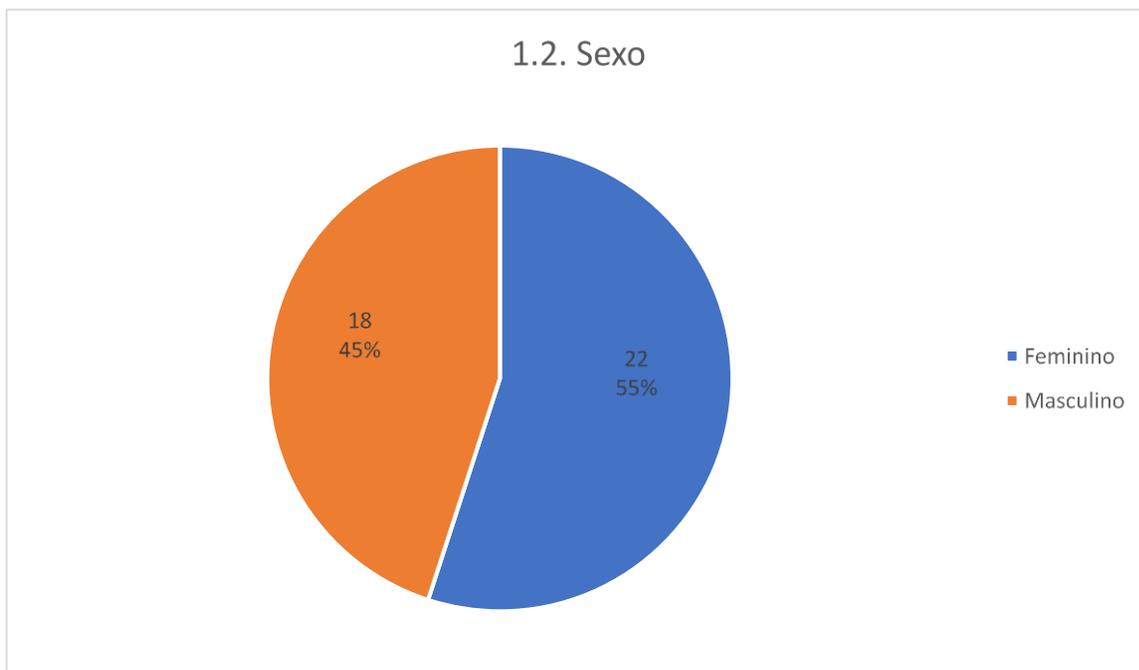
Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo B – Gráficos de análise dos questionários

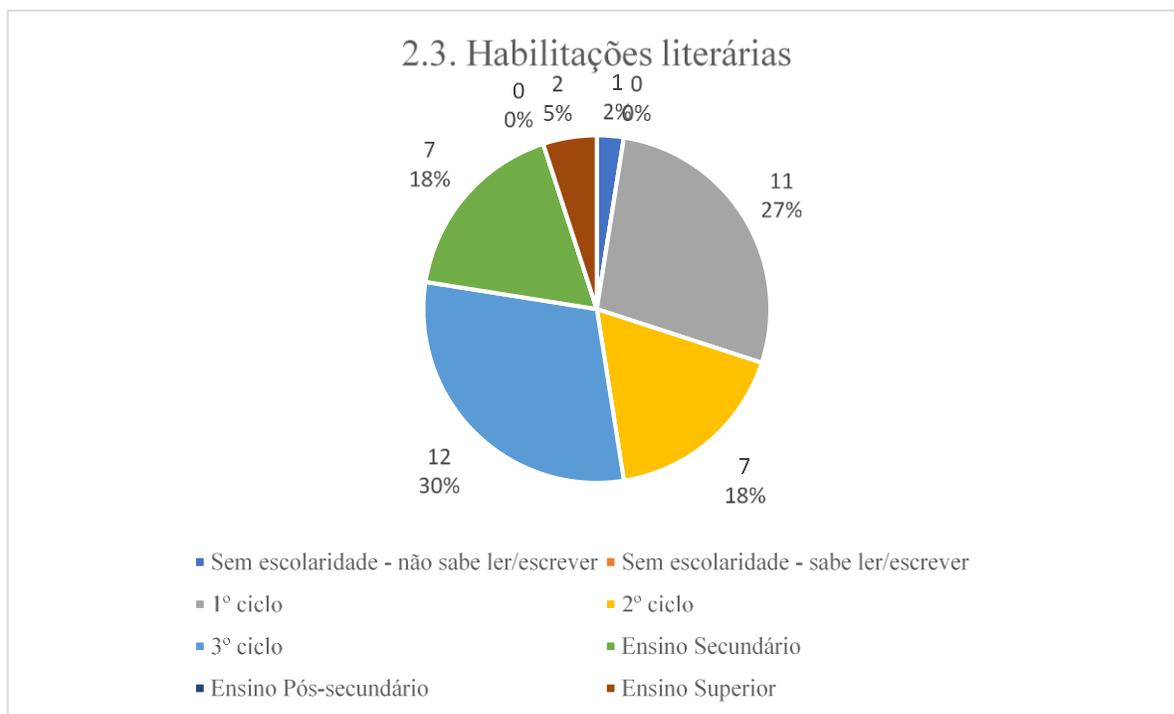
Caraterização dos participantes



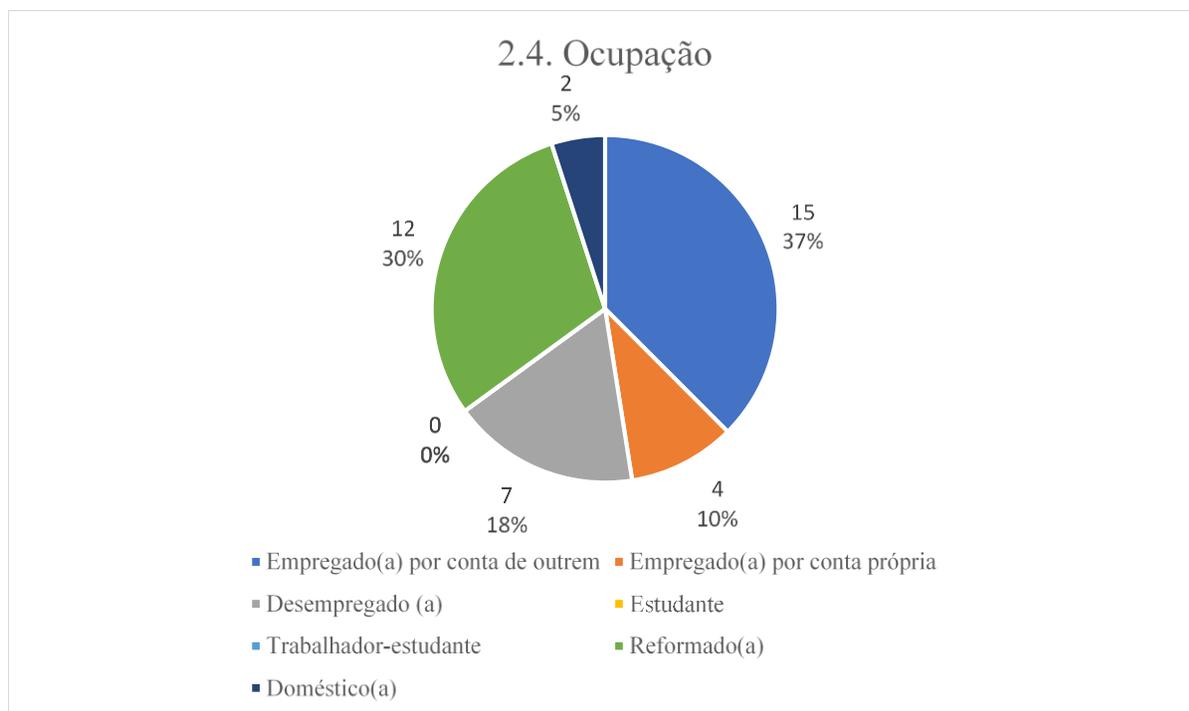
1.1. Faixa etária



1.2. Sexo

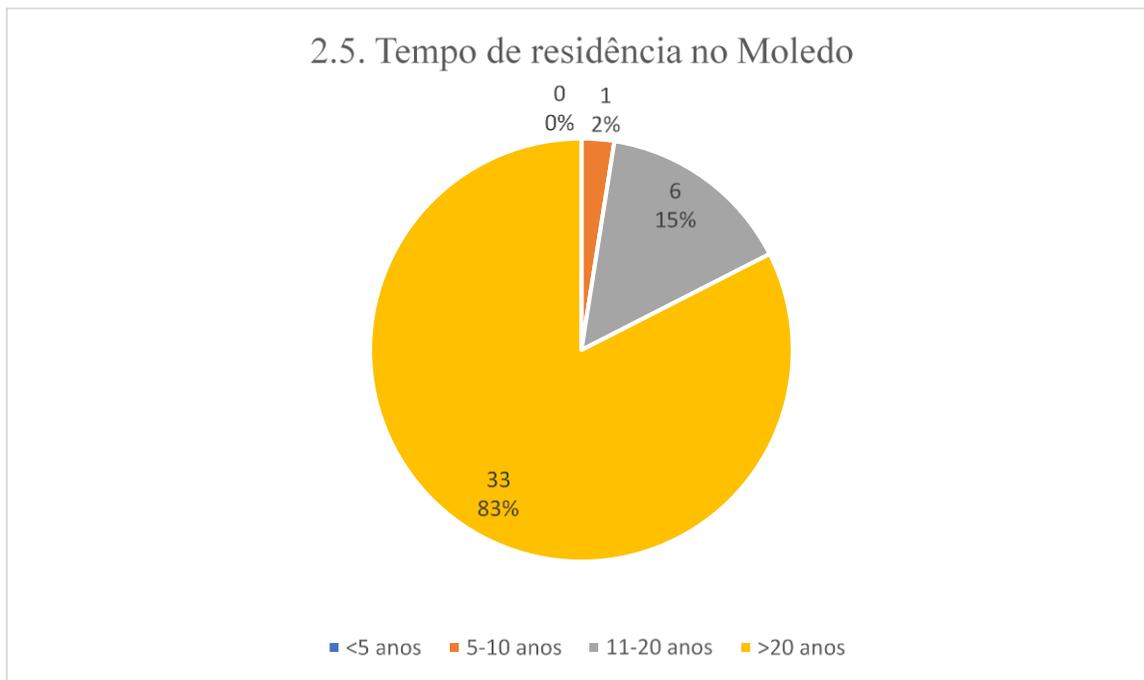


2.3. - Habilitações literárias.

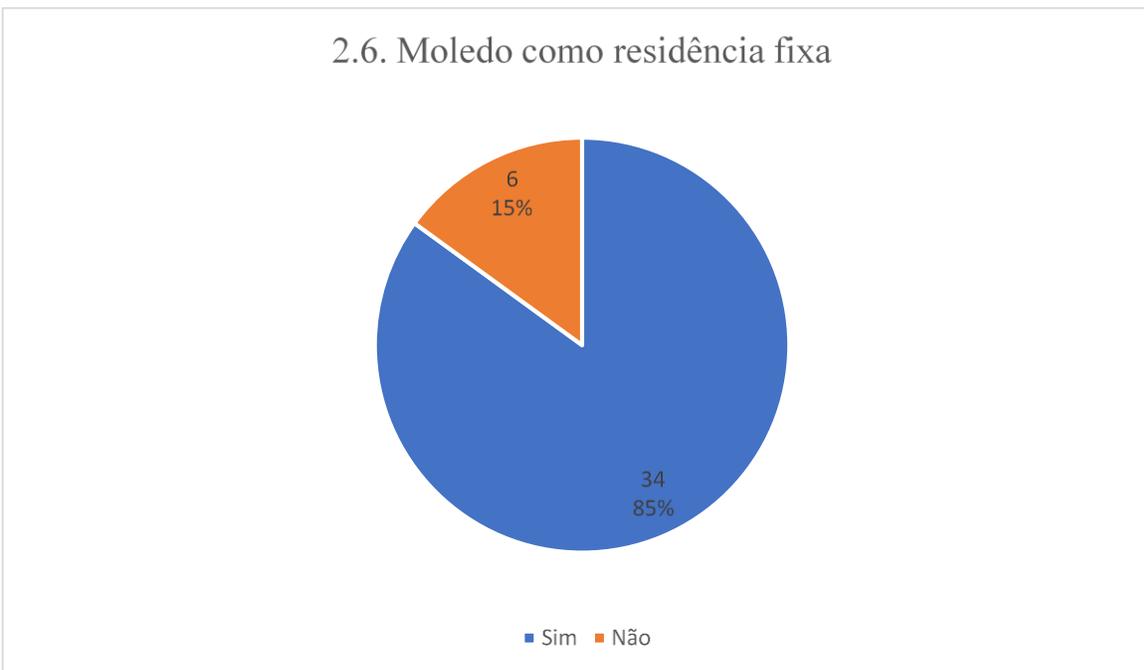


2.4. - Ocupação.

Residência no Moledo

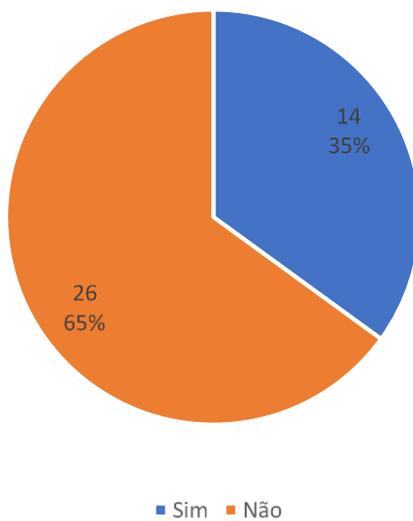


2.5. - Tempo de residência.



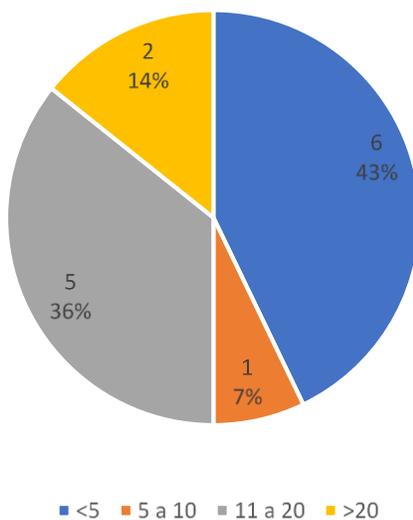
2.6. - Moledo como residência fixa.

2.7. Já esteve emigrado



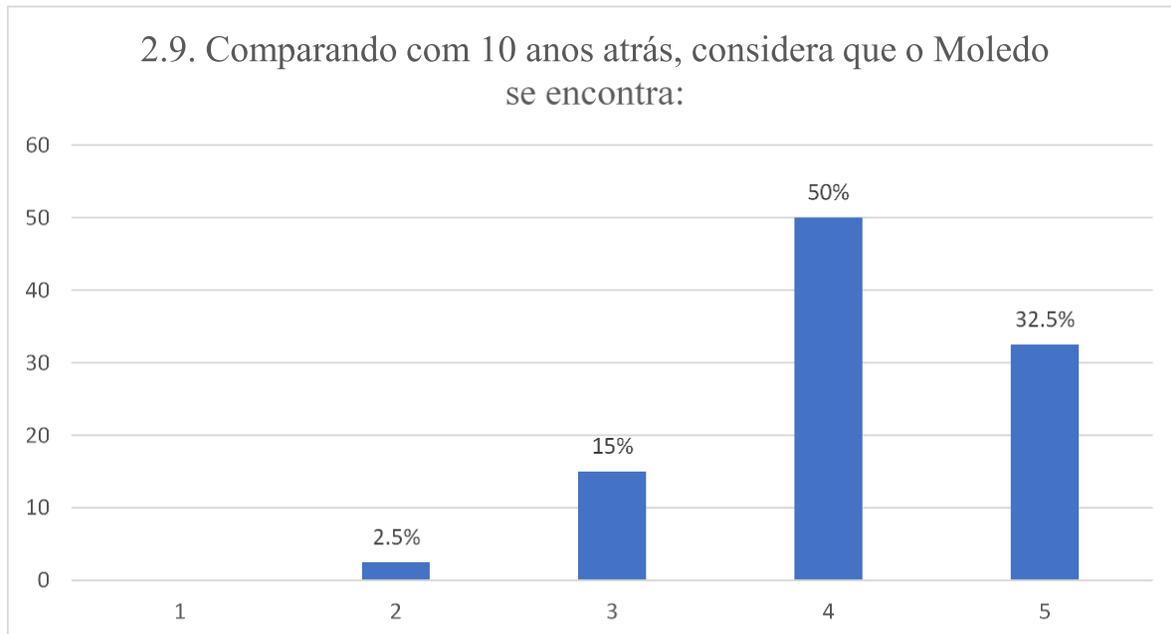
2.7. - Já esteve emigrado.

2.8. Tempo de emigração (em anos)

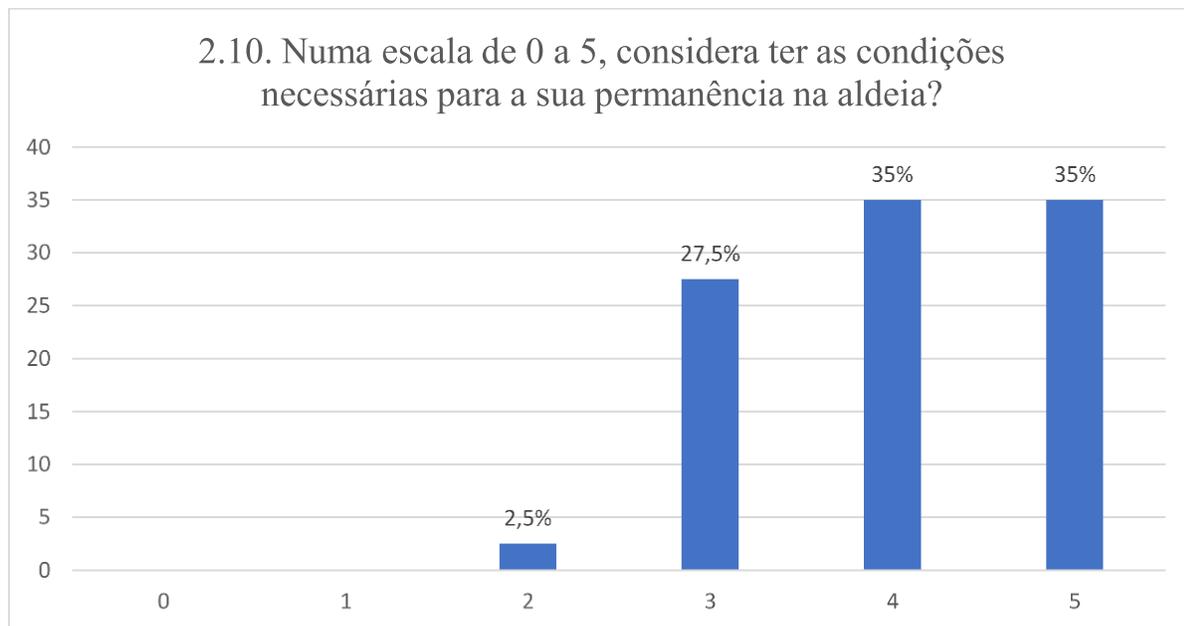


2.8. - Tempo de emigração.

Desenvolvimento

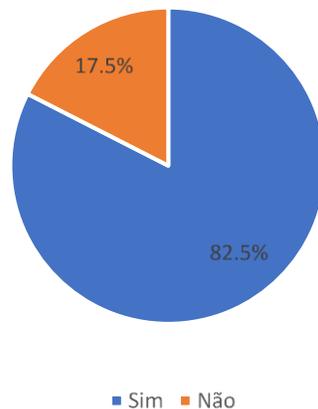


2.9. - Comparação Moledo 10 anos atrás (numa escala de 0 a 5).



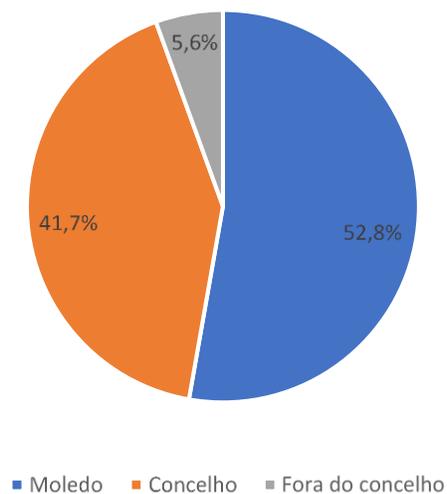
2.10. - Noção das condições para permanência (numa escala de 0 a 5).

2.11. A nível económico, considera que o Moledo tem recursos suficientes para o seu sustento (possibilidade de geração de rendimentos)?



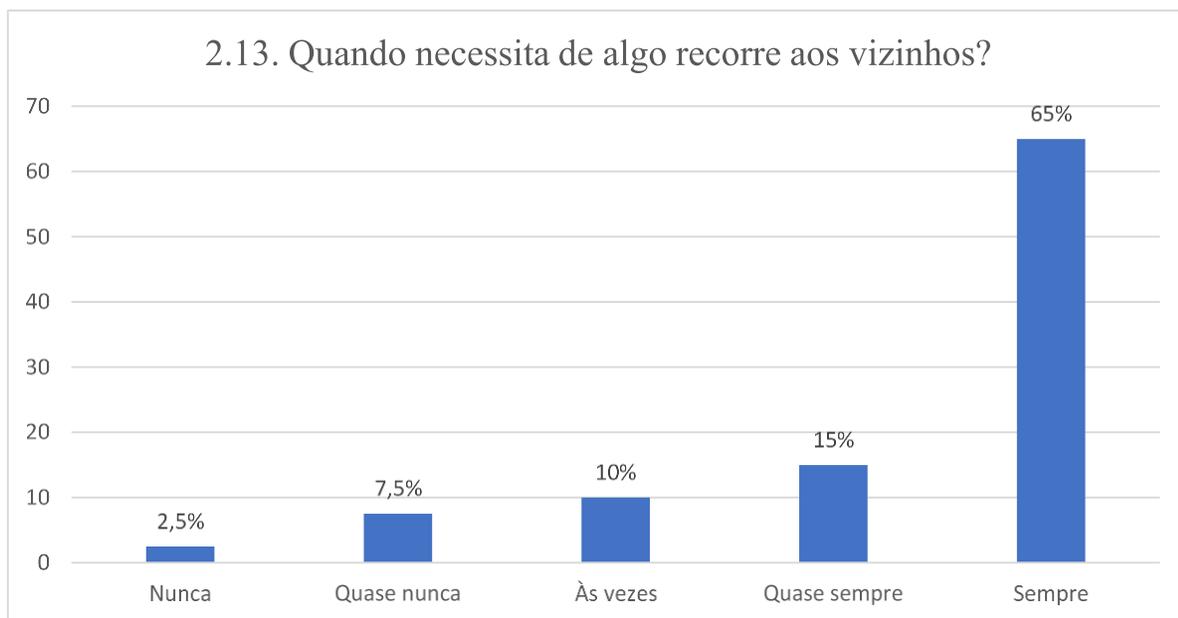
2.11. - Recursos económicos no Moledo.

2.12. O seu sustento económico é concretizado dentro do Moledo ou no Concelho?

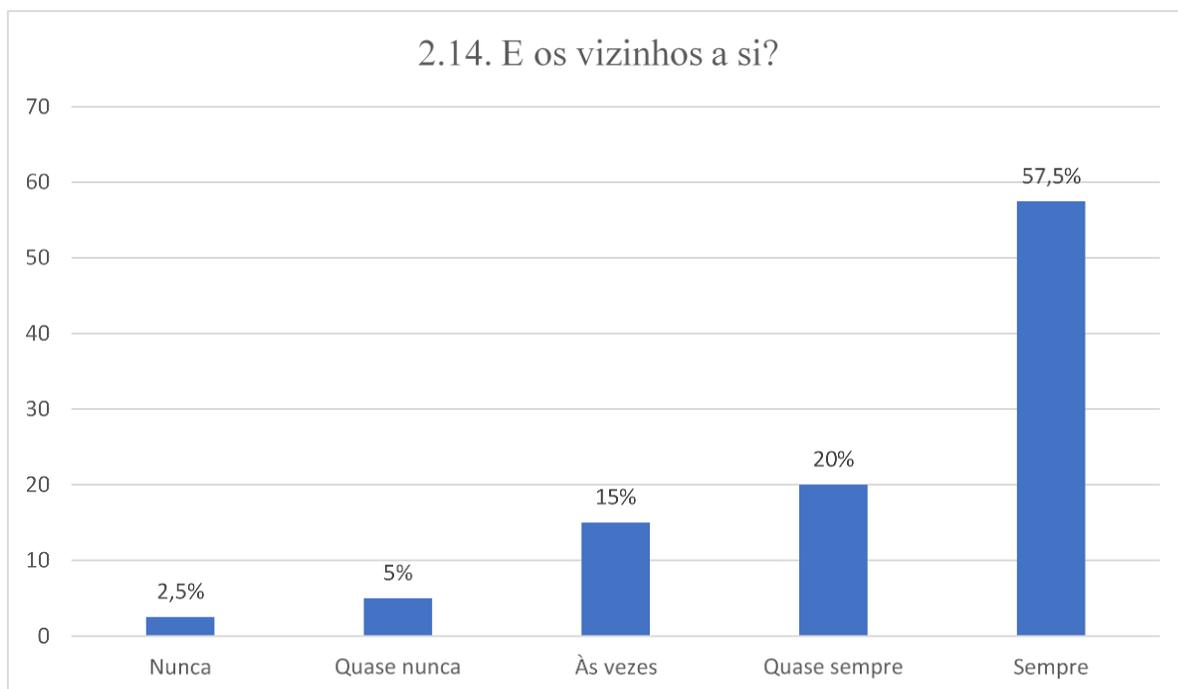


2.12. - Onde concretiza o sustento económico.

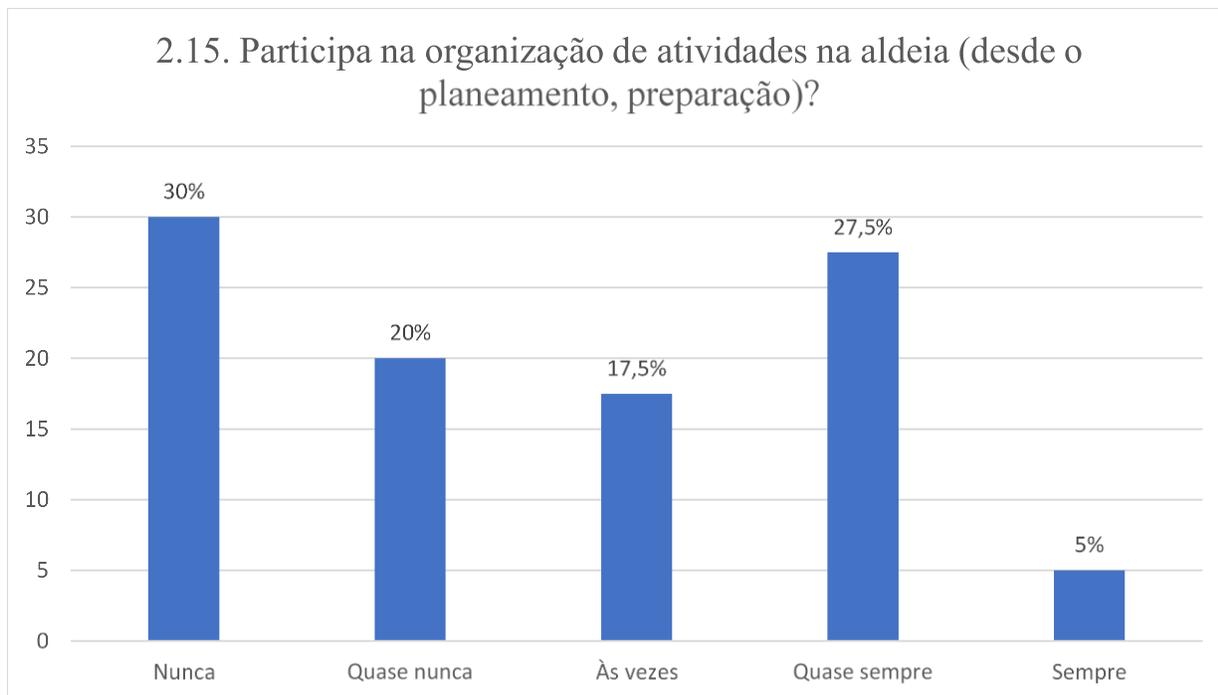
Comunidade e participação



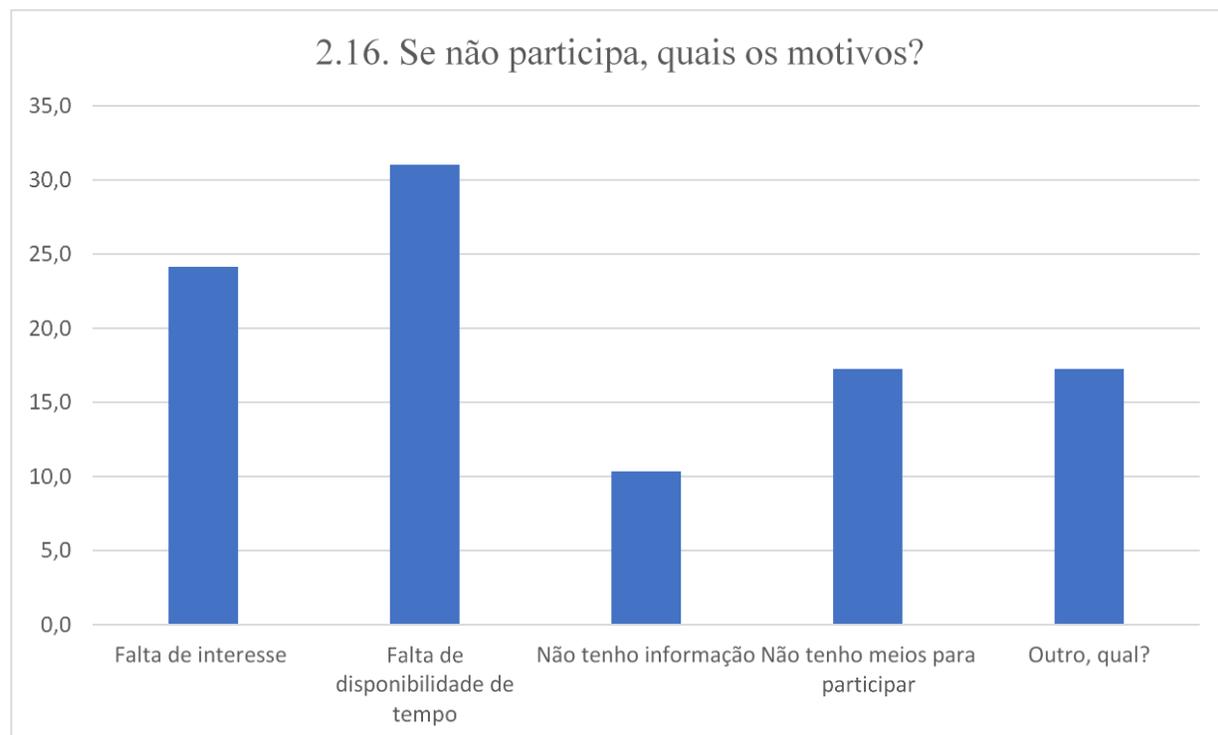
2.13.- Frequência com que recorre aos vizinhos.



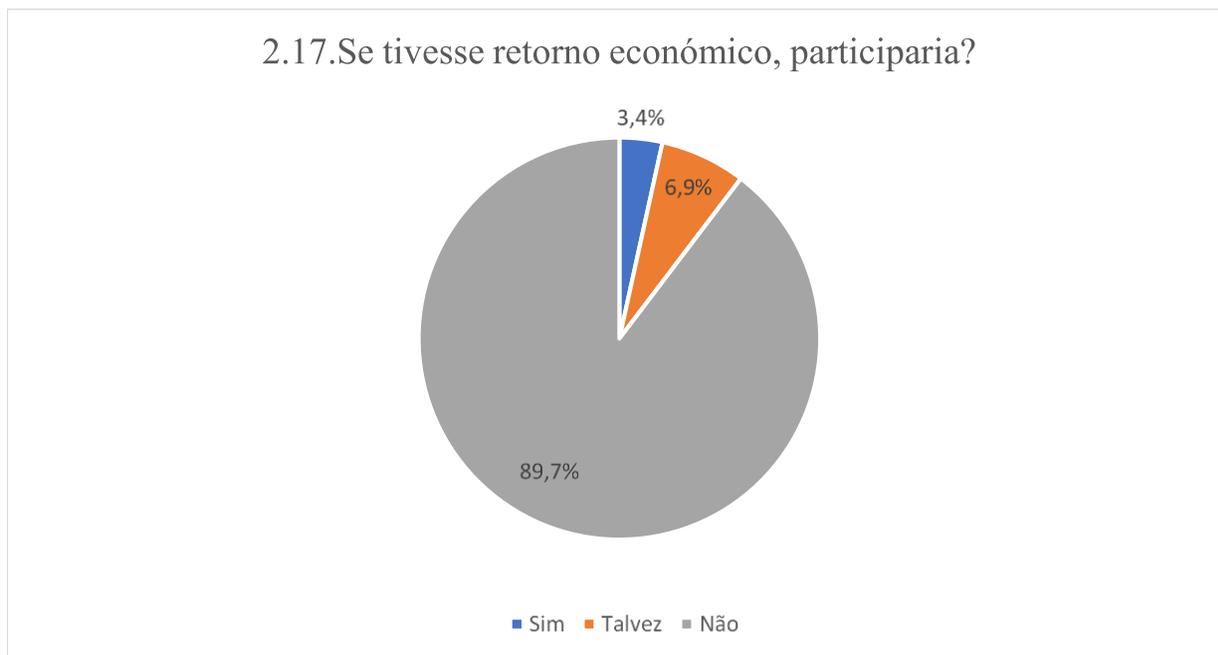
2.14. - Frequência com que os vizinhos recorrem ao participante



2.15. - Participação na organização de atividades.



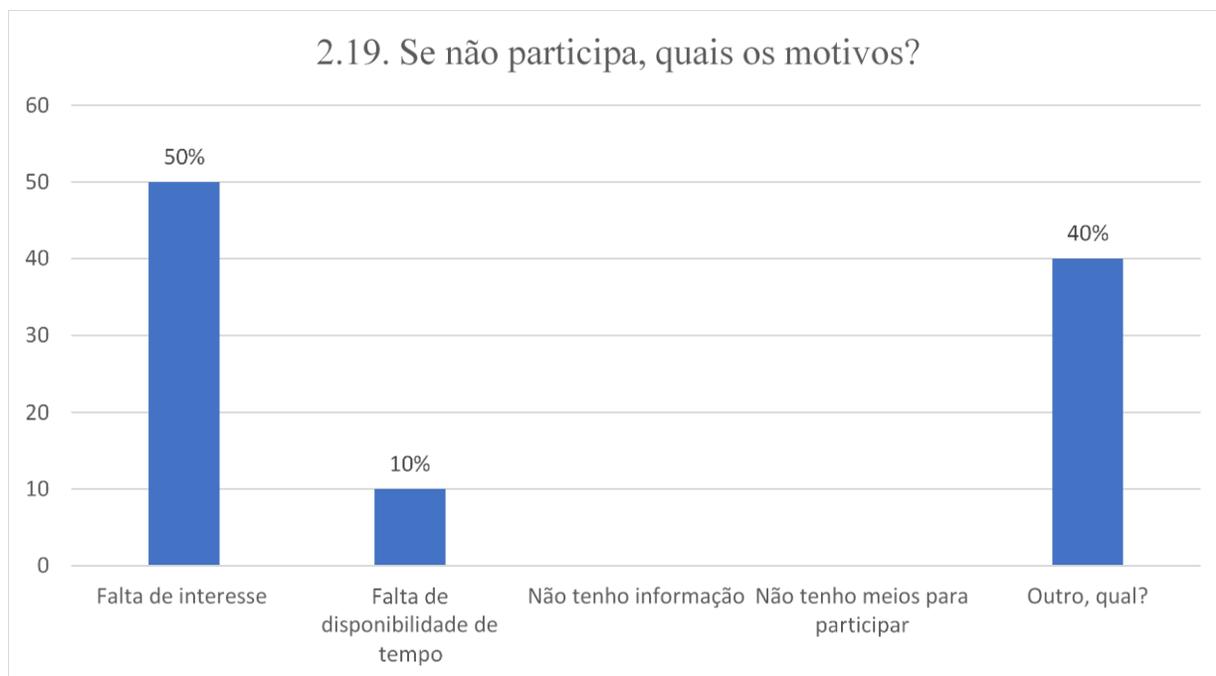
2.16. - Motivos para a não participação.



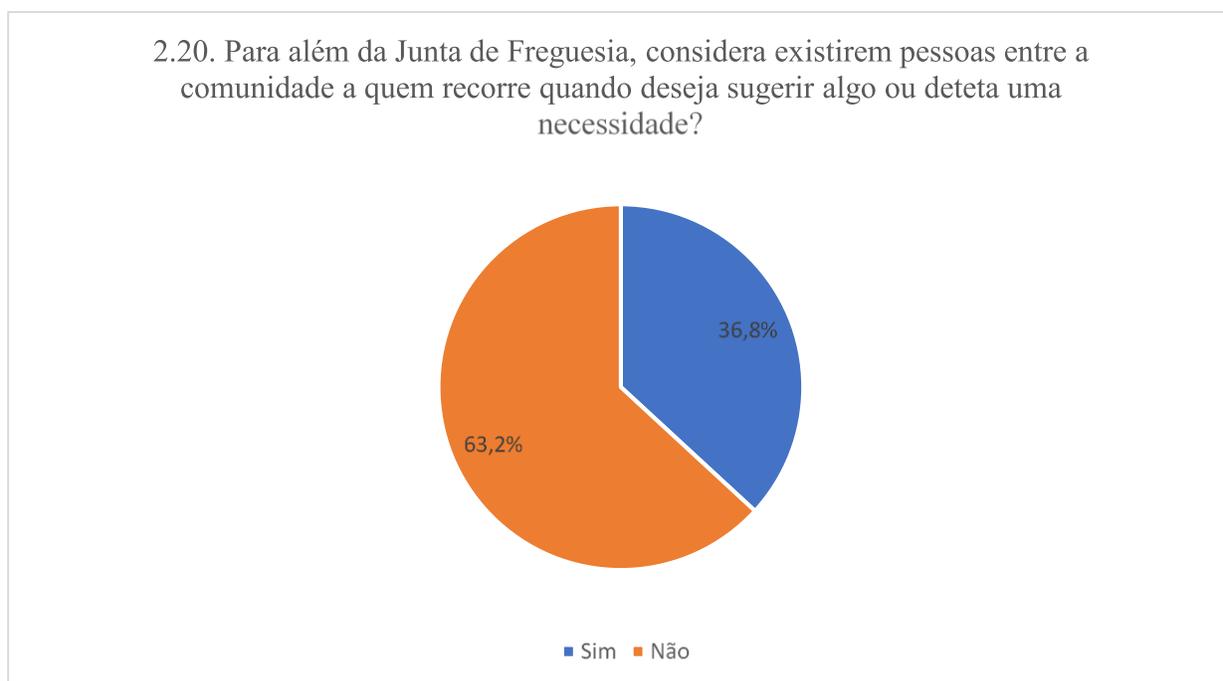
2.17. - Participação com a condição de retorno económico.



2.18. - Participação em atividades.

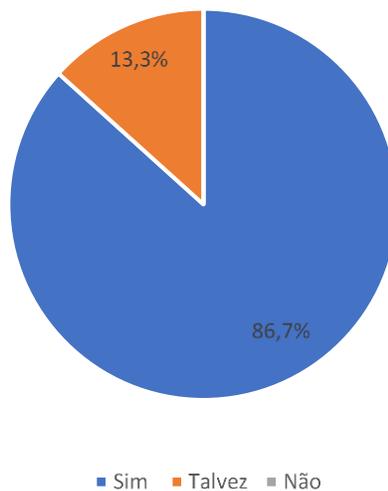


2.19.- Motivos para não participação.



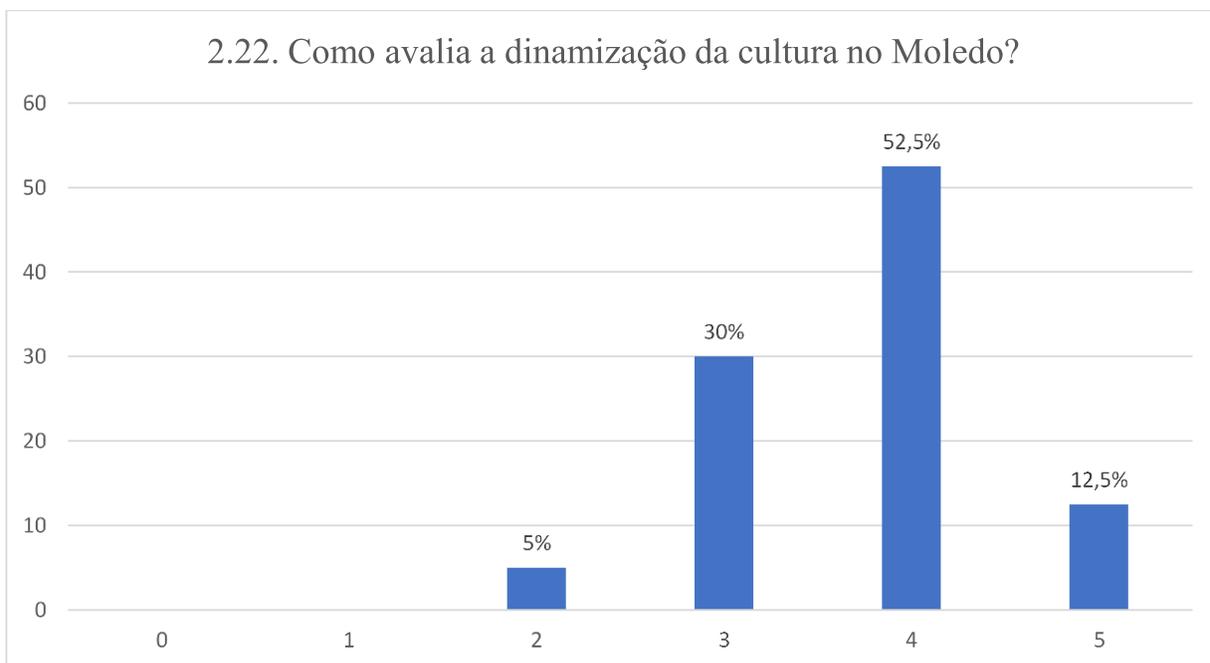
2.20. - Noção de existência de outras pessoas para além da Junta de Freguesia a que recorre para fazer sugestões ou identificar necessidades.

2.21. Se respondeu de forma afirmativa, considera positivo?

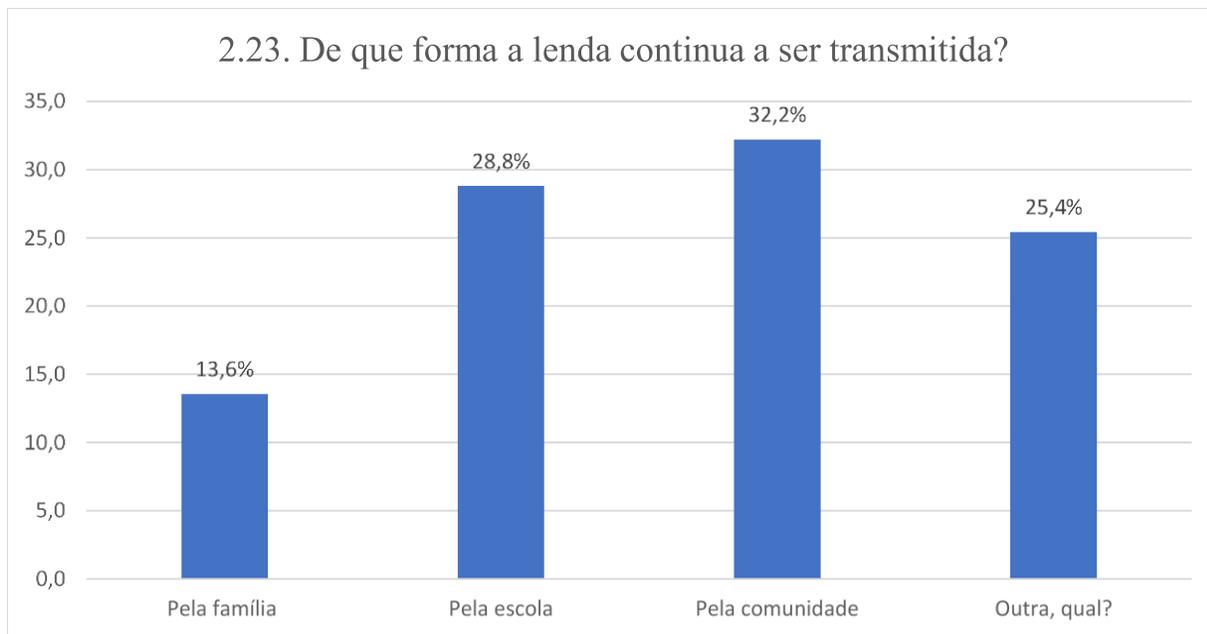


2.21. - Considera positivo existirem outras pessoas para além da Junta de Freguesia a que recorre para fazer sugestões ou identificar necessidades.

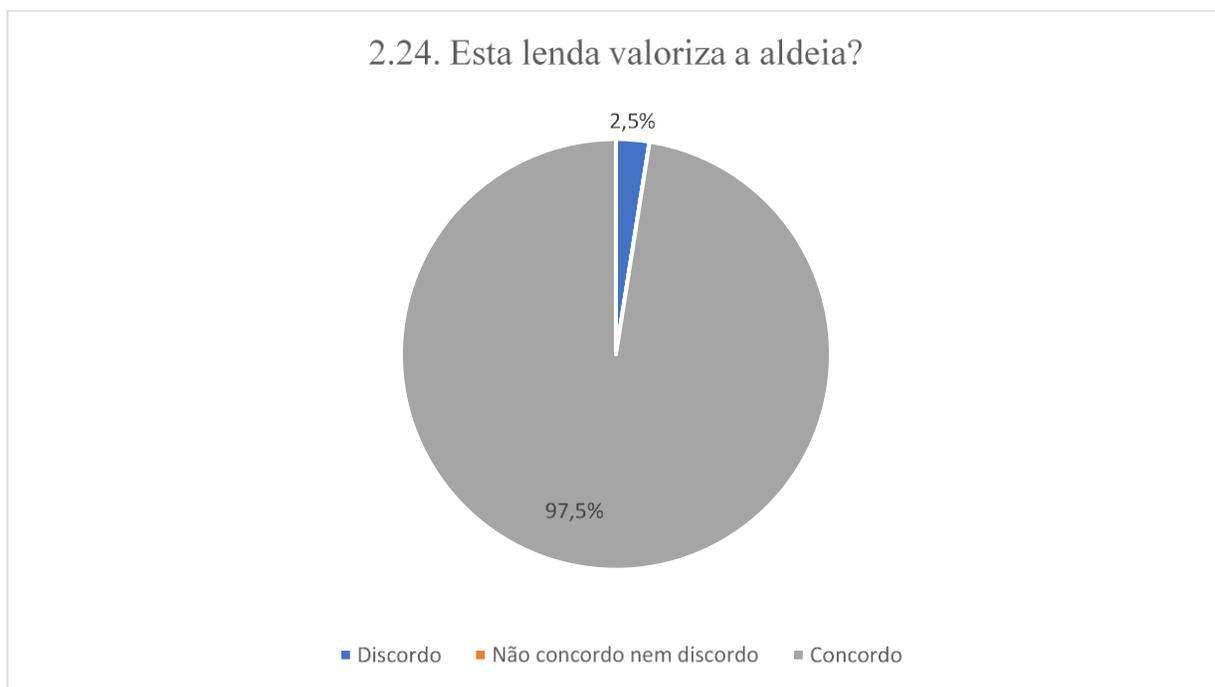
2.22. Como avalia a dinamização da cultura no Moledo?



2.22. - Avaliação da dinamização da cultura no Moledo.

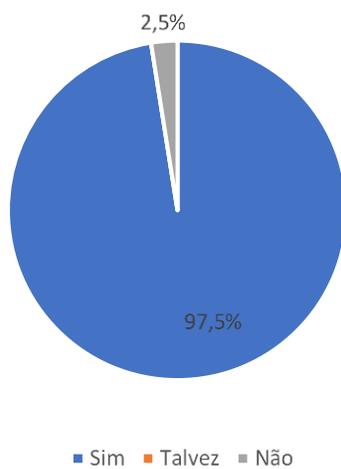


2.23.- Formas de transmissão da lenda.



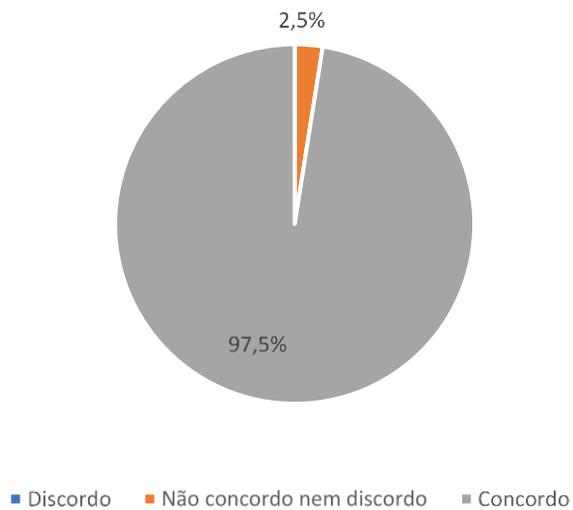
2.24. - Noção de valorização da aldeia pela lenda.

2.25. Considera a arte pública uma boa forma de divulgação da lenda na aldeia?

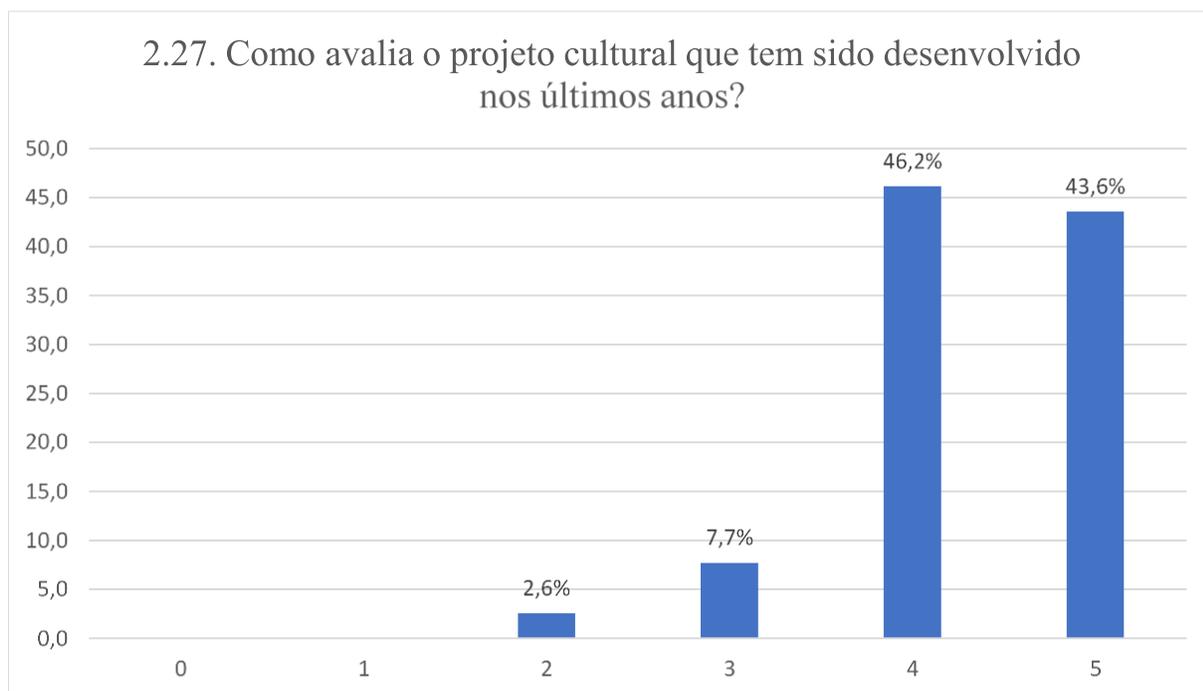


2.25. - Consideração da arte pública como boa forma de divulgação da lenda.

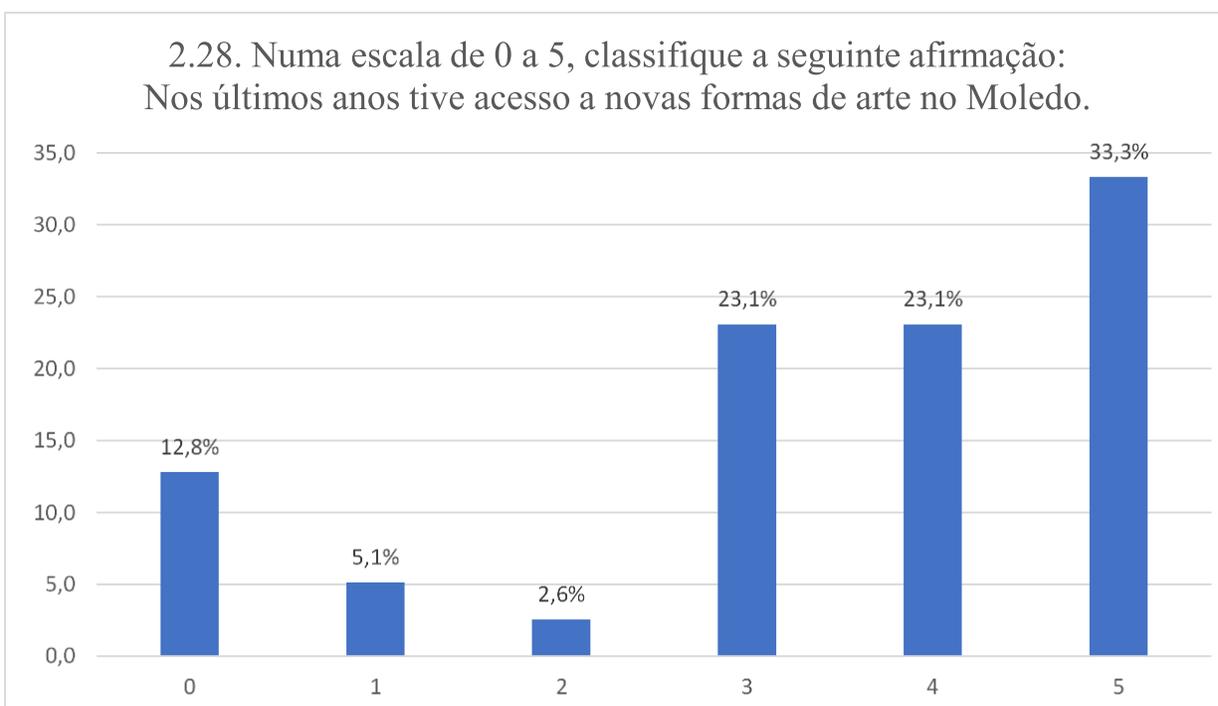
2.26. A vinda de visitantes ao Moledo é positiva?



2.26.- Perceção positiva sobre a vinda de visitantes ao Moledo.

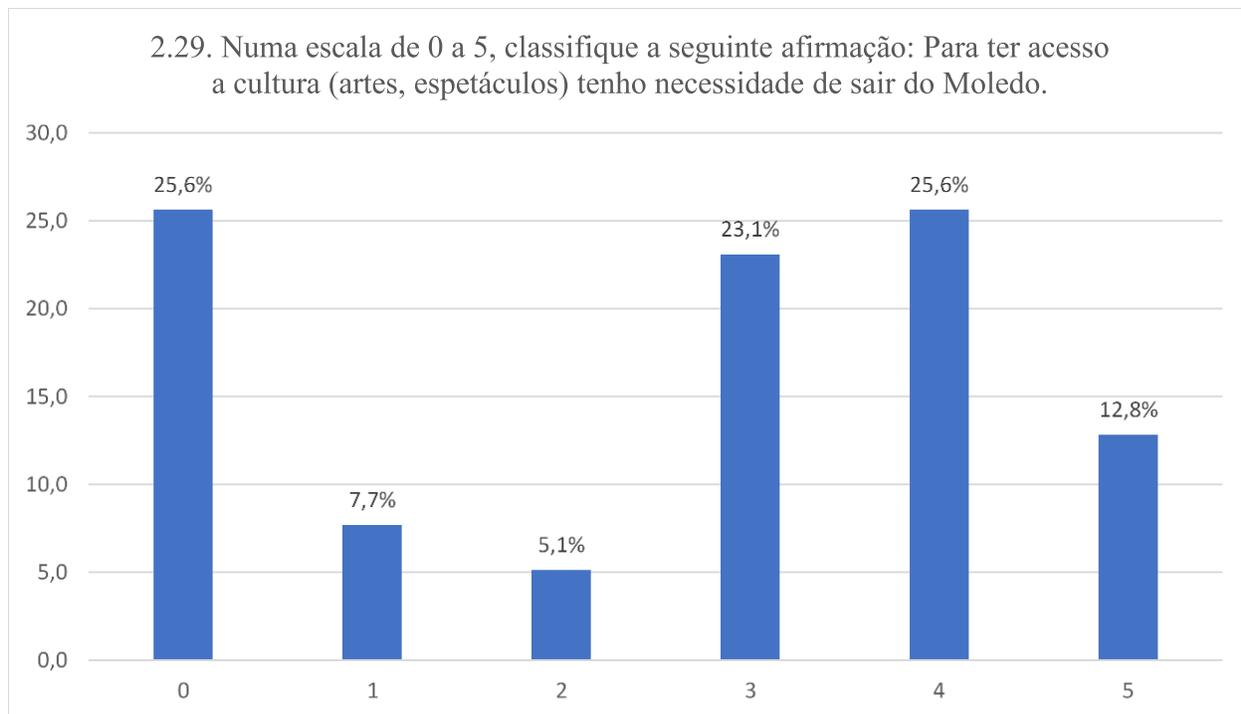


2.27.- Avaliação do projeto cultural (numa escala de 0 a 5).



2.28.- Acesso a novas formas de arte no Moledo nos últimos anos (numa escala de 0 a 5).

A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso na aldeia de Moledo



2.29.- Necessidade de sair do Moledo para ter acesso a cultura (numa escala de 0 a 5).

Anexo C – Fotografias do Moledo



Figura 1- Escultura na aldeia – Pedro e Inês



Figura 2 - Escultura na aldeia – Banheira de Inês



Figura 3 - Escultura na aldeia, construída por pedras significativas para os elementos da comunidade



Figura 4 - Escultura na aldeia, Dona Inês



Figura 5- Azulejos de cerâmica

Anexo D – Grelha analítica

<u>Conceito</u>	<u>Dimensões</u>	<u>Componentes</u>	<u>Indicadores</u>
Comuns	<ul style="list-style-type: none"> Gestão partilhada 	<p>Partilha; regras/normas/costumes; sanções;</p> <p>Compartes – elementos envolvidos;</p> <p>Benefícios próprios vs. Benefícios coletivos;</p> <p>Valor do recurso;</p>	<p>Objetivos e expectativas comuns na gestão do recurso; regras e normas em uso; formalidade/informalidade das normas; aplicação de sanções face ao não cumprimento das normas por parte dos compartes; estratégias de gestão de conflitos.</p> <p>Elementos envolvidos no comum; participação igualitária; oportunidades para a igual participação; motivos para a não participação; constituição de associação de compartes; comunidade de pertença dos compartes.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade 	<p>Compromisso voluntário;</p> <p>Comunicação;</p> <p>Auto-organização;</p> <p><i>Free riding</i>;</p> <p>Relações sociais; Reciprocidade; Confiança; Pertença ao local; Identidade coletiva</p>	<p>Benefícios próprios retirados pelo envolvimento na gestão do comum; benefícios coletivos resultam desta gestão; peso dos benefícios próprios e coletivos.</p> <p>Valor económico real ou potencial do recurso; Importância para o sustento económico pessoal e/ou comunitário; potencial do recurso para promoção de melhorias na comunidade; valorização/desvalorização do recurso na prática.</p> <p>Participação na gestão do comum e nas atividades de forma voluntaria; efetivação dos compromissos assumidos;</p>
--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com Estado e Mercado • Comuns imateriais 	<p>Intervenção do Estado – poder local;</p> <p>Intervenção do Estado – legislação;</p> <p>Valor económico no mercado</p> <p>Privatização;</p> <p>Não rivalidade;</p> <p>Locais/ nacionais/ globais;</p>	<p>Transparência; formas de transmissão da informação; igualdade de informação entre os compartes.</p> <p>Liberdade e condições para auto-organização; formas de concretização; imposição de regras externas à comunidade que limitam o uso do recurso; existência de líderes entre os compartes.</p> <p>Existência de pessoas a beneficiar do comum sem contribuir para a sua manutenção; opinião negativa dos compartes sobre esta utilização; soluções pensadas.</p> <p>Relações de interdependência</p>
--	---	---	---

			<p>na prossecução de objetivos/ necessidades individuais ou comuns; trocas com base no valor de reciprocidade entre os membros da comunidade; Interesses comuns; semelhanças entre os membros da comunidade.</p> <p>Papel da Câmara e a Junta de Freguesia perante a gestão do comum pela comunidade; imposição de regras pelo poder local; intervenção direta/ indireta do poder local.</p> <p>Legislação nacional promotora da gestão do comum ou limitadora da mesma.</p> <p>Existência de trocas de mercado com base no comum; potencial para trocas de mercado.</p>
--	--	--	--

			<p>Possibilidade de o comum ser privatizado; envolvimento de propriedades e entidades privadas no comum.</p> <p>Acesso universal e igualitário ao uso do comum pelos compartes; Aumento do valor com a utilização.</p> <p>Limites do comum e dos compartes envolvidos; comum é local, nacional ou global; potencialidade de difusão/ crescimento do comum.</p>
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de transformação 	<p>Dinâmicas; Mudança; Individual/ comunitário;</p>	<p>Dinâmicas de desenvolvimento presentes; sentimento de mudança efetiva; mudança individual/ comunitária; resultados alcançados;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento local 	<p>Centrado numa comunidade de dimensão limitada;</p> <p>Mudança da comunidade</p> <p>Resposta a necessidades;</p> <p>Recursos endógenos;</p> <p>Recursos exógenos;</p> <p>Capital social;</p> <p>Agency;</p> <p>Participação</p>	<p>expectativas de futuro.</p> <p>Membros da comunidade (número e caracterização); Localização; História comum; recursos da comunidade.</p> <p>Melhoria dos espaços físicos comuns; Desenvolvimento da economia local.</p> <p>Diagnóstico de necessidades; Necessidades satisfeitas.</p> <p>Recursos endógenos existentes; formas de utilização dos recursos endógenos; capacitação da comunidade.</p>
--	---	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável 	<p>Perspetivas de futuro;</p> <p>Sustentabilidade social;</p> <p>Sustentabilidade ambiental;</p> <p>Sustentabilidade económica;</p> <p>Sustentabilidade cultural</p>	<p>Recursos exógenos estão envolvidos;</p> <p>Formas de utilização destes recursos;</p> <p>Parcerias envolvidas no processo; Formas de constituição das parcerias.</p> <p>Ligações sociais; vínculos entre a comunidade;</p> <p>formas de entreatajuda.</p> <p>Existência de avaliação do processo pela comunidade.</p> <p>Reação perante a frustração;</p> <p>Procura de alternativas.</p> <p>Formas de participação dos elementos da comunidade no processo; interesse/desinteresse em participar; limites à participação.</p> <p>Ponderação das consequências da utilização de</p>
--	---	--	---

			<p>recursos e das ações a longo prazo; Estratégias ponderadas a longo prazo.</p> <p>- Segurança; equidade; promoção da coesão social.</p> <p>Ligação da comunidade com a natureza; recursos ambientais existentes; cuidados existentes para com os recursos naturais; Formas de energia em uso; preservação do ambiente;</p> <p>Planos de desenvolvimento económico; procura de garantia de sustento económico; gestão eficiente de recursos.</p> <p>Práticas de preservação dos recursos</p>
--	--	--	---

			culturais; valorização da cultura; divulgação da cultura.
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura enquanto comum • Património material • Património imaterial • Património natural 	<p>Significações/ padrões de conduta/ formas de ser/práticas</p> <p>Objetos/ elementos construídos/ arte física</p> <p>Práticas/ conhecimentos/tradições</p> <p>Elementos da natureza/paisagens/rios/mar</p>	<p>Existência e identificação de significações culturais em comum; formas de transmissão cultural.</p> <p>Património material existente na comunidade; formas de preservação e aproveitamento do património material.</p> <p>Património imaterial existente na comunidade; formas de preservação e aproveitamento do património imaterial.</p> <p>Património natural existente na comunidade; formas de preservação e aproveitamento do património natural.</p>

Anexo E – Grelha de análise de entrevista

Análise vertical - Por entrevistado

	<u>Dimensões</u>	<u>Ideias-chave</u>	<u>Observações</u>
Ent. 1 – elemento da comunidade	Participação e voluntariado	Apoiou as escultoras, através de alimentação e fez companhia - “elas não podiam andar ali sozinhas”; Rega as flores da rua, limpa a rua, “porque eu via que não faziam (...) estava a ficar feio (...) faz-me impressão ver a rua suja”;	Sabe que as esculturas são sobre Pedro e Inês, mas diz que está muito esquecida e não recorda a lenda.
	Significação	Dá muita importância à pedra que o marido (já falecido) deu para contribuir para a escultura que junta pedras significativas da aldeia - “a pedra era especial para mim” (...) “até foi um trator para a levar, era muito grande”;	
	Comunidade	Menciona muito hábito de ajudar os vizinhos - “ia à minha horta buscar hortaliça e dava aos meus vizinhos”;	
	Desenvolvimento	“Isto agora está tudo assim muito desenvolvido (...) porque quando eu vim para cá era só miséria (...) agora não há tanta miséria”; “As esculturas foi bem feito,	

		embelezou muito o Moledo, porque isto estava muito pobrezinho, embelezou muito”	
Ent. 2 - elemento da comunidade	Sentimento face à participação	“fiquei a interessar-me mais pelas coisas, a conhecer pessoas que não conhecia, ir a sítios que não tinha ido (...) e fiquei também com o ouvido mais atento a tudo o que se passa, acho que cresci com o Pedro e com a Inês, a minha maneira de ser, de ver as coisas, de estar, acho que cresci nesse sentido, foi muito bom para mim, e certamente para outras pessoas também (...) gosto destas coisas”	Demonstra grande entusiasmo durante a entrevista a abordar o projeto
	Participação da comunidade/ divisão de tarefas/ líderes	“(…) quando foi a questão de arranjarmos à volta dos moinhos, mais recente, ela incentivou as pessoas a participar, a contribuir cada uma com o que pode, foi muito bonito, nem era assim nenhuma conta grande (...) mas todos ficaram lá com o bocadinho que quis com uma flor, arranjamos lá o nosso jardim, ainda não está pronto mas tem de ser (...) também se vai lá tirar pedras e puxar, alguns homens	Abordou o evento de Land Art, referindo que gostou muito, referindo diversas peças de que gostou, e o facto de ter contribuído para a realização das mesmas. Já no fim da entrevista, enquanto nos despedíamos à porta de casa dizia-me “eu de vez em quando vou a Lisboa para casa das minhas filhas, elas até perguntam porque não passo mais tempo, mas aqui o Moledo é o meu cantinho, sinto-me bem é aqui, gosto muito disto”

		<p>também ajudam o que é bom (...) as nossas mulheres cá no Moledo... bem, há algumas... há ai umas senhoras de fora (...) há uns tempos quando ainda estávamos a arranjar o chão chego lá e vejo estas pessoas de botas e enxadas, Meu Deus! (...) mas estas senhoras mais de fora do que propriamente as de cá” (As de cá não participaram tanto? E porque?) “agente somos uma comunidade assim fechada e depois as pessoas mais antigas, mas os mais novos também não se interessam (...) agora não se vê ninguém na rua” (...) “os jovens já vão para fora estudar e quando voltam ao fim de semana também se enfiam muito em casa, não temos grupo de jovens, como se vê noutras comunidades (...) não se organizam assim muito (...) são um bocadinho individualistas acho eu”;</p> <p>Sim participaram, claro nunca participa toda a gente, e há sempre aqueles “velhotes do restelo”, sempre a querer tirar, mas pronto, somos uma comunidade um bocadinho fechada... (As pessoas primeiro</p>	
--	--	--	--

		<p>estranharam não foi?) Foi foi, mas depois começaram a ver que ficou bonito.</p> <p>Faz parte do clube “Revolta das Agulhas” – participamos na bienal de Alcobaça e fizemos umas mantinhas para os infantes, com as iniciais deles.</p> <p>(Está envolvida há muito tempo no projeto?) – desde o inicio. Quando tomei conhecimento do Moledo Convida, se fez as primeiras reuniões, explicações, já gostava de participar. Havia um projeto para fazermos no campo da bola um jardim e coisas mais modernas, mas eu aí não gostei, porque aquele campo para mim tem muito significado, foi construído pelo meu marido e outros homens, ai sempre disse que não gostavam. Quando não vieram os fundos as pessoas ficaram um bocadinho de pé atrás, “diziam que iam fazer, faziam mundos e fundos e afinal ficou tudo sem efeito”, claro que as pessoas mais interessadas perceberam que não se fez porque não vieram os fundos, mas se calhar o povo em si não ficou a perceber. (Quando não foi</p>	
--	--	---	--

	<p>Reação da comunidade ao processo</p>	<p>aprovado, encontraram outra alternativa) – começaram a procurar e lembraram-se das esculturas. (não sabe como entrou a lenda, se fez a reunião já foi falando de Pedro e Inês) – as pessoas aceitaram bem porque já tínhamos a lenda de Pedro e Inês, já falávamos nisso (...) começou-se a avivar, entre todos (...) era uma coisa nossa, as pessoas iam saber que era nosso.</p> <p>Os escultores fizeram as estátuas nas oficinas de cá, tivemos a participação das pedras</p> <p>“Quando as esculturas vieram as pessoas primeiro ficaram muito de pé atrás, “o que é que vêm para aqui fazer?” mas depois aderiram, aderiram muito. (referindo-se à escultura construída com as pedras dos habitantes da aldeia: “é a que eu mais gosto, tem mais significado (...) vamos lá pôr as nossas pedras, tenho lá uma pedra, que era lá de cima do meu quintal, que o meu marido tinha-a lá, era relevante, uma pedra que ele gostava, e depois fui leva-la para ali. E aí as pessoas participaram,</p>	
--	---	---	--

	<p>Desenvolvimento</p>	<p>não quer dizer que fosse toda a gente, mas participaram. Parece que tiveram um impulso, já que levamos as pedras do Paço, não foi a nossa geração, mas alguém levou as pedras do Palácio pronto vamos retribuir (era uma devolução do povo)”;</p> <p>E quando foi das esculturas as pessoas também começaram a ver, aquilo à beira rio estava uma desgraça, lixo, silvas, e começou-se a ver aquilo arranjadinho, aquilo agora esta tão bonito (...) notamos uma diferença brutal, como a noite e o dia (...) as pessoas gostaram muito. E outros sítios onde se pôs esculturas. trouxe mais gente, muita gente. Alguns nem damos quase por isso. Pessoas de fora. Monetariamente, não trouxe muito, porque não temos as infraestruturas, faz falta – um barzinho, para beber um chá, umas lembranças, uma casa de banho pública. Só temos a Carla e o Jorge, não temos muito mais (cafés). Agora temos uma casa de turismo de habitação. Mas também se calhar se</p>	
--	------------------------	--	--

		<p>tivermos muito comércio banalizamos um bocadinho a aldeia, já não fica uma aldeia tão rural, tão aldeia... Temos muitos grupos que passam, não ficam mas passam. Agora todas as universidades já conhecem o Moledo, Pedro e Inês e agora o Moledo através de Pedro e Inês, as pessoas que se têm interessado, se não fosse isso (a menina não estava cá, e outros tantos, e outras coisas que se foram fazendo). Vem pessoas assim “ouvimos falar naquilo, vamos lá ver o que é aquilo” Trouxe assim um desenvolvimento... De nos abrimos a quem vem. (E o que mudou?) – Mudou sobretudo o aspeto da aldeia, a limpeza, o arranjo, o interesse, para que as coisas fiquem bonitas, para limpar, para arranjar (até às vezes para pôr ali um bocadinho de água naquelas plantas, isso já é participação não é? Nem toda a gente pode fazer grandes trabalhos mas já é participação). Há uma coisa, para vizinhos que conheço que não são filhos cá da terra, que estão cá a morar, e nem</p>	
--	--	--	--

	<p>Cultura – Pedro e Inês</p>	<p>a reciclagem fazem! Custa-me tanto ver isso! Nós já estamos muito habituados a fazer a reciclagem, quase toda a gente faz (...) acho que foi as crianças da escola que começaram a trazer, e depois passamos a ter os contentores.</p> <p>Sempre cultivamos a lenda de Pedro e Inês. Eu sempre ouvi, dos meus avós que são as pessoas mais antigas de que me lembro, que aquela pia que está ali tinha sido a banheira de Dona Inês, sempre ouvi dizer. Se foi ou não, não sabemos, sabemos que banheiras não havia, nem no meu tempo, quanto mais no tempo de Dona Inês (...) durante muito tempo estava ali ao pé dos tanques a servir de chafariz para os animais beberem água (onde estava antes não sei, presumo que no Paço). Será um mito? Pode não ser, porque durante muito tempo havia ali uma fonte e uns azulejos. Depois desapareceu tudo, se fosse agora o dono daquilo estimava aquilo muito bem, mas na altura não se ligava e aquilo foi destruído (...) sabia-</p>	
--	-------------------------------	---	--

		<p>se a lenda mas não se ligava a essas coisas, não havia ninguém que incentivasse. Fomos ao Festival de Literatura de Óbidos e fui convidada a ir lá falar (...) o nosso vereador da cultura, ai é que fiquei mais zangada porque ele é da cultura, devia acarinhar a cultura do povo! Certamente não foi banheira, não sabemos... falou-se nas nossas lendas, e o nosso vereador lá “assim como dizem, têm lá uma salgadeira onde fazem uma lenda!” – e eu, quando ele disse isso, eu fiquei tão zangada, disse logo: “desculpe senhor vereador, não é salgadeira, é a banheira! A banheira!” – fiquei mesmo indignada! Podia ter dito há lá uma pia onde os cavalos bebiam água, agora a salgadeira, foi desvalorizar (aquela maneira de falar foi desvalorizar a nossa lenda)... Ele também podia ter dito, “há a lenda de que foi a banheira de Inês mas não, é uma salgadeira!” Nem queira saber o quanto eu fiquei indignada! Eu sempre ouvi dizer... (...) contei às minhas filhas...</p>	
--	--	---	--

		<p>A lenda: “às vezes agente até deprecia assim um bocadinho, Dona Inês não se portava assim muito bem, por isso tinha de estar fugida, porque o pai de D. Pedro, D. Afonso, o filho era casado com a Constança (...) mas ela era jeitosa, toda bonita, e lá se enamoraram! Como o pai não queria, e ele estava no palácio na Atouguia, e ela estava aqui com os filhos. Ele vinha cá visitá-la, com o cavalo, punha as ferraduras do cavalo ao contrário para os espiões que D. Afonso mandava para seguir o filho não percebessem para onde ele tinha ido, não o encontrarem. Nós conhecemos assim essa história, nós aqui às vezes até por brincadeira dizemos assim, “Vá temos de pôr a ferradura ao contrário como D. Pedro fez, quando queremos encobrir alguma coisa (...) para não se descobrir para onde fomos ou o que fizemos. Já foi mais, com as pessoas da minha idade, esta malta nova, eu direi que eles não ligam assim tanto. Porque agora já sabem muito, já leem muito, e nem em todo o lado as nossas</p>	
--	--	--	--

	Cultura	<p>lendas vêm escritas. É tal como eu quando abri o livro, na Feira do Livro, vi que era sobre Inês e pensei “vou levar este livro”, abri e dizia lá que os infantes nasceram noutra sítio! Pensei logo, já não vou levar pronto, se não cada vez que pego no livro fico maldisposta!</p> <p>- Os rapazes mais novos roubarem os vasos da igreja, no São João. É nos três santos, o que calhar ao Domingo. Vão buscar os vasos (alguns já recolhi para eles não tirem) e estão aí recolhidos em algum sítio, e no Domingo vão pôr à volta da Igreja. Isso é uma tradição, já estive muito fraquita mas este ano está muito forte, que eles até já começaram a recolher mais cedo! Isto é uma coisa que eu aprecio.</p> <p>- A serração da velha: no meio da quaresma, onde havia raparigas solteiras, os rapazes iam lá incomodar os pais (que normalmente já eram velhos) “olhe tem que se levantar que a sua filha está mal, tem que lá ir!” e as pessoas não sabiam se era, se</p>	
--	---------	---	--

		<p>não era, levantavam-se para ver o que se passava, quando as pessoas chegavam à porta, a malta nova tinha uma serra e diziam “tisso tisso, salta a velha do cortiço!” e serravam madeira. Mas agora já deixou de se fazer. O meu pai fazia, acho que o meu marido ainda chegou a fazer. (Porque será que se perdeu?) “Dá trabalho, as pessoas têm de se preparar, ocupar”</p> <p>- Festa de Santo Antão: este ano foi muito bonita, com a simplicidade que se fazia antigamente. Pela primeira vez, para solicitar a contribuição, em vez de pedir, foram dar um bocadinho de bolo, assim não estavam a pedir, estavam a dar, e cada um contribuía se quisesse com o que podia, foi muito bonito!</p> <p>- Pau do bolo: no dia de Santo Antão fazia-se um bolo muito grande, armava-se um pau, de um eucalipto e lá em cima no tempo pregava-se, protegido contra as intempéries, o bolo. À volta do pau punha-se sebo dos animais. Era para quem tivesse a coragem de ir lá a cima buscar o bolo.</p>	
--	--	--	--

	<p>Comunidade</p>	<p>Durante muitos anos foi ao pé da igreja, quando veio a eletricidade por causa dos fios, passou a ser no campo da bola. No dia a seguir, se ninguém era capaz, o pau deitava-se a baixo, era uma festa muito grande, era muito bonito (...) a malta entretinha-se muito. Juntava-se os rapazes, os homens (as mulheres ficavam a ver). Depois começou a ser perigoso, agora as autoridades se calhar também não deixam fazer isso (...) com tanta segurança também estragaram algumas tradições que havia.</p> <p>O que se mantém mais é a lenda de Pedro e Inês.</p> <p>Os vizinhos dão-se bem, mas dantes era mais. Agora já não se pode ter sempre as portas abertas. Também se desconfia quando se vê pessoas que não conhecemos. Mas também distinguimos as pessoas quem vêm passear e visitar de outros que venham talvez com outras intenções</p>	
--	-------------------	--	--

<p>Ent. 3 – elemento da Junta de Freguesia</p>	<p>Cultura</p>	<p>“Acho que a cultura é fundamental no desenvolvimento, para qualquer indivíduo”.</p> <p>Como entra a cultura local no projeto? “É uma maneira de motivar as pessoas, de as trazer, e é uma temática sempre agradável de abordar”. No projeto Acontece não tem sido das temáticas mais abordadas. Pensaram implementar projeto de aluguer de bicicletas, chamadas “ineses” – tentamos trazer qualquer coisa de novo, à volta da temática. Alguns eventos tinham “o amor como base” (...) “a questão da escultura foi bastante trabalhada pela Luísa, fora do acontece, e aí Pedro e Inês é a grande alavanca”. O Acontece são sobretudo momentos pontuais, as esculturas não fazem parte do âmbito do acontece, esteve mais envolvido apenas na divulgação. Questão: as esculturas foram uma forma de introduzir as outras formas de arte? Responde afirmativamente e menciona que fora da aldeia o Moledo tem sempre essa referência do amor, pelo que é importante para o</p>	
--	----------------	--	--

	<p>Projeto Moledo Acontece – Papel da Junta de Freguesia</p>	<p>reconhecimento. E as pessoas sentem-se orgulhosas, sentem que é um tema muito delas. Como considera o papel da cultura no desenvolvimento: estar atento, as referências, a cultura reflete a sociedade. É fundamental para que as pessoas reflitam, para que olhem com mais atenção a alguns aspetos que as rodeiam. As pessoas começaram a ficar mais despertas para aquilo que é delas (ex.: muitas pessoas levaram documentos históricos à Junta numa recolha – inclusive antes de serem solicitados para exposição que ocorreu) – as pessoas percebem que é importante, que faz sentido – “vai-nos dando material para outras coisas, para irmos ao encontro delas, mas à nossa maneira”</p> <p>Moledo Acontece fazia parte de proposta de campanha. “Acho que a cultura é fundamental no desenvolvimento, para qualquer indivíduo”;</p>	
--	--	--	--

	<p>Participação voluntária</p>	<p>Concerto da orquestra metropolitana, refere que no final as pessoas diziam “não percebi nada, mas gostei muito”. No início estava na Junta mas com um grupo de cidadãos, “cidadãos muito ativos”, que não estão na Junta nem assembleias;</p> <p>Na festa de Santo Antão o Acontece foi convidado pela associação que organiza a ter um momento (dentro da filosofia do Acontece) nesta festa popular “já existimos dentro daquelas cabeças”.</p> <p>Revolta das agulhas (croché e tricô) – está “hibernada” neste momento, mas ainda existe o coletivo.</p> <p>O Acontece é feito de forma impulsiva, sem planeamento anual (considera que seria positivo haver esse planeamento – além de ter mais pessoas no projeto, desde o planeamento, e refere a dificuldade em gerir com a vida pessoal)</p> <p>Grande parte do trabalho feita fora do horário, de forma voluntária. Sobre o sentimento de</p>	
--	--------------------------------	--	--

	<p>Participação</p>	<p>retribuição, menciona que a nível da participação a resposta muitas vezes não é a esperada, “mas rapidamente o sentimento desaparece. Se existem algumas pessoas que não participam, depois há as outras, e lá vem uma palavra (...) de encorajamento” (...) quando nos dão certas opiniões mais negativas custa um bocadinho. De um modo geral tem sido muito gratificante (...) tem-me marcado mesmo;</p> <p>Sobre os motivos para a não participação: a União de Freguesias trouxe revolta e desmotivação – “quando já tínhamos alcançado um certo patamar, parece que houve uma pedra na engrenagem (...) levou a população a esmorecer” – perde muito com a nova instituição, não tem a mesma importância – “mas agora já perceberam a importância que estes projetos têm para o desenvolvimento da aldeia”; divulgação insuficiente, em cima da hora (feita pela internet, cartazes nos estabelecimentos e, por vezes, porta-a-porta, na caixa do correio</p>	
--	---------------------	--	--

		<p>– quando existe a ultima as pessoas participam mais); escolha do horário; alguns eventos começaram com mais pessoas e vai diminuindo, por começar a ser “repetitivo” (exemplo do cinema); por vezes as pessoas não estão interessadas, já foram e não gostaram muito – “também não estamos aqui para fazer uma coisa popular, para as pessoas aparecerem, também não era esse o espírito do Acontece (...) é ter atividades de qualidade”;</p> <p>Sobre a participação: as pessoas já têm feito algumas sugestões, levado ideias, apesar de não existir muito envolvimento na organização. Acredita que estas sugestões foram motivadas por já se ter começado a “ver alguma resposta, alguma coisa que mudou (...) conseguimos ver alguma diferença”. As pessoas ajudam na organização do que já está pensado – por exemplo a nível de logística (inclusive os jovens participam), mas “partir para a frente do projeto não”;</p>	
--	--	---	--

		<p>suporte, mas o Acontece é sempre mais com as pessoas da aldeia”</p> <p>Ideia de realizar mercado mensal, “uma maneira de mostrar os produtos que temos (...) de uma maneira muito simbólica”. “as pessoas não têm ideia do potencial”. Importância não só para o Moledo, mas também para as aldeias vizinhas. Refere o papel social do mercado – “é um ponto de encontro, as pessoas conversam”. Falta perceber como dar a volta à legislação – “tudo leva muito tempo, não é fácil”; “acho que a questão económica é a questão mais difícil aqui”. “Chegamos a um caminho em que nós já temos a vontade de partilhar quem somos, e as nossas potencialidades”</p>	
<p>Ent. 4 - elemento da Junta de Freguesia</p>	<p>Participação da comunidade/ governança partilhada</p>	<p>“Quando vim para o Moledo a questão a cultura já existia (...) vim ver o que já estava feito, não tinha a noção (...) (não é do Moledo, mas é do Concelho da Lourinhã) (...) quando cheguei fiquei um bocadinho, isto não é o Moledo que eu conhecia (...) cheguei e deparei-me com uma construção, com algo feito. A</p>	

		<p>envolvência, o trabalho, as parceiras... O Moledo cada vez é mais visto por esta parte da cultura e cada vez recebe mais pessoas por esta cultura que se instalou aqui e que já é própria daqui. Nem sempre é fácil esta envolvência das pessoas, e aqui o que eu sinto que estas pessoas que estão nisto porque sentem o Moledo como delas, e daí darem muito a esta terra, porque é uma terra que eles gostam e se identificam e querem contribuir para que ela cresça.</p> <p>A nível de divisão de poderes – papel Junta/ pessoas – “vai havendo uma aprendizagem (...) tive a vantagem da Cristina que me ensinou muito aqui do Moledo, do que se fez, da envolvência das pessoas”</p> <p>“A Junta tem que ser uma parceira natural” – “é uma mãe que quer cuidar dos seus filhos, mas é uma mãe que tem que olhar a meios porque não se pode chegar a todo o lado (...) às vezes queremos avançar e a nossa própria estrutura não nos deixa (...) sobretudo por questões financeiras, às vezes queremos</p>	
--	--	--	--

		<p>contribuir com mais e não é possível. Sobre o grupo de cidadania – tem tido altos e baixos, não é fácil as pessoas estarem sempre a dar delas (...) mas tem continuado sempre a mesma base, as mesmas pessoas, que depois puxam todas as outras para um objetivo e as sensibilizam para isso, e isso é extremamente importante para um projeto. A Junta é muitas vezes o parceiro formal. Isto é algo que nos dá muito gosto ver acontecer, não é em todas as localidades que isto acontece, há localidades em que as pessoas são dinâmicas e tentam fazer algo outras em que só dizem que não fizeram, aqui também o podem dizer mas pelo menos têm contribuído para isso.</p> <p>A nível da legislação/ regras – timings, nem sempre é fácil, há timings que têm de se cumprir (...) por vezes a própria Junta está dependente de outros para fazer cumprir esses tempos.</p> <p>“As pessoas de fora foram muito bem-recebidas, com comida, refeições, estadia...”</p>	
--	--	---	--

	<p>Desenvolvimento</p>	<p>pública, os visitantes, os metrados. Virem pessoas de fora é muito positivo (...) movimenta a localidade, é dar a conhecer esta aldeia, e transmitem também a outros.</p> <p>Refere os percursos pedestre – existindo uma candidatura no setor do turismo para amolgação destes caminhos</p> <p>Desenvolvimento económico – há necessidade de investimento, por exemplo na área gastronómica. Foi aprovado a nível da camara municipal o programa ARU, para reabilitação de casas – e isso já está a acontecer, este investimento das pessoas que podem vir para cá é importante para o desenvolvimento local, podem vir para cá, ficar por cá, ser um casal jovem, os filhos ficam, vão para a escola...</p> <p>Desenvolvimento económico – o objetivo é que surja naturalmente pela própria comunidade ou alguém de fora que veja o potencial que a aldeia tem e decida apostar aqui – “as pessoas podiam vir aqui, almoçar aqui,</p>	
--	------------------------	--	--

	<p>Papel da CMLourinhã</p>	<p>jantar aqui, ficar por aqui, é diferente...”</p> <p>É muito importante termos um técnico da Câmara a acompanhar a parte da Cultura, organizam-se visitas guiadas, vêm meninos de escolas que acabam por depois trazer os pais – “acho que era importante a nível de escolas do Concelho virem visitar”</p> <p>Sobre a ligação com a Câmara – “acho que o Moledo tem de ser mais reconhecido e uma maior aposta por parte do Município – mais algum cuidado com a aldeia – nos temos as competências que nos são atribuídas, mas não conseguimos chegar porque as verbas não permitem, então tem de ser o Município ou facultarem-nos meios (refere como exemplos os passeios e os espaços verdes). A nível de divulgação do Moledo – já existem dois placares no Concelho, mas acho que deviam haver mais, e também no posto de turismo (penso que o Moledo esta muito pouco representado) – tem de se abrir mais as portas, e penso que o Município tem de nos</p>	
--	----------------------------	--	--

		ajudar. Investir mais naquilo que é um trabalho já feito, dar visibilidade e estratégias para chegar mais longe.	
Ent. 5 - vereador da autarquia	Cultura	<p>Papel da cultura no desenvolvimento: há determinados valores culturais que estão inseridos na comunidade e aos quais não é dada grande importância (cultura da própria comunidade que às vezes não está desperta a trabalhar para ela); por outro lado, ações que uma entidade como autarquia pode fazer no sentido de fazer chegar cultura às pessoas (...) temos de ter a atitude de uma oferta diversificada.</p> <p>História de Pedro e Inês – com uma ligação a esta aldeia, o Moledo, da qual aquela comunidade tinha um conhecimento, de uma forma ainda empírica, alguns mitos. Com estas ações que têm sido desenvolvidas, as pessoas têm agora uma nova visão sobre Pedro e Inês, e isso tem sido rico também para elas.</p> <p>Existe uma salgadeira que as pessoas dizem que era a banheira</p>	“A diversidade de opinião leva à construção”

		<p>de Inês – até resultou na escultura que lá está, assumida como banheira de Inês. Colocar escultura em espaço público – é interessante desde que haja o envolvimento da comunidade – o interessante aqui, além do produto final, é todo o percurso da sua construção. (Ex. escultura paço – pedras recolhidas pelas pessoas) – isto enriquece as pessoas, a autoestima daquela comunidade subiu com este envolvimento. A cultura tem este papel de crescimento e até de bem-estar (individual e coletivo). As pessoas acham que as exposições estão em galerias – a uma galeria vai uma pessoa que está disponível para ir ver (...) assim encontro uma coisa, à qual não fique indiferente, goste ou não goste, não fico indiferente. Conhecimentos académicos (teóricos) ligados com conhecimentos práticos, de quem faz aquilo no dia a dia – a vivência e a experiência de alguém que há anos trabalha a pedra, e alguém que tem um conhecimento teórico – esta sinergia é muito importante.</p>	
--	--	--	--

	<p>Participação da comunidade/ Governança partilhada</p>	<p>“Hoje é rico ir ao Moledo e ouvir as pessoas explicar o que significa aquela escultura (...) construíram um olhar para a coisa, e isso permite também quando vão a outro local ter esse olhar.</p> <p>Quando aqui cheguei sempre me foi dito que o Moledo era uma comunidade que tinha algumas especificidades, que a autoestima das pessoas era baixa... E outra coisa importante aqui é que foram pessoas da comunidade que iniciaram este processo - que tendo se calhar este sentimento, mais ou menos generalizado, acharam que o Moledo tinha de ser e tinha de ficar diferente – e nestas perspetiva foram elas que iniciaram este processo e chegaram até nós. – “A Câmara só tem de aceitar de braços abertos essa ideia, e estas propostas – “quase que numa obrigado por terem vindo, obrigada por terem tido esta ideia”. E quase que diria que a Câmara tem obrigação de se juntar, unindo esforços, levando à</p>	
--	--	--	--

		<p>concretização daquilo que era a ideia que as pessoas têm. Sendo que nunca é um produto acabado, concretizando determinada ação ou projetos, surgem outras ações, outros projetos. O poder local deve constituir parcerias, aceitar parcerias, aceitar desafios, propor desafios. A concretização obrigou a uma melhoria das zonas envolventes, dos espaços públicos – e estou convencido que as pessoas do Moledo agora têm mais preocupação com o espaço público.</p> <p>Sobre os tempos da comunidade e os tempos da autarquia: eu acho que se esbate um pouco essa questão. De fato todo este processo tem de ter as suas regras, estamos a falar de dinheiro público (apesar de a utilização de dinheiro público neste processo global ser um valor reduzido no global do que já foi a transformação do Moledo – porque tudo aquilo foi o resultado de uma parceria com a faculdade de belas artes, com o empenho das pessoas, com doação dos materiais para as esculturas, fruto desta sinergia</p>	
--	--	---	--

		<p>que parte da comunidade. As pessoas entenderam que aquilo era uma mais valia e houve a disponibilidade – desde a oficina das pedras que ofereceu bloco de pedras, o serralheiro que ofereceu a sua oficina, as refeições, a estadia... tudo isso foi um ganho que houve na relação. O ritmo, acho que as pessoas o percebem, e permitiu às pessoas entenderem a diferença de ritmos – o que enquanto pessoa individual posso fazer, e aquilo que uma entidade como uma autarquia está obrigada a cumprir (perceber o modo de funcionamento) – também há aqui um aspeto educacional e pedagógico. E tem sido compreendido.</p> <p>Temos um grupo que se está a constituir de forma informal, e depois há as parceiras, a Junta e a Câmara Municipal (que também assumem parcerias) – e isso faz parte do crescimento de todos.</p> <p>Sobre a parceira com a escola António Arroio – envolver os alunos é muito importante – protocolo celebrado entre a CML, a Junta e a Escola – o grupo informal não fica com o papel</p>	
--	--	--	--

	<p>Desenvolvimento</p>	<p>esbatido, não está lá formalmente, mas sabemos que está ali por representação, através da Junta – e acho que as pessoas percebem, e não se importam, estando envolvidas (“Eu sou do Moledo, eu estou lá, não é preciso estar lá o nome, eu sou parte integrante deste Moledo”)</p> <p>Sobre a parceria com a escola António Arroio – envolver os alunos é muito importante – protocolo celebrado entre a CML, a Junta e a Escola – o grupo informal não fica com o papel esbatido, não está lá formalmente, mas sabemos que está ali por representação, através da Junta – e acho que as pessoas percebem, e não se importam, estando envolvidas (“Eu sou do Moledo, eu estou lá, não é preciso estar lá o nome, eu sou parte integrante deste Moledo”)</p> <p>Sobre o papel do Moledo a nível turístico no Concelho: isso é um papel que nos cabe a nós (CML), a divulgação. Não se pode divulgar um território que não tenha coisa nenhuma, e o Moledo</p>	
--	------------------------	---	--

		<p>acresce, traz valor para essa divulgação. E de fato a Mostra de Arte Público, o Moledo, é cada vez mais procurado- e temos feito esforço de divulgação (ex. cartazes de divulgação).</p> <p>Desenvolvimento económico – está a dar-se o despertar, começa a haver esse interesse, a componente económica a surgir, a envolver e a complementar – talvez surja um espaço de restauração, a gastronomia pode ser relacionada (há um prato confeccionado no Moledo – a chanfana). Pode aparecer um agente económico disponível para algum investimento e vá recolhendo das pessoas esse conhecimento (temos lançado o desafio). Outras situações, como um espaço para pernoitar, para ficar e passar algum tempo com as pessoas ali no Moledo. Merchandising será outra situação. Temos tentado despontar, tenho tido conversas com as pessoas, mas claro que percebo que as pessoas possam não estar disponíveis para correr alguns riscos. A cultura faz despontar o desenvolvimento</p>	
--	--	--	--

		<p>económico do espaço. A nível de habitação tem havido uma procura crescente e interesse pela requalificação de imóveis.</p>	
<p>Ent. 6 - funcionário da autarquia</p>	<p>Participação da comunidade/ governança partilhada</p>	<p>Refere que quando chegou já existia um grupo de pessoas com vontade de fazer alguma coisa para “levantar a aldeia – tanto do ponto de vista físico, como da autoestima das pessoas, a forma como as pessoas se sentiam e sentiam a aldeia”</p> <p>Percebe-se que este desenvolvimento tem de ser feito com as universidades desejavelmente, ou com instituições que sabem fazer ou que têm as ferramentas para fazer (...) penso que isso foi muito importante neste processo, se fosse só com a boa vontade de algumas pessoas e sem instituições por trás não teria funcionado, ou estaríamos a um terço do caminho.</p> <p>Envolvimento das pessoas, porque é para as pessoas. A história de Pedro e Inês é por um lado desenvolver a memória coletiva da aldeia, por outro lado é a preocupação de agarrar as</p>	<p>Participação encontro de arte em meio rural, em VilaTorres</p> <p>A entrevista foi acompanhada pela visualização de fotografias sobre as atividades realizadas</p>

		<p>peças, que por vezes são difíceis de agarrar – normalmente as peças acarinhos bem, mas depois deixam-se envolver como deixaram, é preciso muito trabalho por trás. Houve a presença de peças daqui, se viesse alguém sem um elo de ligação na frente do projeto, seria certamente mais difícil. “As peças que vêm de fora e vêm habitar para o Moledo não tem facilidade de criar elos – é uma comunidade fechada”. “Se calhar podíamos aplicar o projeto independentemente de as peças querem ou não (...) se calhar resulta do ponto de vista turístico, mas depois não tem a riqueza deste projeto, que é esse envolvimento constante de peças”. Há peças que participam mais num projeto, outras noutros – nós também adaptamos o projeto e chamamos as peças conforme o projeto que estamos a desenvolver – há um núcleo duro, no entanto envolvemos em alguns momentos muito mais peças – o projeto vai-se adaptando e as peças vão-se adaptando ao</p>	
--	--	--	--

		<p>projeto. As pessoas acreditam muito pouco nelas próprias e nas suas valências – nós procuramos com os nossos projetos trazer para nós as pessoas que interessam e que sabem fazer determinada coisa – vai trazer valor ao projeto e ela própria também é valorizada. Nós não conseguimos ter um planeamento, vai um bocado ao sabor, e de acordo com a nossa sensibilidade, executamos e depois está feito, temos de partir para outra - a Luísa é mais focada, consegue ter um grande sentido de planeamento. O grupo da revolta das agulhas surge como uma espécie de “isco” – queríamos provocar uma reação em algumas pessoas de forma a que elas nos viessem desafiar a criar o grupo.</p> <p>“Sempre que trazemos alguma questão nova, algum conceito novo, temos de o explicar às pessoas” – ex. <i>grafittie</i></p> <p>Os escultores estavam a trabalhar com técnicos das aldeias, nas oficinas, que trabalhavam esses ofícios há décadas – isso foi muito rico para ambas as partes.</p>	
--	--	---	--

		<p>Da lenda para a arte – as esculturas foram muito importantes, são uma coisa muito vistosa – “houve um encantamento e esse encantamento permitiu que pudéssemos trazer outras coisas – abriu a porta, deu algum crédito às pessoas que estavam à frente”, o que permitiu a concretização de outras questões – “conquistaram as pessoas” – “mesmo que seja um concerto que à partida não iriam assistir, acabam por ir – e também há a questão social, as pessoas precisam de se juntar”</p> <p>Procuramos envolver desde o início as crianças, tanto as das escolas como as que visitam - recebemos crianças das escolas do Concelho (e não só). Procuramos que tenham contacto com a natureza, contacto com os costumes da aldeia – ex. workshops de barro, visita aos moinhos, visita às torres eólicas, fazer pão em forno de lenha na casa de alguém, lavar roupa nos tanques, apanhar fruta, fazer partes dos caminhos do planalto das Cesaredas– ao mesmo tempo envolvemos pessoas de cá.</p>	
--	--	---	--

	Cultura	<p>A lenda de Pedro e Inês, que é a história mais marcante na aldeia, acaba por ter um foco muito especial, porque as pessoas aqui têm a lenda de Pedro e Inês muito presente, os mais velhos (os mais novos começam a ter a partir do momento em que este processo começa a existir) – as pessoas mais velhas conseguem falar disso como se fosse uma história super recente que eles tivessem vivido de perto (mas é um mistério) – não havia outra temática que fizesse mais sentido para as pessoas sentirem o projeto como delas (para chamar a atenção) – e as pessoas têm participado desde o início, de uma forma mais ativa ou menos ativa – tinha de ser essa temática e resultou bastante bem. Podíamos pensar nas questões tradicionais, nos ofícios, mas isso como é uma coisa corriqueira e do dia-a-dia as pessoas acabam por não dar importância, não dar valor (ex.: moinhos). Acredito que os mais novos já não dessem importância, o paradigma da</p>	
--	---------	--	--

		<p>sociedade mudou, a questão das lendas está-se a perder, da transmissão oral, o saber dos mais velhos perde importância, porque as escolas fornecem a sabedoria e portanto hoje em dia é quase impensável aprendermos alguma coisa com os nossos avós, porque temos a escola que é oficial. Hoje em dia já acho que é impensável uma criança daqui não ter ouvido da passagem de Pedro e Inês no Moledo, embora possa ser uma história questionável – apesar de haver diversos argumentos e indícios de que é verdade.</p> <p>As pessoas que até 2010 não tinham tido qualquer contacto com arte, e de repente em 2010 estão a acompanhar todo o processo de construção de esculturas, a acompanhar o processo criativo e dois anos depois estão, a partir da revolta das agulhas, a intervir no espaço público, e um ano depois estão a ser convidadas a intervir numa bienal de arte.</p> <p>Realizaram exposição bibliográfica sobre Pedro e Inês</p>	
--	--	--	--

	<p>Projeto Moledo Acontece – Papel da Junta de Freguesia</p>	<p>na Junta – com diversos livros relacionados com o tema, na altura em que estiveram presentes no Congresso de Pedro e Inês em Alcobaça – o que foi um reconhecimento importante.</p> <p>Existiu uma recolha de fotografias antigas do Moledo, realizando-se exposição – depois desta exposição “houve mais gente a querer participar, a entregar-me fotografias antigas”.</p> <p>Festa de Santo Antão – este ano a associação teve problemas e não estava a organizar as festas – “pensamos que não pode ser! Houve uma tradição que se tinha perdido há décadas, e através das fotografias que nos fizeram chegar soubemos, e uma ou outra pessoa se lembrou” – arcos de festa – este ano com a festa “fomos à questão tradicional, o arco, o chouriço” – “houve malta que costuma organizar que ficou zangada porque não tinha os DJ’s, a música que costumavam ter”.</p> <p>Moledo Acontece – a ideia inicial era ter um festival uma vez por ano que incluísse diversas formas</p>	
--	--	--	--

	<p>Participação voluntária</p>	<p>de arte – mas a verdade é que a Junta não teve possibilidade de criar um evento que efetivamente se concretizasse anualmente – concretizamos então alguns momentos. A Associação deve trazer o lado popular, e uma Junta de Freguesia ou uma Câmara tem de ter algum cuidado com o que traz às pessoas, e nós temos tido sempre essa preocupação – concertos, cinema, exposições de artes plásticas.</p> <p>Projeto ibike Moledo – ideia de criar bicicletas “Ineses” para as pessoas da aldeia utilizarem – não foi concretizado porque não existiram fundos (“a autarquia não chega a tudo, procuramos patrocínios de empresas, mas não conseguimos”), mas ainda está na “prateleira”.</p> <p>O meu papel neste projeto – venho com as esculturas, acabo por ficar por amor (...) eu não sinto o Moledo como eles sentem, o projeto é o meu projeto e o nosso projeto, mas o Moledo para mim é muito mais esta parte do que uma questão mais afetiva de pertença (...) se eu era a</p>	
--	--------------------------------	---	--

	<p>Desenvolvimento</p>	<p>pessoa que sabia fazer, independentemente de estar a trabalhar ou como voluntário, sabia fazer, era a questão artística (...) com o tempo também vão surgindo outros valores.</p> <p>Papel voluntário/ trabalhador da Junta: “não sinto diferença, a minha disponibilidade é igual (...) continuo a trabalhar muito em regime de voluntariado (fora do horário laboral) – porque é um projeto que acarinho”</p> <p>“Há muita gente que vem à Junta perguntar ondem podem comer – não temos um restaurante, tenho sempre de os mandar para fora da aldeia infelizmente”. “Também não há um café que seja um espaço para estar, para relaxar.”</p> <p>“Sabemos que isto não é para toda a gente, e há sempre pessoas que não gostam. Ouço pessoas a dizer que não precisamos cá de pessoas de fora, não deixam dinheiro” – “eu percebo esse argumento, mas é melhor termos as visitas do que não termos – organizado em 2018 já tive por volta de 500 pessoas a visitar a</p>	
--	------------------------	--	--

	<p>União das Juntas de Freguesia</p>	<p>aldeia, fora as restantes que vêm de forma informal ou em grupos organizados que não nos contactam”.</p> <p>“Um dos intuitos deste projeto é valorizar o espaço, chamar a atenção para o espaço – vai obrigar as pessoas a arranjar o que é seu, a embelezar”</p> <p>Participação nas Festas do Concelho da Lourinhã – dá visibilidade ao Moledo. Na altura da agregação das Juntas de Freguesia “elaboramos um documento para o Governo, para justificar a importância da não agregação das Juntas, dedicamo-nos bastante, fizemos uma resenha histórica”, e no ano seguinte levamos para o stand nas Festas do Concelho todas as paredes forradas com o texto que justifica a não agregação – foi uma manifestação arrojada – foi assumido pelo executivo da Junta pelo descontentamento com a questão da agregação.</p>	
--	--------------------------------------	---	--

<p>Ent. 7 - elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado</p>	<p>Papel no projeto</p>	<p>“O meu primeiro papel no projeto é enquanto vice-presidente de Junta (...) tenho um papel de ligação”</p> <p>“Voltei da Suíça em 2000 e em 2002 faço parte de uma lista para a Junta de Freguesia, que não ganhou, mas conseguimos sempre trabalhar numa base de apoio e ir implantando algumas ideias que haviam (...) em 2005 há novamente eleições e sou convidado para fazer parte de outra lista (...) em 2007 começamos a trabalhar de uma forma mais oficial o que é o Moledo Convida.</p> <p>“Quando estava na Junta, confundi-me sempre entre o que era ser o freguês e o presidente de Junta – já passei por todos os diferentes papéis de cargos públicos na freguesia”</p> <p>“Eu deixei a Junta por ter havido agregação de freguesias, não me voltei a candidatar e pus ministros em tribunal – a consciência ficou descansada porque fizemos tudo o que podíamos” – a partir daí optei por participar de uma forma mais informal – o grupo de cidadania</p>	
--	-------------------------	---	--

	<p>Projeto Moledo Convida</p>	<p>existe, mas se a Luísa parasse... A Câmara colaborou, mas só porque nós chegamos lá e dissemos “querem ir connosco fazer isto?”, não foram eles que procuraram nunca.</p> <p>“O grupo marca reuniões nos fóruns, para explicar à população o que se pertence (...) o projeto é elaborado pelo Instituto Superior de Agronomia e há nomes sonantes envolvidos, que fazem as pessoas acreditar (...) quando o projeto está pronto, estamos em plena crise financeira – e estamos a falar de um projeto com um valor superior a um milhão de euros, numa aldeia tão pequena.” O projeto de transformação do campo de futebol foi bastante controverso – “há pessoas da minha geração em que as únicas vitórias da vida estão naquele campo (...) marcou-os muito” . Este projeto tinha muito pensada a parte da sustentabilidade ambiental (ex.: sementes autossustentáveis, cuidados com o gasto de água)</p>	
--	-------------------------------	--	--

		<p>“E a parte de se procurar Belas Artes para parceria (ideia da Luísa e Ana Roque) foi um golpe de mestre”. Trabalhamos assim: a Luísa trabalha a ideia e o meu papel também é transmitir e levar às pessoas, fazer as pessoas acreditar que é uma coisa interessante para a aldeia”</p> <p>As esculturas surgiram de uma forma muito rápida. A nossa campanha eleitoral em 2009 tem como bandeira o projeto (que seria candidatado aos fundos) e só depois percebemos que não seria possível. As eleições foram em outubro de 2009 e em Junho de 2010 já estávamos a inaugurar as primeiras esculturas – foi muito rápido”</p> <p>“A nível de meios, os homens da CML vinham três vezes por ano fazer manutenção, nós abdicamos e juntamos o tempo todo e a Junta pagou horas extraordinárias para avançar o processo (...) e a Junta com muito pouco dinheiro, abdicamos de fazer outras coisas, aplicamos o que tínhamos ali (...) e a população entra com voluntariado quando estão cá os artistas a fazer os trabalhos, com</p>	
--	--	---	--

	<p>Cultura</p>	<p>doações de pedras, a convidar os artistas para almoçar...”</p> <p>“O projeto é um documento inacabado, está sempre aberto a alguma coisa que possa surgir mais”</p> <p>“O projeto começa com a ideia de requalificação da aldeia, e não com a cultura propriamente dita”</p> <p>“O tema de Pedro e Inês já fazia parte das nossas conversas que seria um tema a desenvolver, mas primeiro seria o aspeto físico de requalificação dos espaços, e este viria depois, como não conseguimos o primeiro partimos para este”</p> <p>“Havia um estigma sobre a aldeia, o que algumas pessoas viam de belo, outras achavam antiquado – ainda bem que isto surgiu assim porque noutras aldeias em que o processo foi mais rápido destruiu-se grande parte do que era belo – aqui conseguimos deixar a maior parte do edificado original (...) preservar as travessas, os becos, é isso que faz do Moledo uma terra diferente (...) as pessoas aqui não</p>	
--	----------------	---	--

		<p>conseguem valorizar porque nasceram noutra meio, mas quem já saiu e volta consegue ver de uma maneira diferente”</p> <p>Tínhamos um plano B, embora não oficializado, havia, então partimos para os recursos endógenos: Pedro e Inês, toda a gente sabia. Eu escrevi na escola a estória de Pedro e Inês. Foi o recurso endógeno que mais sobressaiu.</p> <p>Ideia de promover caminhos pedestres – chegamos a organizar caminhadas com almoços e tarde de convívio</p> <p>Papel da cultura: com a integração de outras pessoas que foram chegando, fomos enriquecendo culturalmente (...) os vereadores camarários a vir ao Moledo a uma inauguração e dar destaque. Há pessoas que não compreendem isto, acham que o investimento devia ser noutras coisas, mas é só uma minoria. Temos a festa de Santo Antão. Tínhamos récitas, marchas e a festa de São Sebastião, e isso deveria de estar a vir novamente. A população é cada vez menos (embora nos censos tenha havido</p>	
--	--	--	--

	<p>Desenvolvimento</p>	<p>eramos uma freguesia pequena, mas eramos só nós (...) por isso era fácil gerirmos a receita. (...) “As ideias são aceites, não tem é o acompanhamento da parte financeira”</p> <p>“Na zona dos Moinhos a Junta de Freguesia não tem nenhum dinheiro gasto – é tudo através de voluntariado, as pessoas ofereceram as flores – a Junta de Freguesia nem manda limpar aquilo, e isso é falta de gerência.”</p> <p>Desenvolvimento económico: há pouco. O projeto Moledo Convida tinha a sua vertente também na parte do desenvolvimento económico, não de forma direta, mas formas como se pode criar. Por exemplo: podia-se criar uma microempresa com um guia que organizasse passeios pelos trilhos, ao mesmo tempo podia abrir um restaurante, algo caracterizado com a presença de Inês de Castro e D. Pedro – a Junta tem de estar ao lado dessas pessoas, incentivar, se não o que as pessoas veem aqui é terra, é sementeira, e construção</p>	
--	------------------------	---	--

		<p>(mas só há espaço para uma ou duas empresas aqui). O Moledo podia ser uma aldeia pedagógica (como se criam os animais, etc..). Não é a Junta que tem de dinamizar, as pessoas têm de ter capacidade empresarial e vocação para isso, mas se calhar tem de haver alguém a incentivar e ajudar na parte burocrática – se calhar um pastor não vai pensar nisso por si. Podemos tirar partido da “pequenez” que ficamos, do tradicional.</p> <p>“Penso que isto não vai parar, vai sempre se desenvolver, e não tenho muitas dúvidas de que daqui a algum tempo vamos ter aqui um restaurante – gostaria muito que fosse com comidas mais características daqui”</p> <p>O que já se fez: limpeza de terrenos; se a zona ribeirinha não estivesse como está, nunca o individuo francês estaria a investir naquela zona como está, a requalificar os edifícios – já mudou a sede da empresa para cá (atelier de fotografia); estão a criar um alojamento local, que irá criar postos de trabalho. Se calhar se não tivesse sido o projeto</p>	
--	--	---	--

		Moledo Com Vida e tudo o que daí advém, não estávamos neste caminho.	
Ent. 8 - elemento do grupo estruturante do Moledo Com Vida entrevistado	Objetivo do Projeto Moledo Com Vida	A preocupação inicial é “aldeia estar cada vez a perder mais população, a preocupação de perdermos escola, a aldeia estar cada vez mais em ruínas, a aldeia ter lixo em todo o sítio, os caminhos para o planalto estarem a fechar-se – uma zona lindíssima que as pessoas passam a não usufruir porque os caminhos estavam cheios de mato – uma série de coisas que estavam a fazer com que a aldeia morresse, deixasse de ser um organismo vivo – isso foi o que nos moveu para iniciar o processo.	
	Projeto Moledo Convida	“Conversamos e temos consciência que tínhamos preocupações comuns, começamos a questionar, a criar um grupo de trabalho – mas que grupo de trabalho? Não queríamos pensar numa associação, uma vez que já existiam instituições formais, ainda por cima eleitas pela	

		<p>comunidade – havia uma Junta de Freguesia, que tinha intervenção no espaço público; havia uma assembleia de freguesia – achamos que se muitas coisas que tínhamos de resolver passava pelo espaço público, o melhor era criar um grupo de trabalho com essas pessoas que já intervinham e traze-las para um grupo de discussão que era paralelo a isso. Criámos um grupo de trabalho que reunia uma vez por mês, com base em três questões: quem fomos, quem somos, quem queremos ser – e ao fim do ano tínhamos um documento com as respostas – o projeto Moledo Convida, que era “o que queremos ser” – um texto acessível a toda a gente, que podia ser distribuído por toda a comunidade, porque todos os participantes podiam compreender. A partir daí, o próprio grupo fez uma escolha da primeira intervenção no espaço público: uma zona comunitária, que tinha tido diversas utilizações ao longo do tempo (eiras, campo de futebol) e estava muito degradado – pegar nesse espaço e</p>	
--	--	---	--

		<p>criar um espaço público agradável para encontros, lazer, desporto e também.”</p> <p>Aptidões do território: planalto – geologia, biodiversidade – a própria aldeia tem património e estamos próximos da praia – começamos então a pensar que no contexto do Concelho Moledo é uma aldeia que tem potencialidade de se virar para o turismo, fazendo o binómio praia/campo, e para produtos de nicho – o espaço que vamos recuperar tem como primeira função melhorar a qualidade de vida da comunidade, mas ao mesmo tempo ser um espaço para acolher os que queríamos que comessem a vir – tinha de ser uma coisa com muita qualidade, numa perspetiva de sustentabilidade.</p> <p>“Tivemos de deixar esse projeto de lado e pensar como podemos avançar sem essa possibilidade, procurar outro recurso endógeno, que foi Pedro e Inês. Nesta fase uma parte do grupo deixa de fazer parte, porque este projeto não avançou e porque há mudanças</p>	
--	--	--	--

	<p>Parcerias</p>	<p>relativas a eleições (quando o Alexandre foi eleito). Estávamos numa fase em que tínhamos conseguido que a comunidade acreditasse que era possível.”</p> <p>Por indicação do arquiteto, abordamos o centro de estudos de arquitetura paisagista da faculdade de agronomia, nós abordamos, e apesar de estar muito virado para espaços públicos de cidade, aceitou o desafio de vir a uma aldeia fazer este projeto.</p> <p>Quando o projeto estava pronto, houve a crise económica e não pode avançar – a Câmara Municipal tinha ficado responsável pela componente nacional para concorrer aos Fundos Europeus, e deixou de ter essa possibilidade por questões de endividamento – as Câmaras que se encontravam endividadas não podiam ter determinados gastos segundo novas orientações do Governo. Ainda procuramos empresas para parceria as não foi possível.</p>	
--	------------------	--	--

		<p>entrando, as pessoas vão-se questionando. Entrou um novo vocabulário na aldeia – já se fala de arte, de escultura - , o espaço em que se colocou as peças de arte foram requalificados e tudo ficou mais alindado – o que é completamente diferente de estar numa lixeira, do ponto de vista emocional e do sentimento para com a aldeia – as pessoas já usufruíram, mesmo que não tenham a consciência. O importante é que quem colaborou para que acontecesse tem consciência. E possivelmente as crianças e jovens já terão perante a arte outra postura, se calhar já vão procura-la, entrar numa galeria, porque têm já a arte no seu quotidiano. Quando estavam a pintar o mural, ficava um grupo de pessoas sentado à frente a ver pintar. Troca de saberes – pessoas com oficinas e artistas – as pessoas das oficinas perceberam que também tinham coisas para ensinar a quem vem da universidade (que sabe a teoria mas não percebe todos os processos práticos), o que leva a uma tomada de consciência sobre</p>	
--	--	---	--

	<p>Participação da comunidade</p>	<p>o seu conhecimento e ajudou a aumentar a sua autoestima.</p> <p>A descrença em conseguirmos fazer alguma coisa era muito grande e o grupo vai adiando fazer fóruns comunitários – o grupo acha que estamos a conversar, mas nunca vamos chegar à possibilidade de concretizar, pelo que não querem “dar a cara”, assumir pela comunidade toda, porque não queriam ficar mal perante a impossibilidade de realização. O grupo só aceita passar à comunidade quando já temos o centro de estudos de arquitetura paisagista connosco e as coisas em termos de projeto já têm um avanço. Então fazemos um fórum para dizer às pessoas o que tínhamos estado a fazer, qual era a ideia da intervenção. Depois fomos fazendo alguns fóruns para ir dando conta à comunidade à medida que o projeto avançava. Quando este projeto não foi possível deixamos de realizar os fóruns porque as pessoas tinham deixado de acreditar, passamos a</p>	
--	-----------------------------------	---	--

		<p>uma estratégia diferente: era preciso fazer acontecer e ir fazendo com que as pessoas fossem entrando no processo sem a discussão, para que passassem a acreditar outra vez – daí as pessoas dizerem “eles é que sabem”.</p> <p>Quando pensamos em Pedro e Inês, pensamos como iríamos abordar esse recurso – pensamos então que seria através da arte – a arte pública. E quando abordamos Belas Artes para pedir parceria já foi com essa ideia, já estava definido que seria escultura, arte pública, que se oferecia sem ninguém ter de procurar. Materializamos um património que era imaterial – esse património estava de alguma forma representado pelos restos do muro, uma pia de pedra que se dizia que era a banheira da Inês, e numas pedras que estão numa construção da aldeia (um lagar) que se dizia que eram do palácio da Inês. Segundo a lenda, as pedras do palácio estão espalhadas na aldeia – a instalação que foi construída</p>	
--	--	--	--

A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso na aldeia de Moledo

		através de pedras doadas pela comunidade é, de certa forma, restituir essas pedras, com pedras significativas para as pessoas.	
--	--	--	--